

Adelino de Jesus da Mota Pimentel

**Nos Inícios da Guerra do Ultramar
Doutrina, Informação e Propaganda
Ecos na Imprensa Açoriana (1961-1965)**

Dissertação apresentada à Universidade dos Açores para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, elaborada sob a orientação do Professor Doutor Carlos Cordeiro.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais

PONTA DELGADA

2013

Para a Cláudia, com muito amor,
e um forte desejo, que a sua geração viva em paz.

Índice

Agradecimentos	5
Evocação	8
INTRODUÇÃO	9
1. O estado da arte e as fontes de pesquisa	9
2. O objeto da investigação – a imprensa como portadora da mensagem de Estado Novo	10
3. Aspetos metodológicos	11
4. Um debate: Guerra do Ultramar, Colonial, de Libertação ou de África	15
CAPÍTULO I	
1961: UM ANO DRAMÁTICO	18
1. As primeiras notícias sobre os acontecimentos e o destaque na imprensa regional	18
2. “Para Angola, rapidamente e em força” – Notícias da situação no terreno	25
3. A exaltação do supremo sacrifício em defesa da Pátria	43
4. Unidades militares açorianas mobilizadas para a guerra	50
CAPÍTULO II	
UM (BREVE) ESTUDO DE CASO: O BATALHÃO DE CAÇADORES 109	54
1. Constituição e mobilização	54
2. As deficiências na preparação militar e logística	56
3. As cerimónias da despedida	66
4. As reportagens dos jornais sobre a atuação do BC109	73
5. No regresso não vieram todos – entusiasmo e exaltação aos militares açorianos	74
6. Histórias contadas na primeira pessoa	80

CAPÍTULO III

A “VISIBILIDADE” DA GUERRA - DOCTRINA, PROPAGANDA E 88

CENSURA

1. Angola “terra de paz”? 88
2. Mortes pouco visíveis! 90
3. “Por Deus e pela Pátria”: a intervenção da Igreja 94
4. O 10 de junho “dia das raças numa só raça lusitana” 98
5. O desígnio doutrinário: “Nós ficamos. Vivos ou mortos, mas ficamos” 106
6. Guerra ou policiamento? 111
7. Guerra justa? “Orgulhosamente sós”. Esforços diplomáticos – o combate na ONU. 115
8. A censura ao serviço da ideologia 143

CAPÍTULO IV

MOVIMENTOS DE APOIO AOS MILITARES AÇORIANOS 148

1. As ações da Comissão de Assistência ao Soldado Açoriano (CASA) 148
2. Os apoios do Movimento Nacional Feminino (MNF) 155
3. Outras iniciativas 160

CONCLUSÃO 164

BIBLIOGRAFIA 177

Jornais e Revistas 182

Fontes manuscritas, e fontes orais 183

Sítios Eletrónicos 184

ANEXO 1 – Entrevista / Depoimento (Manuel Redondo Cabral) 185

ANEXO 2 – Entrevista / Depoimento (Jeremias Santos Ferreira) 195

Agradecimentos

À Universidade dos Açores que me permitiu realizar um sonho – que a vida já se havia encarregado de apagar da memória – fazer uma Licenciatura em Estudos Europeus e Política Internacional, e agora este Mestrado em Relações Internacionais. Também porque nesta casa encontrei um espaço de liberdade intelectual, onde alguns mitos foram simplesmente eliminados do meu pensamento, pela força do novo conhecimento científico adquirido, reafirmando com segurança a máxima de que “contra factos não há argumentos”.

Ao Professor Doutor Octávio de Medeiros, conterrâneo e amigo pessoal, pela sua palavra de esperança – desde o início - de que eu iria ser capaz.

Ao Professor Doutor Carlos Cordeiro, amigo de muitos anos, e professor dotado de saber, sabedoria e conhecimento que ultrapassam em muito os muros desta Universidade. O meu mais sentido reconhecimento a ele especialmente por ter sido o meu orientador na feitura desta tese de mestrado, que nunca atingiria a qualidade final sem a sua superior orientação, e que mesmo nos momentos em que tudo parecia estar a entrar num beco sem saída logo me vislumbrava um túnel para atravessar, como meio mais fácil de atingir a luz ao fundo. Todas as palavras de agradecimento e exaltação em seu favor serão poucas para retratar o seu esforço em prol deste mestrando.

A todos os meus outros professores, docentes universitários, sem exceções ou ressentimentos, verdadeiros doutores em áreas tão distintas como as letras, o direito, a história, a filosofia, e a política; porque de uma forma geral todos me ajudaram a moldar e melhorar o meu pensamento – académico, intelectual e político, fazendo com que trilhasse este caminho com gosto e alcançasse o objetivo a que me propôs.

A todos os meus colegas pela amizade e companheirismo que me dispensaram.

À minha esposa pelo seu apoio incondicional.

À minha filha pelo tempo que lhe não dediquei.

Ao meu pai, que já partiu, que hoje viveria um dia de orgulho pelo seu filho.

À minha mãe que do alto dos seus oitenta e sete anos vive cada sucesso dos seus filhos mais vibrantemente do que os seus próprios, numa lição de amor constante.

A todos os antigos combatentes com quem trocamos ideias, principalmente aos que se dispuserem a falar da sua experiência militar, e que tanto enriqueceu este trabalho, Manuel Redondo Cabral e Jeremias Santos Ferreira. E a tantos outros anónimos que seria fastidioso enunciar.

“Agir com fé em função dos princípios que possui, das convicções que sente, dos valores em que acredita – eis o dever de todo o homem. Mas a fé, por outro lado, implica humildade. E por isso cabe lembrar que há dois mil anos, dirigindo-se ao mundo dos homens, formulou Pilatos uma pergunta definitiva: onde está a verdade e o que é a verdade? A resposta – ninguém ainda a encontrou. Ninguém.”

Franco Nogueira, *Juízo Final*, p. 18, último parágrafo (separado), no preâmbulo

“Quando um problema desafia todas as outras formas de solução, é justo e correto pegar na espada.”

Guru Gobind Singh, 1650 – Apud Maria Manuel Stocker, *Xeque Mate a Goa*, Temas e Debates, Lisboa, Julho de 2005

Evocação

A guerra é um tormento de tal dimensão que por vezes atinge proporções imensas – com repercussões tão vastas e provocadoras de efeitos que a todos tocam, desde o Chefe de Estado até ao camponês. Foi isso o que aconteceu em Portugal no ano de 1961 e se prolongou por treze anos. Esse evento terrível levou toda uma geração a conhecer forçadamente o Ultramar Português de então, separou pais de filhos, irmãos, noivos, amigos, e até criou um clima propício a uma tentativa de Golpe de Estado (promovida por Botelho Moniz) e pôs em causa o regime do Estado Novo – que viria a cair com a revolta dos capitães em Abril de 1974.

Durante esse período muitas foram as conversações políticas e as tentativas de serenar o conflito, com resultados sempre duvidosos. No entanto os feridos, os estropiados e os mortos foram-se sucedendo. Sangraram os homens e a Nação. O país canalizou os seus esforços financeiros para o sustento da guerra em vez de os aplicar no desenvolvimento, tão exigido e necessário à altura.

Por tudo isso a todos os que combateram, de forma livre ou obrigatoriamente, aos que foram feridos e especialmente aos que tombaram em solo africano, este é o nosso humilde contributo para que não fique no esquecimento todos os seus sacrifícios e privações, o trabalho árduo, o suor, as lágrimas e o sangue derramado em território ultramarino, em prol de Portugal.

Ao António Borges Coutinho, já falecido, colega de Curso desde o primeiro dia, também ele combatente no conflito do Ultramar, apesar do seu feitio sempre azedo contra tudo o que fosse obra do Estado Novo. Pese embora isso refiro-o sentidamente pela amizade que me dispensou e pelas diversas discussões académicas que tivemos, porque sempre chegamos a bom porto, ou seja, a amizade sempre prevaleceu.

INTRODUÇÃO

1. O estado da arte e as fontes de pesquisa

Sobre a temática que nos dispusemos a desenvolver e que pretende descodificar aspetos da importância dos ecos dados pela imprensa açoriana ao início da Guerra do Ultramar, e do ponto de vista de uma análise em jornais, como fonte primária, onde muito se descortina sobre o que quisemos tratar, não encontramos nada de relevante devidamente compilado e organizado. Todavia não nos foi muito difícil levar por diante este projeto por tal assunto se encontrar amplamente descrito mas não tratado, em documentação original, de onde se destacam a já referida imprensa em geral; e as *Histórias da Unidade*, que são monografias que relatam, do ponto de vista militar, toda a ação dos Batalhões e suas Companhias, desde que eram mobilizados até ao seu regresso.

Se por um lado os jornais são um elemento privilegiado para a aquisição de matéria-prima para a análise do assunto que nos propusemos desenvolver, não podemos arredar a realidade de que toda a produção jornalística era visada antes de ir para as bancas, logo há que ter um especial cuidado para compreender o que neles está ou não está escrito e as razões por que tal acontecia – tarefa de que nos ocupamos. Por outro lado as monografias militares atrás referidas eram normalmente escritas pelos Comandantes de Batalhão, salvo um ou outro artigo aí inserido, de qualquer missão ou ação desenvolvida, que terá sido escrito pelo responsável dessa missão. De qualquer forma as *Histórias de Unidade* são documentos essencialmente militares pelo que se limitam a relatar os acontecimentos e as suas implicações dentro da organização militar, logo com propósitos que poderão não interessar à história.

Mesmo assim, e como verificamos, a soma destas duas importantes fontes de informação não é suficiente para dar o total da informação que precisávamos, além de

se poder considerar como muito parcial, quer do ponto de vista da ética como da própria informação nesses documentos contida. Um era visado pela censura, o outro era parcial - militar. Esta foi a principal razão pela qual nos decidimos em recorrer a bibliografia complementar, o que sobre a matéria existe em abundância.

Uma outra fonte de conhecimento, a qual também utilizamos, e que contém muitíssima informação sobre a temática que tratamos, e está à distância de um clique – é a internet. Recorremos parcimoniosamente também a esta fonte de informação, sempre que considerámos útil e necessário no decorrer da investigação.

2. O objeto da investigação – a imprensa, como portadora da mensagem do Estado Novo

Temos hoje a plena convicção de que a imprensa, sobre a qual o governo tinha grande controlo, era um veículo da maior importância para fazer chegar a mensagem política estadonovista sobre todos os aspetos que o regime pretendesse ver difundidos, situação que não se altera quando emerge a Guerra no Ultramar. Muito pelo contrário, é provável que o filtro a que essa vinha sendo sujeita tivesse ficado ainda mais apertado. A consciência desta realidade não invalida, porém, a importância que muita da informação que os jornais dessa época faziam ecoar hoje seja essencial para a compreensão da época e o nosso estudo em particular, na medida em que procurámos não menosprezar a “infiltração” da censura nos artigos que utilizámos.

E será a imprensa muito bem aproveitada pelo regime Salazarista e pelo Estado Novo, de que damos conta em lugar próprio. De entre os muitos destaques incluídos nos jornais, que denotam a validade desse benefício, distinguimos as celebrações do 10 de junho como prova evidente desse aproveitamento, na medida em que assumem e

imprimem um carácter de exaltação dos grandes valores dos homens ao serviço da Pátria, no período da Guerra do Ultramar.

Assim, além da anterior referência a esse dia como *da Raça* vai o mesmo passar a designar-se como *Dia de Portugal*, e é aproveitado para se condecorar os que mais se destacaram na sua ação em prol da sua Pátria. Se já antes as comemorações desse dia era imponentes agora são soberbas, sendo-lhes imprimidas uma dignidade de arrepiar, o que se percebe com clareza, mesmo para quem tem conhecimento dessas celebrações só através do que está escrito nos jornais.

A imprensa será assim uma importante aliada do Estado Novo na divulgação da sua mensagem, ou diríamos propaganda.

3. Aspetos metodológicos

De acordo com o objeto da dissertação, a fonte principal que utilizámos para a feitura deste trabalho foi, naturalmente, a imprensa regional, cuja consulta procurámos que fosse o mais exaustiva possível. Situámo-nos temporalmente entre 1961 e 1965, mas não será de estranhar que o ano de 1961 seja o mais referenciado. Isto explica-se pelo facto de o cerne deste trabalho se situar nos inícios da Guerra do Ultramar e, portanto, interessava ter uma noção o mais completa possível sobre a visão açoriana (através da imprensa) relativamente ao início desse conflito.

Não se contará, pois, com a “realidade” ou a “verdade” dos açorianos na Guerra do Ultramar, mas sim com a visão que a imprensa da época deu sobre essa realidade. Daí portanto, não termos tido a preocupação de limitar demasiado as citações dos jornais, pois a dissertação tem como objeto, e fonte principal também, como já se disse, a imprensa, e os ecos que esta dava dos acontecimentos no terreno, sabendo-se à partida que a censura limitava enormemente a atuação dos jornalistas.

Além disso muitos artigos publicados nos jornais locais não eram da autoria dos respetivos redatores, mas transcritas de jornais do continente, às vezes sem a devida identificação. Razão pela qual o recurso a bibliografia foi essencial para o enquadramento ou compreensão de determinadas situações ou factos concretos, mas também temos a convicção de que, dada a “presença” muito próxima e traumatizante desta conjuntura histórica que marcou indelevelmente o século XX português, as convicções ideológicas, as experiências pessoais e os traumas de guerra nem sempre permitem uma abordagem o mais possível isenta dos acontecimentos.

Estamos conscientes de que fizemos um enorme esforço para não deturpar as ideias que extraímos das diferentes leituras feitas em diversos documentos (jornais, livros, revistas, artigos e outros), razão pela qual surge a enormidade de referências que, como se pode constatar, resultam de excertos dos conteúdos respetivos e refletem que muito do que escrevemos não é da nossa autoria. Assim, o nosso trabalho foi essencialmente o de compilação e organização cronológica, quando possível, de diversas ideias espalhadas por diversa documentação, tornando o assunto que pretendíamos desenvolver de escorreita leitura e de mais fácil compreensão.

Desta forma muitos serão os assuntos tratados neste trabalho, mas todos têm conexão com a temática base do nosso estudo, que se preocupou em perceber, em diversas vertentes, que ecos produziu a Guerra do Ultramar na imprensa regional açoriana. Pela diversidade de temáticas que aqui tratamos, como já referimos, e para que essas se tornassem de mais fácil compreensão decidimos agrupar os assuntos, estruturando este trabalho em quatro capítulos.

No primeiro realçaremos ao dramatismo que foi o início da Guerra do Ultramar no longínquo ano de 1961; pelo que tentamos perceber e aqui esclarecer qual o posicionamento da imprensa regional açoriana sobre o assunto e que destaques deu ao mesmo. É também através das diversas notícias que relatavam a situação no terreno que

se tentará perceber qual a atitude do governo de então e que medidas tomou para minimizar o que se estava a passar. Terminaremos este capítulo com uma referência às unidades militares mobilizadas a partir dos Açores e quais as consequências que daí advieram.

No segundo capítulo dá-se nota da constituição e mobilização de um Batalhão no qual se incorporaram duas Companhias de Caçadores oriundas dos Açores, razão bastante para o seu estudo; tanto mais que igualmente esse Batalhão fez parte dos contingentes iniciais enviados para o território angolano para a contenção da rebelião insurgente. É também através dos estudos que fizemos desse Batalhão que se irá perceber as grandes deficiências iniciais de ordem militar e logística de que os primeiros contingentes enviados para o território angolano padeciam.

Ainda neste capítulo faremos uma abordagem sobre as diversas cerimónias de despedida que aconteciam em algumas ilhas dos Açores e a forma como as mesmas eram montadas, e os propósitos que continham.

Igualmente nos esforçamos para a feitura de um relato que retratasse os préstimos no terreno dos militares oriundos dos Açores e incorporados no Batalhão em análise, o que não conseguimos, porque, na imprensa consultada (11 títulos) nada se encontrar relatado. Curiosamente, o que damos nota, a mesma imprensa que nada disse sobre a atuação no terreno, como atrás referimos, faz um alarido enorme com diversas publicações de diversas páginas aquando do regresso dos mesmos soldados.

O capítulo encerra com a análise às entrevistas que fizemos a dois antigos combatentes do Batalhão de Caçadores 109. Dois testemunhos fundamentais de quem, passados já mais de 50 anos sobre os acontecimentos e apesar das naturais falhas de memória, “reviveu” com emoção algumas situações difíceis no Teatro de Operações e, sem reservas, aceitou partilhá-las connosco.

No terceiro capítulo apresentamos uma panorâmica geral sobre a guerra no terreno e a evidência que esta tinha na imprensa; onde, através de diversos testemunhos aí encontrados tentaremos perceber a importância da propaganda e da censura como elementos fulcrais ao serviço da doutrina do regime, na minimização pública da gravidade dos conflitos em curso, o que no levou a questionar logo no início deste capítulo se Angola era ou não terra de paz.

Poremos em destaque a forma como foram relatados na imprensa os mortos resultantes do conflito e o esforço feito pelo regime para que esses fossem dados maioritariamente sob uma capa de proteção que não ferisse em demasia a opinião pública, evitando alevantes de maior que pudessem abalar a confiança no regime. Nesse particular abordar-se-á a problemática do posicionamento da Igreja Católica face ao regime vigente, no respeitante à Guerra do Ultramar.

Ainda neste capítulo procurar-se-á compreender a evolução do 10 de Junho no sentido da exaltação do heroísmo e do sacrifício individual e coletivo em defesa da Pátria. O desígnio doutrinário do governo em confronto com as decisões da ONU sobre o Ultramar serão também abordados, questionando-se se as operações militares no terreno eram simplesmente ações de polícia ou se se tratava de uma guerra, justa ou injusta, de acordo com as partes em conflito.

O esforço de guerra exigiria, naturalmente, coesão interna, numa altura em que Portugal se encontrava isolado internacionalmente. Nesta medida, interessou-nos abordar as questões ligadas à censura e à propaganda.

O corpo deste trabalho propriamente dito fecha-se fazendo referência aos movimentos criados por açorianos ou com ligações a esses, e que tiveram como propósito primeiro o de prestar auxílio aos militares açorianos e às suas famílias. Em concreto falaremos da Comissão de Assistência ao Soldado Açoriano (CASA), e do Movimento Nacional Feminino (MNF). Neste último capítulo também daremos nota de

outros apoios aos militares mobilizados para o Ultramar, e das diversas ações promovidas pelas mais distintas coletividades civis, todas com o propósito de minimizar o sofrimento dos militares açorianos e portugueses que então serviram a sua Pátria em territórios ultramarinos.

Este nosso trabalho encerra-se com uma conclusão que ambiciona sumarizar toda a investigação feita.

4. Um debate: Guerra do Ultramar, Colonial, de Libertação ou de África

Antes de mais, e após analisarmos várias formulações sobre a temática que pretendemos desenvolver, convém justificar em parte o título deste trabalho, no tocante à designação do conflito que estudamos intitulando-o como “Guerra do Ultramar”.

Do ponto de vista histórico todas as possessões de um país que se situam para lá das suas fronteiras naturais se configuram como uma expansão colonial, o que justificaria a expressão colonial no título. No caso português em relação a África a situação não é bem essa, apesar de ter sido na Conferência de Berlim¹ que se estabeleceu um novo direito público internacional e por consequência colonial, determinando que nesses territórios, atribuídos às potências europeias desde essa data, as mesmas para ocuparem qualquer parcela nesse continente deveriam aí estabelecer “... uma autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos e a liberdade de comércio e de trânsito. Deixara-se, assim, de ter em conta o direito histórico tradicional para só considerar a posse efetiva resultante da ocupação territorial.”²

¹ Realizada entre 19 de novembro de 1884 e fevereiro de 1885, e tinha como principal propósito o estabelecimento das regras de ocupação de territórios no continente Africano.

² Cf. Estado Maior do Exército, *Resenha Histórico Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Lisboa, 1988, 1º volume, p. 34.

Com a adoção em Portugal no ano de 1930 do chamado *Ato Colonial* fica explicitamente consignada a designação de colónias aos “domínios ultramarinos de Portugal”, constituindo o “Império Colonial Português” (art.º 3.º). Como forma de ultrapassar tal designação, é em 1951 integrado na Constituição da República Portuguesa, no seu título VII, designado “Do Ultramar Português” todo o edifício jurídico relativo às colónias, fórmula que juridicamente transformava as até então *Colónias* em *Ultramar Português*, com a designação genérica de *províncias*, e “organização político-administrativa adequada à situação geográfica e às condições do meio social” (art.º 134). Essa nova designação que apesar de na opinião pública não sofrer contestação relevante que desmobilizasse a escolha feita por parte de Governo da República Portuguesa não resolverá o problema do Ultramar perante o exterior, como mais à frente se verificará.

Por outro lado, neste trabalho falar-se em Guerra da Libertação não tem qualquer fundamento do ponto de vista dos portugueses, pelo que tal designação só assenta com naturalidade aos movimentos que se formaram para lutar contra Portugal com o propósito da libertação dos seus países do dito jugo colonial, sendo portanto uma designação reservada à história desses países que posteriormente se libertaram, logo só a esses caberá defender esta definição.

Não usamos a designação “Guerra de África” na medida em que, por um lado, é demasiado extensiva ao caso em apreço (note-se que em Cabo Verde e em S. Tomé não se verificaram ações armadas); e por outro lado, limitativa, pois ao longo da história de Portugal foram várias as campanhas militares em África, em diversos contextos e cronologias.

Assim, optámos pela designação que era usada na época e que os antigos combatentes continuam, na generalidade, a utilizar: “Guerra do Ultramar”, pois, como se viu, o “Império Colonial Português” assentava nas suas possessões ultramarinas.

Pelas explicações dadas se verifica que para o autor deste trabalho era aceitável qualquer designação complementar ao título do mesmo, entre Colonial e Ultramar, mas respeitando o propósito dos nossos Governantes da altura que tanto lutaram, quer contra a ONU quer com as suas tropas no Teatro de Operações, na defesa do que diziam ser o Ultramar Português, acabamos por melhor aceitar essa designação. Tal não altera em nada os propósitos deste trabalho que é o de desvendar a forma como este assunto ecoava e era tratado nos seus primórdios pela imprensa açoriana.

Independentemente da designação é importante não esquecer, e até mesmo registar para a posteridade, como agora fazemos, que durante catorze anos essa guerra marcou o quotidiano e a vivência de toda uma geração de homens e mulheres e toda a sociedade portuguesa dos anos 60 e 70 do século XX, sendo que no seu fim e depois de muito sangue derramado“...deu origem ao nascimento de seis novos países e ao repatriamento de centenas de milhares de portugueses.”³

Não nos cabe neste trabalho aferir se a independência foi o melhor caminho para os territórios ultramarinos, isso irá a História encarregar-se de mostrar.

Num País quase milenar, como o é Portugal, a Guerra do Ultramar será um episódio longo e duro da sua História, que marcará indelevelmente o antes como Império e o depois como radical metropolitano, em que apenas lhe ficaram agregados os arquipélagos dos Açores e da Madeira.

³ Cf. José M. Salgado Martins “*Regimento de Guarnição nº2 de São Brás (1555) aos Arrifes (2010)*”, p. 155, Nova Gráfica, Ponta Delgada, 2011.

CAPÍTULO I

1961: UM ANO DRAMÁTICO

1. As primeiras notícias sobre os acontecimentos e o destaque na imprensa regional

Desde muito cedo, com o atraso normal para a época em que os meios de comunicação eram uma sombra do que são hoje, através da imprensa regional chega ao conhecimento dos açorianos o que se estava a passar em Angola – primeiro palco do conflito armado. O rigor das notícias ou o filtro de que as mesmas eram alvo não era de grande importância, importante mesmo é que se começou desde logo a dar a informação possível dos tumultos que estavam a acontecer no terreno.

Eis que então surge o primeiro embate emocional entre os açorianos e o que se estava a passar no território ultramarino, numa notícia que dava título em primeira página do lado esquerdo do jornal, em jeito de editorial “A traição continua! Correu sangue em Angola.”⁴ E no desenvolvimento dessa se percebe que houvera em Luanda atos criminosos que terão sido provocados por profissionais da desordem. Subentende-se que o articulista faz uma ligação entre esses acontecimentos e as diversas tentativas de intromissão nos assuntos internos portugueses por parte de alguma organização internacional, referindo-se concretamente à ONU. Neste artigo é também sugerido pelo articulista a necessidade de uma vigilância apertada e a repressão sem piedade aos causadores deste crime hediondo que estavam a perpetrar contra Portugal.

No Jornal *Açores* do dia seguinte, terça-feira 7 de fevereiro de 1961, pode ler-se “O Crime do Santa Maria – Sementes de Violência – 20 mortos é o trágico balanço de um motim em Luanda”. Esta é a primeira notícia nesse jornal sobre os graves incidentes

⁴ *Diário dos Açores*, 6 de fevereiro de 1961, p. 1.

que ocorreram na então província ultramarina de Angola. Apesar da gravidade da situação são servidas ao público duas más notícias em apenas uma, e mesmo assim a mesma é amenizada por uma Nota do Governo de Angola, através da pessoa do seu Governador, o qual sucintamente refere que há já alguns dias o Governo de Angola havia recebido notícias de que se preparava, vinda do exterior, uma alteração à ordem pública naquele território, que coincidia com o assalto ao paquete Santa Maria – pelo que se subentende que o Governo sabia o que estaria para acontecer, mas não se preveniu para o evitar. Mais acrescentava nessa informação que de facto na noite anterior três grupos tentaram assaltar a casa de reclusão de um quartel da polícia e cadeias civis, ação da qual haviam resultado baixas ainda não contabilizadas. Tal situação não era motivo para alarme tanto mais que os assaltantes já se encontravam presos e a normalidade, em grande parte, já se encontrava restabelecida. Este acontecimento insólito já fora repudiado pela população, a qual manteve a serenidade, opina o articulista. Mais acrescenta que tal acontecimento é estranhamente coincidente com a permanência em solo Angolano de jornalistas estrangeiros, alguns dos quais, em momento imediatamente anterior, terão referido da vulnerabilidade da imensa costa angolana, facilitadora de eventuais desembarques de material de guerra.⁵

Sobre o fundamental da notícia anterior, os acontecimentos em Angola, é referido que no dia 5 desse mês foram realizados os funerais das vítimas portuguesas, tendo-se incorporado nesse cortejo fúnebre o Governador-Geral da Província e as suas autoridades, e milhares de civis. Em mensagem dirigida à população esse Governador – Álvaro Rodrigues das Silva Tavares, referiu a emergente necessidade no fortalecimento do espírito de unidade entre os portugueses, que isso era o que estaria na base do seu bom relacionamento em todo o mundo. Mas esta notícia não termina sem uma mensagem tranquilizadora a referir que naquela Província tudo estava normal, pelo que

⁵ Cf. *Açores*, 7 de fevereiro de 1961, p. 1.

os agitadores não encontraram simpatias entre a população, e os acontecimentos deviam-se a infiltrações providas do exterior.⁶

Contrariamente às palavras do Governador a situação não parecia tender a acalmar, e logo a 10 desse mês houve novos incidentes que foram prontamente reprimidos, conforme ficamos a saber através das páginas do jornal, que faz referência a um grupo constituído por dezenas de homens armados que surgiram nas imediações da cadeia de São Paulo, com o propósito de causar distúrbios, os quais foram prontamente reprimidos, tendo desse confronto resultado a morte de alguns desses “díscolas”, e o ferimento sem gravidade em um homem das forças de segurança. Por último se faz referência a que a ordem fora completamente restabelecida logo após este incidente.⁷ Sobre este acontecimento dias depois ficamos a saber que pese embora a repressão exercida pelas forças da ordem sobre estes “bandoleiros” acreditava-se na possibilidade de que ainda poderia haver terroristas à solta,⁸ e isto deveria ser motivo de preocupação para as autoridades portuguesas.

Em outro jornal e sobre este evento é referido que a 11 de Fevereiro de 1961, pelas 23 horas, dera-se um novo incidente quando as autoridades estavam a controlar alguns indivíduos suspeitos, os quais se sabia com antecedência que pretendiam provocar distúrbios. Eram algumas dezenas que surgiram nas imediações da cadeia de S. Paulo, que ficaram surpresos pelas forças da ordem, as quais os controlaram muito rapidamente, infligindo algumas baixas nos pretensos desordeiros.⁹

Por seu lado, só vários dias mais tarde é que o jornal *Correio dos Açores* faz referência a que “Em Luanda foram presos mais alguns indivíduos que participaram no

⁶ Cf. *O Telégrafo*, 7 de fevereiro de 1961, pp. 1 e 4, “Os acontecimentos em Angola”.

⁷ Cf. *Diário dos Açores*, 10 de fevereiro de 1961, p. 1.

⁸ Idem, 13 de fevereiro de 1961, p. 1, “Em Luanda”.

⁹ Cf. *Açores*, 12 de fevereiro de 1961, pp. 1 e 11.

assalto a estabelecimentos policiais da cidade ocorrido na noite de 3 para 4 do corrente. Entretanto a situação na cidade continua absolutamente calma.”¹⁰

Em outro jornal, publicado na Ilha do Pico, é só quase no final de fevereiro, incluído em artigo de primeira página da autoria do Dr. M. Alexandre Madruga, que se dá conta dos diversos acontecimentos perpetrados contra Portugal, quer de nível interno, como externo e internacional. Nesse faz-se referência ao desvio do navio de passageiros “Santa Maria” por Henrique Galvão, situação que só serviu para os portugueses mais se unirem na sua moralidade e política. Quanto aos distúrbios havidos em Angola, os quais foram provocados por estrangeiros, refere que perante esses Portugal não iria ceder. E os alevantes anteriormente verificados na ONU contra os portugueses só terão servido para lhes despertar a consciência da sua grandeza.¹¹

Numa segunda fase, e na sequência de mais ocorrências graves em Angola, é só a 21 de Março que se fica a conhecer os acontecimentos de 15 desse mês, já com uma evolução completamente anormal; ou seja, quando se dá a saber o acontecido faz-se logo referência à perseguição de que foram alvo os bandos de assaltantes que levaram a efeito uma grande desordem. Logo mais referindo que a normalidade se estava restabelecendo, estando então a prosseguir-se a vida numa harmonia quotidiana.¹² O que fazia transparecer ao comum cidadão leitor do jornal é que havia qualquer coisa a acontecer em Angola mas as autoridades estavam a dar conta do que se estaria a passar.

Em sentido contrário eis que surge uma notícia que, pela gravidade relatada, provavelmente nenhum português gostaria de ter conhecimento, mas é verdadeira e está agora estampada no jornal “Os acontecimentos em Angola: Foram massacradas todas as mulheres e crianças da povoação de Madimba”.¹³ Desenvolvendo a notícia o cronista faz referência ao pouco conhecimento dos acontecimentos que se verificaram no norte

¹⁰ *Correio dos Açores*, 19 de fevereiro de 1961, p. 1.

¹¹ Cf. *O Dever*, 25 de fevereiro de 1961, p. 1, “Raça de Víboras”.

¹² Cf. *Açores*, 21 de março de 1961, p. 1, “Os Terroristas de Angola”.

¹³ *Idem*, 23 de março de 1961, p. 1.

de Angola, também é desconhecido o número de mortos desse massacre; o que diz saber é que nesse lugar todos foram massacrados, de entre mulheres e crianças. Isto porque os homens perante o ataque decidiram ir procurar reforços a uma povoação próxima – S. Salvador. Quanto às mulheres e crianças, que se haviam abrigado no mato, acabaram por ser descobertas por causa do choro provocado pelo terror das crianças perante tal situação – o que acabaria por lhes ser fatal. Além do mais todas as casas de brancos e de negros haviam sido destruídas ou incendiadas, assim como todas as suas plantações.¹⁴

Apesar do relato anterior e na mesma primeira página do mesmo dia, lado direito em baixo, já se dá nota de que “Em Angola os assaltantes continuam a ser perseguidos de perto por forças militares e milícias de voluntários, mau grado as chuvas torrenciais dos últimos dias”. É uma notícia que tranquilizava os portugueses, tanto mais que tentava demonstrar que se não fosse a época de chuvas que se estava a viver no terreno a busca dos malfeitores ainda teria sido mais eficaz.

Mesmo num artigo em defesa de Portugal e da sua posição na ONU o articulista Luís Rodrigues a dado passo refere em uma passagem num seu escrito que põe a nu e de forma indelével o momento que se estava a viver e que até àquela data ninguém do Governo o havia assumido: “O Norte de Angola tornou-se campo de ataques de estranhos que surgem vindos de fora, e da mais exemplar resistência de brancos e negros naturais ou residentes naquela província, todos dando um exemplo de portuguesismo...”.¹⁵ Na mesma edição do jornal *Açores* e na primeira página também pode ler-se que “Em Angola continuam as operações de limpeza estando já presos alguns dos principais cabecilhas”.¹⁶ Mais uma vez uma notícia parece querer sobrepor-se à outra, o que seria normal se as mesmas fossem publicadas em dias diferentes, mas neste caso diz-se no mesmo dia e no mesmo jornal que o norte de Angola estava a ser

¹⁴ *Açores*, 23 de março de 1961, pp. 1 e 2.

¹⁵ *Idem*, 28 de março de 1961, p. 1.

¹⁶ *Idem*, *ibidem*.

invadido por meliantes que provinham do exterior, logo convenhamos que a detenção ou prisão destes eventualmente só deveria acontecer em outra altura. Esta situação só é compreensível se atendermos à dificuldade da circulação das notícias, entre a origem e as redações, fazendo com que notícias que deveriam ser dadas de forma desfasada acontecessem em simultâneo.

A surpresa parece ser o elemento dominante nas ações dos terroristas, e disso nos dá conta o *Correio do Açores*, referindo que, em Luanda, terroristas escondidos munidos de armas modernas e automáticas deram combate às forças militares, ao que estas prontamente ripostaram resultando que os terroristas se puseram em fuga.¹⁷

Nesta linha de atuação dos terroristas em Angola é reconfirmada a surpresa como elemento dominante na sua ação; tal verifica-se por mais este excerto: “Traiçoeiro assalto dum grupo de bandoleiros à pequena povoação de Úcua onde, assassinaram dez europeus e três mestiços.”¹⁸ No corpo da notícia dá-se nota de que este evento havia acontecido no dia anterior e tinha sido perpetrado por elementos da UPA-Lumumba, que surgindo dos matagais e de surpresa atacaram em diversas frentes, situação que ainda foi reprimida por um chefe de posto e alguns elementos da população. Deste confronto resultou a morte de quase uma centena de atacantes. No entretanto esta povoação já fora ocupada militarmente pelas forças portuguesas. Resta acrescentar que na sequência desta ação os bandoleiros saquearam e incendiaram algumas casas e estabelecimentos.

Deste mesmo tipo de operações é-nos dada nota em outro jornal, só que acrescenta que numa dessas uma força militar nossa surpreendeu os bandoleiros, que se encontravam num grupo numeroso, infligindo-lhe pesadas baixas, e que do nosso lado apenas houve três feridos – sem gravidade. Uma outra patrulha que havia sido atacada respondeu com firmeza de tal forma que destroçou por completo os terroristas

¹⁷ Cf. *Correio dos Açores*, 7 de abril de 1961, p. 1, “Os Terroristas em Angola”.

¹⁸ *Diário dos Açores*, 13 de abril de 1961, p. 1, notícia em cima à direita.

atacantes.¹⁹ Desta vez não é mencionado se houve ou não baixas do lado português, mas dá a ideia de que nos estamos a aguentar bem nesse emergente conflito.

E o esforço português de estabilização ou recuperação dos espaços perdidos é desenvolvido e em força, a acreditar nas notícias que vão surgindo nos jornais, como esta: “Em Angola as Forças Militares ocuparam uma zona mais afetada pelos terroristas”.²⁰ Ou então: “Em Angola as forças aéreas e terrestres, auxiliadas pelas populações das vilas, fazendas e postos, prosseguem as operações de vigilância, cerco e repressões nos núcleos terroristas que continuam ainda escondidos no mato.”²¹

Esta como muitas outras notícias vão dando nota e bastante realce à empreitada inicial dos atacantes. Parece um rio que não pára o seu curso, de que este é só mais um exemplo: “Ameaças de sangue... ultimamente, algures, em Angola, na linha fronteiriça entre Maquela e São Salvador, onde se infiltraram bandos de sicários estrangeiros, para toda a casta de terrorismo; [fizeram] assaltos a casas comerciais e propriedades agrícolas, com assassínio de homens, mulheres e crianças.”²²

Até essa altura ainda não se falava em guerra mas o facto é que havia muita gente a movimentar-se de forma estranha no terreno de Angola, o que levava as autoridades portuguesas e mesmo as milícias a impor um controlo mais apertado sobre as pessoas, não sendo raros os aprisionados para investigações, como o caso de um estrangeiro que foi preso para averiguações e depois libertado. Situação que demonstra a desconfiança reinante no território Angolano.²³ Ao mesmo tempo são capturados em Luanda indivíduos suspeitos, porque entre eles havia um que era portador de um mapa de Angola onde estava bem assinalado os pontos onde deveriam dar-se tumultos como

¹⁹ Cf. *A União*, 25 de maio de 1961, pp. 1 e 4.

²⁰ *Açores*, 29 de março de 1961, p. 1.

²¹ *Idem*, 29 de março de 1961, p. 1.

²² *O Açoriano Oriental*, 1 de abril de 1961, p. 2. Excerto do artigo de Zurarte de Mendonça Filho “Para Além das Ameaças e do Resto”.

²³ Cf. *Açores*, 31 de março de 1961, p. 3, “A situação em Angola”.

os do Norte de Angola.²⁴ Claro que num momento de incertezas e perante os factos comprovados muitos mais se tornarão suspeitos e serão presos só por isso.

E havia razões para que assim fosse, nesse período de incerteza em que os assaltos, o vandalismo e a morte andavam de mãos dadas, apesar da forte / possível repressão por parte dos militares, da polícia e das milícias. Ainda no dia da tomada de posse de Salazar como Ministro da Defesa Nacional é assolada a povoação de Úcua, a qual era também conhecida como a porta de entrada da região dos Dembos. Rapidamente a povoação foi reocupada militarmente mas não sem que antes houvesse luta, morte e destruição, quer por via do vandalismo quer por via do fogo posto.²⁵

Pese embora as decisões tomadas pelo Governo, como o momento exigia, e as muitas medidas aplicadas no terreno, não abrandaram os acontecimentos no Teatro de Operações, pois continuavam as notícias a chegar diariamente e em catadupa às redações dos jornais, os quais vão dando o destaque possível, porque censurado.

Este conflito, que há apenas três meses se havia iniciado, parecia não ter fim próximo à vista. Isto apesar da boa vontade e dos esforços feitos pelas autoridades, que nas várias referências à situação que constatámos, iam sempre confirmando que, apesar dos diversos tumultos a aparente normalidade ia regressando, o que não é de toda a verdade dos factos, como veremos e iremos dar nota ao longo deste trabalho.

2. “Para Angola, rapidamente e em força” – Notícias da situação no terreno

O início da desordem e dos confrontos perpetrados pelos rebeldes em Angola é a 4 de fevereiro de 1961, a revolta mais brutal acontece a 15 de março desse ano. A situação mostra-se grave desde o início e para lhe fazer face verificam-se imediatas

²⁴ Cf. *Açores*, 31 de março de 1961, p. 3, “A situação em Angola”.

²⁵ *Idem*, 14 de abril de 1961, pp. 1 e 3, “Novas Prisões em Angola”.

movimentações políticas que culminam a 13 de abril de 1961 com o Presidente do Conselho, Salazar, a promover uma remodelação do Governo no tocante às pastas mais sensíveis em relação ao momento que se estava a viver, a saber: é nomeado para Ministro do Exército o Brigadeiro Mário Silva, e para Ministro do Ultramar o Doutor Adriano Moreira, e é o próprio Salazar que acumula à Presidência do Conselho outra pasta, a mais complicada naquele momento – a da Defesa Nacional.

Salazar justifica-se:

“Se é precisa uma explicação para o facto de assumir a pasta da Defesa Nacional nos momentos da remodelação do governo que se verificará a seguir, a explicação pode-se concretizar-se, numa palavra e esta é – Angola. Pareceu que a concentração de poderes da Presidência do Conselho e da Defesa Nacional bem como a alteração de alguns altos postos noutros sectores das Forças Armadas facilitaria e apressaria as providências necessárias para a defesa eficaz da Província e da garantia da vida, do trabalho e do sossego das populações.

Andar rapidamente e em força é o objetivo que vai pôr à prova a nossa capacidade de decisão. Como um só dia pode poupar sacrifícios e vidas, é necessário não desperdiçar nesse dia uma só hora para que Portugal faça todo o esforço que lhe é exigido a fim de defender Angola e, com ela, a integridade da Nação.”²⁶

Está assim definida a política de Salazar, que é a mesma do regime, que é a da Nação. Num momento difícil como aquele que então se vivia, para o comum dos cidadãos, tudo parecia estar a ser feito para defender a integridade territorial.

Sobre esse momento da política e diplomacia nacional portuguesa podemos encontrar uma visão diferente entre muitas outras, anos mais tarde, identificada por Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, que é do seguinte teor:

²⁶ Cf. *Açores*, 14 de abril de 1961, p. 1, “*Remodelação do Governo: SALAZAR assumiu a pasta da Defesa Nacional*”.

“Quando Salazar, depois de dominar a tentativa de golpe de Estado do General Botelho Moniz²⁷, pronunciou as palavras *para Angola e em força*, estava, mais uma vez, a traçar o destino de Portugal e das suas colónias. Com estas palavras e as ações que se lhe seguiram, Salazar fechava as portas, desde o início, a qualquer solução negociada para a questão colonial e ultramarina.

Impressionados pela exibição das fotografias dos terríveis massacres de Angola, verdadeiras mas de uma só face, os Portugueses responderam, de forma geral, com generosidade ao apelo do *ditador*, sem poderem formular livre juízo de valor sobre o seu empenhamento. A guerra acabou, aliás, por conduzir a maior dureza dos sistemas repressivos do regime, impedindo qualquer discussão ou abordagem do problema...”²⁸

Na mesma altura, Abril de 1961, também Adriano Moreira logo na sua tomada de posse elucida, referindo-se a Angola “...receio que haja alguém que não se tenha ainda apercebido de que estamos em clima de guerra... onde se violaram mulheres, mataram crianças, torturaram homens e todos morreram com honra.”²⁹ Em outra notícia constata-se ainda melhor o ponto de vista do novo empossado, relativamente ao clima de guerra que se estava vivendo naquele território, e das tentativas da ONU em pretender um caminho para a autodeterminação desse, afirma: “Não se trata do problema da autonomia ou independência dos territórios em sujeição. Trata-se exclusivamente, de exterminar os europeus no caso de não resolverem voluntariamente abandonar o Continente africano. Não se trata dos direitos do homem africano, mesmo

²⁷ Esta referência relativa à tentativa de Golpe de Estado perpetrada por Botelho Moniz não encontra uma única linha escrita sobre o assunto em todos os jornais que vimos; razão pela qual nos despertou a curiosidade em descortinar de que realmente se tratava. Fizemos uma investigação sobre o mesmo e acabamos por o considerar como um momento muito importante da História de Portugal, o que por essa razão achamos por bem em o classificar como um forte sinal de censura; motivo que nos levou a referenciar este episódio no Capítulo III, penúltimo parágrafo do ponto 8, deste trabalho.

²⁸ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Editorial Notícias, Lisboa, 2000, p. 16. Sobre a cristalização do Governo e do regime, como nos referem os autores citados, situação que com o passar do tempo se torna de tal forma insuportável, que são os próprios eleitos pela União Nacional que mais tarde irão contestar a continuidade da guerra, de que damos nota deste pensamento de Mota Amaral tombado a escrito no jornal *Diário dos Açores* de 17 de outubro de 1969: “... a solução do conflito há-de ser procurada, energicamente por meios políticos. É preciso conquistar a paz para a África portuguesa.”

²⁹ Cf. *Açores*, 14 de abril de 1961, p. 13 “A posse do Ministro do Ultramar”.

que tais direitos tivessem exclusivamente em vista o homem negro. Trata-se de substituir as soberanias e sujeitar a interesses bem conhecidos todos os povos de África”.³⁰ Como tal considerava que o que cabia aos portugueses era reedificar o clima de paz antes vivida para que fosse possível continuar a desenvolver a obra que estes se haviam proposto.³¹ O novo governante está firme no seu propósito; os territórios são portugueses e a política de Portugal é defendê-los e mantê-los sob essa tutela, asseverava que a paz, talvez com o tempo, regressasse.

Mais do que as palavras o que nos interessa aferir, num momento de grande dificuldade como o que então se vivia, é a ação subsequente, e esta é rapidamente visível no terreno; confirma-se tal pela constatação logo a 15 de abril de 1961 no jornal *Açores*, quando em título de primeira página se dá a saber que como repercussão das palavras de Salazar “foram mobilizadas em Angola as tropas na disponibilidade”. Há novas nomeações de militares, pretende-se a construção de novos aeródromos perto de todos os postos administrativos e circunscrições de Angola; as milícias engrossam e a população civil dá-lhes o seu melhor apoio; a Fundação Calouste Gulbenkian presta-se a auxiliar as vítimas do terrorismo; o povo de Braga manifesta o seu júbilo pelas decisões de Salazar ao mesmo tempo que repudia o terrorismo. Tudo isto não é para já suficiente para travar a crescente “onda terrorista”,³² pese embora os muito bons serviços na defesa do norte de Angola feita por militares e milícias; isto porque os terroristas estavam numa fase de grande atividade.³³ Facto que só por si fez com que fosse decretado em Luanda o recolher obrigatório para as 20 horas.³⁴ Situação que antes não era vivida naquele território.

³⁰ *Diário Insular*, 14 de abril de 1961, p. 1, excerto do artigo “Estamos em Clima de Guerra”.

³¹ Cf. *Açores*, 14 de abril de 1961, p. 13 “A posse do Ministro do Ultramar”, fim do segundo parágrafo.

³² Ao utilizarmos a palavra “terrorista”, usamos a terminologia oficial da época e não em qualquer sentido pejorativo. De qualquer modo, pelo menos as ações iniciais da UPA, por tão brutais, não podem deixar de ser consideradas como de terrorismo; logo, os seus perpetradores eram assim catalogados.

³³ Cf. *Açores*, 15 de abril de 1961, pp. 1 e 2.

³⁴ *Idem*, 16 de abril de 1961, p. 1.

Tornara-se evidente que a situação era muito grave, e carecia por isso que fossem tomadas medidas urgentes para evitar o avolumar de problemas. Com o objetivo de fazer chegar a esse território a ajuda necessária, quer em homens quer em equipamentos, é criada uma ponte aérea entre Lisboa e Luanda, com o apoio da Transportadora Aérea da Índia Portuguesa.³⁵

Era da maior importância que naquele momento de extrema dificuldade que se estava a viver, todos se pusessem de acordo, e isso aparentemente estava a acontecer, como se prova pelas palavras do Dr. Ramada Curto, antigo deputado e ministro da I República, e proferidas aos microfones da Emissora Nacional. Em síntese referem que os homens não se distinguem pela cor, distinguem-se mais pelo facto de serem ou não selvagens, e esses não terão de ser necessariamente pretos, porventura atuam a mando de brancos, e esses sim são os verdadeiros selvagens, e que no caso de Angola esses mereciam exemplar castigo. Por isso, naquela altura, o Dr. Ramada Curto concordava com a união dos portugueses como melhor forma para a resolução do problema de Angola, que naquela fase era o maior de todos que Portugal enfrentava. Todos devem ajudar, uns com sangue e outros com fazenda (dinheiro), só assim se conseguiria com sucesso ultrapassar aquele problema, dizia.³⁶

Mais tarde e aproveitando o facto das comemorações do 36º aniversário do 28 de maio, portanto em 1962, Salazar é peremptório na sua comunicação às Forças Armadas reafirmando: “É para a África, sobretudo, que têm de dirigir-se os nossos esforços”.³⁷ Mais asseverava que para isso era necessário manter a união das Forças Armadas, porque um exército que não é unido torna-se um bando armado, assim, a união dos militares transforma homens armados em Exército, e esse era o último reduto para a defesa dos interesses da Nação. Mais disse que face aos acontecimentos que se estavam

³⁵ Cf. *Açores*, 18 de abril de 1961, p. 1.

³⁶ Cf. *O Telégrafo*, 26 de abril 1961, p. 1, “A hora é incerta e grave”.

³⁷ *Açores*, 2 de junho de 1962, p. 1.

a viver seria uma traição aos que morreram já em defesa da Pátria se o Exército português não estivesse unido naquele momento.³⁸ Esta mensagem é muito clara para todos os portugueses e principalmente para os militares a quem se está a dirigir, todos não são muitos para salvar a Nação, talvez tendo em mente a forma como afastara Botelho Moniz do Governo na sequência da sua tentativa de Golpe de Estado. O momento exigia que assim fosse e a História diz-nos que assim aconteceu, e o povo, inicialmente, uniu-se à volta de um ideal – Portugal; país que não era pequeno, ia do Minho a Timor, e segundo o regime vigente assim deveria continuar.

Recuemos um pouco para confirmarmos que as preocupações de Salazar, do Governo e até da sociedade civil da altura em relação a Angola eram muito sérias, porque ao mesmo tempo que eram desenvolvidas negociações diplomáticas, esforços políticos e alterações ministeriais, tudo objetivando a estabilização da situação no território angolano, as notícias sobre os problemas no terreno vão surgindo em catadupa na imprensa. Assim se constata no pequeníssimo texto de última página intitulado Última Hora, onde pode ler-se o seguinte: “LISBOA, 4 (noite) – Segundo um comunicado do Governo-Geral de Angola, grupos de indivíduos pretenderam assaltar, cerca das 3 horas da madrugada de hoje, em Luanda, a Casa de Reclusão Militar, um quartel da P.S.P. e as cadeias civis. Houve luta, registando-se baixas de ambos os lados (6 mortos e diversos feridos). O Comunicado esclarece que a intenção dos assaltantes era libertar os reclusos e que foram presos os responsáveis e restabelecida a ordem.”³⁹ A data a que esta notícia faz referência coincide com o início não oficial das hostilidades, 4 de fevereiro de 1961.

Na edição seguinte *O Telégrafo* faz referências em primeira página aos funerais dos agentes da ordem mortos nos assaltos dos criminosos, bem como à mensagem dirigida à população de Angola, pelo seu Governador-Geral, referindo nela que apesar

³⁸ Cf. *Açores*, 2 de junho de 1962, pp. 1 e 5.

³⁹ *O Telégrafo*, 5 de fevereiro de 1961, p. 4.

deste incidente mantinha-se um espírito de fraternidade e de boas relações entre os portugueses de Angola e de todo o mundo. Na mesma notícia e em conclusão, na página 4, é referido que em simultâneo à realização dos funerais havia sido descoberto o esconderijo de elementos que se suspeitava pertencerem ao referido bando, aos quais fora infligida a morte a quatro e ferimentos severos em sete.⁴⁰ Mas a repressão não se ficou por ali, pois em última página do mesmo jornal na edição do dia 8 de fevereiro de 1961 se fica a saber que “Os agitadores pagaram duro tributo ao seu desvario, elevando-se a 24 o número de bandidos que perderam a vida em Luanda.”⁴¹

Tal ação de repressão sem tréguas aos ditos bandidos levou a que a situação regressasse à calma de outros tempos, nem se notando que dias antes haviam acontecido escaramuças, que de tão graves fizeram alguns mortos. E essa repressão era feita tanto pelas autoridades como pelos populares, os quais em muito ajudaram à captura de alguns malfeitores e atores daquele ato.⁴²

Mas os agitadores não se ficaram por um primeiro embate, apesar das baixas sofridas, e a 10 de fevereiro de 1961 lançam-se em nova agitação, resultando dessa mais alguns mortos da parte dos perturbadores e apenas um ferido sem gravidade pela parte das forças públicas⁴³, as quais tentam por todos os meios conter o manancial de acontecimentos porque esses estavam a suceder-se em catadupa.

É só a 18 de março que, numa notícia de primeira página do jornal *O Telégrafo*, se dá conta dos graves acontecimentos que tiveram lugar no Norte de Angola. A notícia da forma que nos é apresentada dá ideia desse acontecimento ter sido de pouca gravidade, tanto mais que não há referência específica ao número de mortos ou feridos. Em síntese é referido que os ataques provieram do exterior e os mesmos aconteceram isoladamente, aos quais se seguiu uma reação dos indígenas. Mais refere que após os

⁴⁰ Cf. *O Telégrafo*, 7 de fevereiro de 1961, pp. 1 e 4.

⁴¹ Idem, 8 de fevereiro de 1961, p. 4.

⁴² Idem, 9 de fevereiro de 1961, pp. 1 e 4.

⁴³ Idem, 12 de fevereiro de 1961, pp. 1 e 4.

acontecimentos as autoridades procederam de imediato a uma investigação sobre tais eventos. No dia seguinte, sobre o mesmo assunto e no mesmo jornal é então referido com alguma certeza (?) que afinal o número de mortos, entre brancos e pretos, se elevava a trinta. E nem mesmo cinco dias depois, segundo relata o mesmo jornal em primeira página, é possível saber-se o número de mortos dos incidentes de 15 de Março: “Continua porém ainda ignorado o número total de vítimas dos acontecimentos”.⁴⁴ Mas refere-se abertamente que a calma voltara a Angola.

Esta situação de calma aparente é abruptamente abalada por um grito de alerta em título de jornal “Registam-se em Angola novos ataques terroristas”.⁴⁵ E esses repetem-se constantemente, de que entre tantos este é mais um exemplo: os terroristas continuam a desenvolver muitos assaltos, destroem pontes, e quando repelidos não se coíbem em voltar a investir em novos ataques.⁴⁶

Notícia que é contraposta com a de que “grandes reveses têm sido infligidos aos terroristas pelas forças da ordem.”⁴⁷ Nessa é referida a posição dos portugueses em relação aos terroristas referindo que se eles não desarmassem os portugueses também não. A comprovar as contrariedades de que os terroristas estavam sendo alvo refira-se que o ataque que eles tentaram fazer à povoação do Bungo, norte de Carmona, estava previamente previsto pelos seus habitantes, pelo que a defesa daquela localidade se fizera muito fácil. Também perto dessa localidade, na fazenda de Ambriz, um grupo de terroristas foi surpreendido e foram feitos diversos presos. Dá-se a ideia de que as autoridades estavam a conseguir contrariar as ações terroristas e desta vez eram as forças portuguesas que estavam a utilizar o fator surpresa para o sucesso das suas ações.

⁴⁴ Cf. *O Telégrafo*, 23 de março de 1961, p. 1.

⁴⁵ *Correio dos Açores*, 5 de maio de 1961, p. 1.

⁴⁶ *Idem*, 20 de junho de 1961, p. 1.

⁴⁷ *Diário dos Açores*, 27 de abril de 1961, p. 1.

E esta tática militar de surpresa parece agora vingar, a ajuizar por este título de primeira página “Um grupo de terroristas que se preparava para atacar Toto foi dizimada pela aviação e por para-quedistas.”⁴⁸

Em outra notícia de primeira página se dava nota em secção própria das notícias de Angola que “os terroristas assaltaram e saquearam mais algumas fazendas do norte da província.”⁴⁹ No essencial era referido no corpo da notícia a ação das tropas portuguesas e também do inimigo. As referidas tropas desalojaram terroristas da região de Inhaca; mas uma patrulha militar fora atacada por três vezes, de que resultou um morto e dois feridos. O inimigo saqueou e incendiou várias fazendas na região de Loge, e provocou a obstrução da estrada no troço Congola-Benge. O relato surge-nos tratado como um pingue-pongue. Os terroristas atacam e os portugueses retaliam, e este será o mote do conflito.

Logo no dia seguinte há novas notícias sobre a situação militar no terreno e ficamos a saber que “Os terroristas continuam a sua ação de pilhagem a fazendas isoladas.”⁵⁰ O conteúdo desta é similar à anterior. Queima de fazendas e o consequente roubo das suas colheitas – café. Também nessa se faz referência a uma ponte sobre o rio Cassamba que fora incendiada; uma vala feita na estrada de Mucaba que impedia o trânsito, tudo isto provocado pelos terroristas; e a desobstrução feita por parte dos portugueses de uma estrada, Negage-Puri-Sanza Pombo.

Repetem-se as notícias dois dias depois, e os títulos são bem elucidativos da ação no terreno dos militares portugueses e as dificuldades em controlar tal avalanche de tais propósitos dos terroristas, os quais na prossecução dos seus intentos “... estão a

⁴⁸ *Diário dos Açores*, 16 de maio de 1961, p. 1.

⁴⁹ *A União*, 4 de julho de 1961, p. 1.

⁵⁰ *Idem*, 5 de julho de 1961, p. 1.

incendiar as povoações de Nanbuangongo para cobrir a retirada e tentar retardar as forças militares que operam na região.”⁵¹

Observando uma fotografia de primeira página no jornal *Diário dos Açores* de 8 de julho de 1961, vê-se um grupo de cerca de duas dúzias de homens muito bem armados, de aspeto alegre e rude, numa pose digna de qualquer equipa de futebol, com a seguinte inscrição por baixo da mesma “EM ANGOLA – são estes os heróis civis cuja coragem e patriotismo fizeram de Bungo um reduto inexpugnável às ferozes investidas dos terroristas.”⁵² Este é o primeiro contacto visual que o público em geral tem com a guerra no terreno. E pelo aspeto apresentado por todos os homens que estão nessa fotografia, os quais transmitem uma confiança enorme, se dá a conhecer a crua realidade no terreno, apesar do elevado número de militares já expedidos para essa parcela territorial ainda são poucos para a defesa de tão grande espaço, e para que esses homens (civis) pudessem garantir a sua permanência nesse lugar tiveram de pegar em armas, para a sua defesa. É talvez a primeira constatação pública de que Portugal tinha território mas a sua ocupação humana não estava conseguida porque não possuíam pessoas em quantidade suficiente para o fazer. Razão pela qual, talvez, que já no mês anterior se fazia um apelo enorme para que os militares que estavam no Ultramar, a partir do momento que fossem desmobilizados o Governo lhes garantia meios para que os mesmo se pudessem aí estabelecer e colonizar esses espaços.⁵³

As referências à valia e utilidade desses voluntários na luta para o regresso à normalidade em Angola é repetida, vejamos:

“As forças militares e os *voluntários* repeliram diversos ataques dos terroristas, registando a morte de um soldado.”⁵⁴

⁵¹ *A União*, 7 de julho de 1961, p. 1.

⁵² *Diário dos Açores*, 8 de julho de 1961, p. 1.

⁵³ Apud *Diário Popular*. Cf. *Diário dos Açores*, 9 de julho de 1961, p. 1, “Só Assim”.

⁵⁴ *Diário dos Açores*, 15 de julho de 1961, p. 1.

“Notícias de Angola – Os terroristas estão a ser severamente batidos na região de Carmona. Colunas de *voluntários* perseguem os bandoleiros acoutados nas matas.”⁵⁵

Mas esses *voluntários*, que de início tão úteis foram no combate e na contenção dos terroristas precisavam urgentemente de reforços militares, porque a situação tendia a complicar-se e o inimigo estava melhor organizado do que se julgava, confirmemos: “Notícias de Angola – a U.P.A. utilizando veículos automóveis está a deslocar homens para além fronteira onde se encontram instalados Campos de Treino.”⁵⁶ No corpo desta notícia, que primeiramente expressa o que se estava a passar no terreno, com os ataques surpresa pelas forças inimigas, onde se inclui o alvejamento de veículos por atiradores furtivos na estrada Carmona-Negage, de que resultaram dois camionistas feridos; também se dá nota do ataque por parte de uma força militar, apoiada pela Força Aérea, próximo de Lucunga, que fez pôr em fuga os terroristas. É então encaixado um parágrafo que faz jus ao título da notícia, mas sem acrescentar nem mais uma palavra. Fica no ar a primeira referência a um inimigo que era mais do que um simples bando de malfeitores, era um grupo organizado de nome UPA, mas sobre esse não foi acrescentada mais qualquer informação aos açorianos.

E parece que todas as acusações quanto aos ataques terroristas de que os portugueses tinham repetidamente sido alvo iam na direção da incriminação da UPA, que diziam estar a desintegrar-se. Confirmemos a esse propósito este título de notícia em primeira página “Os terroristas da U.P.A. encontram-se em franca desagregação nas regiões do norte.”⁵⁷ Nessa notícia o emissor suporta-se no facto de que por não terem havido ataques em dois dias de uma semana, a organização, anteriormente tão ativa, agora tenha esmorecido; além do mais também especula que os compromissos que outros tinham assumido para com esta organização não estavam a ser cumpridos, logo

⁵⁵ *A União*, 10 de julho de 1961, p. 1.

⁵⁶ *Idem*, 12 de julho de 1961, p. 1.

⁵⁷ *Diário Insular*, 6 de agosto de 1961, p. 1.

lhes faltavam armas e munições, e os restantes que ainda combatem os portugueses estão abandonados à sua sorte. Mas fazia um aviso de alerta de que, a seguir a estes ataques podiam estar a preparar-se outros, e provavelmente na República do Congo.

Mas a referência a este grupo e que denota que ele era realmente organizado é dada quase um mês antes, mas nessa altura sem lhe referir qualquer nome, aquando dos assaltos a várias localidades onde se incluía S. Salvador. Nessa ação já era aludida uma nova tática praticada pelos terroristas e que consistia, contrariando o verificado no início dos conflitos, em fazer ataques em pequenos grupos, e desta vez já municiados de armas automáticas e granadas.⁵⁸ Ou seja, além de relativamente bem organizados os terroristas já estavam munidos de armas e outros equipamentos de guerra, antevendo-se que o futuro para as forças portuguesas pudesse vir a ser muito sombrio.

E as notícias sobre a situação no terreno em Angola sucediam-se, de que estes são só alguns exemplos bem expressos nos jornais regionais, entre finais de abril e meadas de julho de 1961, e que bem demonstram do elevado nível de ações de guerra que se estava a viver no terreno, pese embora as notas de normalidade surgidas em jeito de remate em muitos dos mesmos artigos:

“Em Angola: Foram presos 25 terroristas que dispunham de muitas armas checas e se preparavam para chacinar a população branca da Baía dos Elefantes.”⁵⁹

“Em Angola: os Bandoleiros sofreram pesadas baixas e procuram recrutar entre as populações indígenas, à força de ameaças, elementos para os seus bandos.”⁶⁰

“Em Angola: 70 Bandoleiros mortos foi o balanço dum violento assalto dos terroristas à povoação de Úcua.”⁶¹

⁵⁸ Cf. *Diário dos Açores*, 10 de maio de 1961, p. 1, no artigo sobre a situação em Angola “Foram repelidos assaltos a S. Salvador e outras localidades”.

⁵⁹ Cf. *Açores*, 27 de abril de 1961, p. 1.

⁶⁰ *Idem*, 28 de abril de 1961, p. 1.

⁶¹ *Idem*, 29 de abril de 1961, p. 1.

“Em Angola: Os Bandidos sofrem contínuos revezes e recorrem à ação subversiva por lhes ser impossível vencer frente a frente os portugueses.”⁶²

“Episódios da luta em Angola.”⁶³ Notícia que relatava a situação no terreno.

“Os bandoleiros continuam a atacar as povoações apesar das pesadíssimas baixas que lhes são infligidas pelas forças da ordem.”⁶⁴ Destaque-se a denominação “forças da ordem”, como se essas estivessem a desenvolver puras ações de reposição da ordem pública e não fazendo intervenções de combate em ambiente de guerra. A posição do governo era, aliás, bem clara a este propósito: tratava-se de “operações de polícia” o que as “forças da ordem” estavam a fazer em Angola.

“Continuam os ataques dos terroristas – Em Pango Aluquem foram assaltadas duas fazendas.”⁶⁵

“Numerosos grupos de terroristas continuam a atacar diversas regiões nortenhas sofrendo muitas baixas.”⁶⁶ No essencial é referido neste artigo alguns ataques de que têm sido alvo as tropas portuguesas e o conseqüente firme ripostar das mesmas.

“Notícias de Angola – Sanza Pombo de novo atacada. Nas vastas e frutuosas operações de limpeza⁶⁷ estradas e pontes estão a ser recuperadas.”⁶⁸

“Notícias de Angola – Os terroristas roubaram uma lancha motorizada, um batelão e uma jangada no Distrito de Cabinda seguindo no rumo de Ponta Negra”.⁶⁹

“Notícias de Angola – Bandos fortemente armados atacaram Cangola a coberto do nevoeiro denso.”⁷⁰

⁶² Cf. *Açores*, 30 de abril de 1961, p. 1.

⁶³ Cf. *O Telégrafo*, 30 de abril de 1961, p. 1.

⁶⁴ Cf. *Açores*, 6 de maio de 1961, p. 1.

⁶⁵ *Diário Insular*, 19 de maio de 1961, p. 1.

⁶⁶ *A União*, 26 de maio de 1961, p. 1.

⁶⁷ Estas operações de limpeza eram como o próprio nome indica, e que por isso terão transformado homens normais em (quase) animais, quer por via da sua atuação, quer por via da obrigatoriedade da adaptação a uma vivência extraordinariamente adversa, como nos relata o Furriel Manuel José Gonçalves em carta enviada ao jornal *O Dever* (neste jornal esta era, de forma isolada, a voz do que se passava em Angola, através das suas Cartas de Angola), e publicada em primeira página no dia 22 de dezembro, de que damos nota neste excerto, reportando-se às ações desenvolvidas pelos militares portugueses: “Enquanto permaneci na selva, como as feras, e por vezes até sendo mais sanguinário do que elas...”

⁶⁸ *A União*, 29 de maio de 1961, p. 1.

⁶⁹ *Idem*, 31 de maio de 1961, p. 1.

“Estão quase todas depredadas as fazendas entre o Lucunga e o Dange”;⁷¹

“Um comboio de camiões carregado de café sofreu intenso ataque dos terroristas conseguindo escapar todos os carros à exceção de um”;⁷²

“Os terroristas deixaram de atuar em grandes grupos e passaram a agir isoladamente lançando ataques frequentes”;⁷³

“Derrotas espetaculares infligidas por pequenas colunas militares a grupos numerosos de terroristas”;⁷⁴

“Os terroristas continuam a sua ação criminosa na região de Carmona”.⁷⁵

Todas estas referências elucidavam da gravidade do que se estava a passar no terreno angolano, mas para Portugal as coisas pareciam querer piorar, pois eis que a partir de 21 de julho de 1961 se vislumbrava a abertura de uma nova frente de conflito em outro território português ultramarino – a Guiné. Sabemo-lo hoje e souberam-no os açorianos na altura através do jornal que relatava o seguinte: “Agora a Guiné... 50 indivíduos vindos do Senegal atacaram o aquartelamento militar de S. Domingos – do nosso lado quatro feridos sem gravidade.”⁷⁶ É pertinente verificar-se que no desenvolvimento desta notícia nada mais se acrescenta de novo, ou seja, o título copiosamente açambarca todo o desenvolvimento possível de que essa notícia merecia ser alvo.

Avançamos alguns dias na nossa investigação e continuamos a verificar que se mantinha a intensidade dos problemas que as tropas portuguesas vinham há algum tempo encontrando no terreno, de que ressaltava na ação dos terroristas que os mesmos “... prosseguem na sua luta da traição, do saque e do incêndio a colunas e fazendas

⁷⁰ *A União*, 5 de junho de 1961, p. 1.

⁷¹ *Idem*, 13 de julho de 1961, p. 1.

⁷² *Idem*, 14 de julho de 1961, p. 1.

⁷³ *Idem*, 15 de julho de 1961, p. 1.

⁷⁴ *Diário dos Açores*, 17 de julho de 1961, p. 1.

⁷⁵ *A União*, 17 de julho de 1961, p. 1.

⁷⁶ *Açores*, 22 de julho de 1961, título da p. 1.

isoladas, enquanto por outro lado aumenta o clima de segurança das populações que regressam às suas terras.”⁷⁷

Talvez para dar um ar de desanuviamento, mesmo dando nota dos que se estava a passar no terreno, há uma notícia muito intrigante intitulada “Já nem recolhem os feridos – os terroristas em debandada – Os bandos criminosos estão a desagregar-se no meio de autêntico pânico.”⁷⁸ Mas ao analisarmos a notícia verificamos que a situação se reporta a um ato isolado, logo é mais sensacionalista do que verdadeira. Porquanto na mesma e no seu desenvolvimento se dá nota de que continuavam os combates e as emboscadas aos nossos militares, como aconteceu em Canacanjungo; onde haviam movimentos suspeitos próximos de Maquela do Zombo, pelo que se antevia que naquela área pudesse haver algum ataque terrorista; na região de Carmona duas roças foram assaltadas. Também nessa notícia é referido que continuavam os regressos dos nativos às sanzalas, o que era importante para o reatar das normais atividades económicas, comerciais e sociais nesses lugares.

Como temos vindo a tentar demonstrar verificava-se que a situação no terreno não era fácil para os portugueses, pela avalanche de combates diariamente travados com os terroristas, pelo que então decidimos nos concentrar em uma ação específica, planeada para a reocupação de Nambuanguo, isto porque julgávamos que nesta operação estivessem militares açorianos. Assim, sobre esta ação se fica a saber que as forças militares portuguesas estavam já a 80 quilómetros de Nambuanguo e que na sua investida já atingiram Quicabo sem que até aí tivessem encontrado qualquer tipo de resistência por parte dos terroristas.⁷⁹ Nesta sua missão de avanço sobre o referido objetivo, encontraram resistência, mas mesmo assim ocuparam a povoação de Quimbombe, e nessa zona também foi reocupada a povoação comercial de Mocondo, na

⁷⁷ *A União*, 26 de julho de 1961, p. 1.

⁷⁸ *Correio dos Açores*, 8 de agosto de 1961, p. 1.

⁷⁹ Cf. *A União*, 21 de julho de 1961, p. 1.

serra do Dange.⁸⁰ Em cada dia que passava as colunas militares portuguesas objetivando Nambuanguo iam esmagando e enfraquecendo a resistência dos terroristas, de que se destaca as localidades de Zala e Quicombo, que eram importantes pontos estratégicos pertencentes ao objetivo final.⁸¹ Eis então que a 10 de agosto, reportando-se ao dia anterior, se fica a saber que Nambuanguo fora reocupado pelos militares portugueses, situação que causou a maior alegria entre a sua população. Para as tropas portuguesas este era um feito muito importante, não só pela conquista como o de debelar de bandidos desse lugar, porque aí terá sido o seu principal coito, logo fonte de muitos problemas no início da luta armada. Como resultado foi com muita alegria que se comunicou às populações locais que desde aquele dia às 17H45, com o hastear da Bandeira Nacional, se dava boa nota que estava de regresso àquela lugar a paz e o desenvolvimento.⁸²

Sobre esta operação militar de grande envergadura nos dá conta outro jornal, e fá-lo sem referências preliminares, sem rodeios, de forma sucinta, e muito esclarecedora, com o seguinte título e conteúdo:

“Nambuanguo foi reocupada pelas tropas militares – golpe tremendo moral e político nos terroristas.

Foi oficialmente anunciado que a vila de Nambuanguo foi reocupada pelas forças militares tendo ali sido hasteada, com as honras da ordenança, a bandeira nacional.

Foram empregadas nesta operação, forças de infantaria, cavalaria e artilharia, e apesar de toda a espécie de obstáculos opostos pelos terroristas, num terreno já de si bastante difícil, as barreiras foram vencidas.

Com mais esta vitória, abre-se caminho para a restauração económica da região, onde os terroristas tinham um dos mais sólidos redutos e donde emanavam as ordens para toda a espécie de crimes.

⁸⁰ Cf. *A União*, 28 de julho de 1961, p. 1.

⁸¹ *Idem*, 7 de agosto de 1961, p. 1.

⁸² *Idem*, 10 de agosto de 1961, p. 1.

Trata-se de um duro golpe moral e político vibrado nos bandoleiros, que agora terão que refugiar-se, ficando agora em situação de difícil reagrupamento.

As populações nativas dos arredores receberam a notícia da libertação de Nambuangongo com o maior regozijo e provas do seu grande amor à Pátria.

Os terroristas sofreram muitas baixas e deixaram numerosos feridos e diversos armamentos.⁸³

Esta situação de grande contentamento e que levantava o ego dos portugueses não fez abrandar a ação dos terroristas no terreno, pelo que ficamos a saber através do jornal que continuavam as operações para cercar e atingir os bandos de terroristas, os quais se punham em fuga com a agravante de que nessa tudo destruíam.⁸⁴ É a guerra utilizando a política de *terra queimada*, que se traduz numa destruição de tudo o que pudesse ser útil para a outra parte em confronto.

O terrorismo em Angola não cessava. No início do mês de setembro de 1961 tal se verificava, com o ataque de terroristas à povoação de Bembe, tendo o mesmo se prolongado por horas, segundo nos é relatado.⁸⁵ E nos dias imediatos é atacada por três vezes uma coluna militar que fazia o percurso entre Nova Caipenda e Quibaca, que se encontrava muito obstruído, tendo contudo essa atingido o seu objetivo.⁸⁶

Neste conflito que temos vindo a relatar os insucessos convivem com os sucessos, e desta vez são os portugueses a ganhar, tendo reocupado o Vale do Loge, que era uma posição chave para os terroristas no Norte de Angola. E neste caso concreto há a registar que pela forma rápida como foi abordada essa localidade pelas tropas portuguesas os terroristas não conseguiram proceder às habituais destruições.⁸⁷

⁸³ *Correio dos Açores*, 10 de agosto de 1961, p. 1. O comandante do Batalhão, Armando Maçanita, não sendo açoriano, era, no entanto, figura muito ligada aos Açores, pois comandara o BII18, unidade para onde regressou depois da conquista de Nambuangongo.

⁸⁴ Cf. *A União*, 22 de agosto de 1961, p. 1.

⁸⁵ *Idem*, 2 de setembro de 1961, p. 1.

⁸⁶ *Idem*, 5 de setembro de 1961, p. 1.

⁸⁷ *Idem*, 8 de setembro de 1961, pp. 1 e 4.

Mais tarde, já quase no final do ano, surge uma notícia muito positiva para os portugueses que dava conta de que, pese embora o muito sangue derramado, o qual estaria a estancar, estávamos, no dizer do jornal, a vencer a guerra em Angola. Como prova disso estava-se a verificar o regresso em massa dos nativos que haviam fugido das suas terras precisamente por causa da eclosão do conflito armado. A vigilância feita pelas forças militares tinha sido reforçada, o que trazia alguma confiança às populações; o ensino realizado em escolas improvisadas, ministrado pelos portugueses também já se reiniciara, fruto das contribuições recebidas da metrópole; tudo isto se traduzia num regresso da vida à normalidade. Mas este abaixamento de tensão não significava o baixar dos braços ou das armas, havia que continuar alerta, porque outros confrontos podiam a qualquer momento eclodir, por isso havia que manter uma vigilância firme e continuada, e acreditar nos governantes.⁸⁸

Na mesma linha de constatação e no mesmo período se verifica no jornal *Correio dos Açores*, que se publica em Ponta Delgada, São Miguel, que os relatos dos acontecimentos em Angola eram quase diários, e com bastante desenvolvimento, obtendo nesse diário o título de “O Terrorismo em Angola”. O sentido é o mesmo que os outros jornais dos Açores que investigamos, que se traduziam no exacerbar das qualidades dos nossos militares e no condenar a atividade dos terroristas.

Com o passar do tempo já não era possível esconder aquela triste realidade que tantos dissabores vinha trazendo aos portugueses. A guerra estava no terreno e tudo levava a crer que para durar por tempo indeterminado. Para moralizar as tropas havia que evocar os seus feitos, tanto mais pelos relatos apresentados que em tudo faziam acreditar que Portugal estava a vencer aquele conflito. Neste contexto é promovido “Em Angola o 1º aniversário do ataque à Vila de Ambriz - LISBOA, 20 – Na vida de Ambriz, em Angola, comemorou-se ontem, com a condecoração de vários elementos

⁸⁸ Cf. Zurarte de Mendonça Filho, “Rescaldo em Angola”, in *Açoriano Oriental*, 16 de dezembro de 1961, p. 2.

militares e civis, o 1º ataque de que a povoação foi alvo por parte dos terroristas.”⁸⁹ Esta celebração transmite um ar de desanuviamiento da situação à população em geral, tranquilizando-a, mas é apenas um momento de pouca dura, a ajuizar pela história que hoje conhecemos, pois o conflito haveria de prolongar-se por muitos mais anos.

3. A exaltação do supremo sacrifício em defesa da Pátria

Em artigo de opinião sobre Angola, que em tudo contestava o que estava a acontecer naquela província portuguesa, faz-se referência às discussões na ONU sobre aquela parcela territorial e às posições assumidas por Portugal na defesa daquele património, e eleva a postura de Salazar por assumir a pasta da Defesa Nacional num momento tão difícil para Portugal. No mesmo se refere em modo de editorial que “1961 tem sido uma ano de provações e de surpresas trágicas para os portugueses... afervorando o ideal pátrio e a unidade nacional e ofertando à História novos heróis e mártires”.⁹⁰ E o articulista continua com a sua exaltação ao sacrifício que se exige a Portugal e aos portugueses em defesa daquela parcela territorial, na qual os seus autóctones podiam contar com Portugal, apesar do difícil caminho que se antevia ter de ser percorrido para a normalização da situação vigente que se estava vivendo em Angola. Era um grito de toque a rebate entre todos os portugueses, em que estes farão tudo para manter a unidade nacional, onde se inclui a dádiva da própria vida, caso a Pátria dessa necessite. É a imprensa a cumprir a sua parte de servir Portugal.

A eventualidade da morte vir para algum homens dos que foram expedicionários para a defesa da integridade territorial e manutenção da soberania nacional no Ultramar é uma forte possibilidade, mas esta (morte) deverá ser entendida com um supremo sacrifício a aceitar, se necessário for, a bem da Nação e do engrandecimento da Pátria.

⁸⁹ *Açores*, 21 de junho de 1962, p. 1.

⁹⁰ *Diário dos Açores*, 20 de abril de 1961, p. 1.

Os militares de alta patente aceitavam esta fatalidade como um mal necessário para se manter um bem maior, como o disse em síntese o Coronel Rui Cesário, Comandante da Base Aérea 4, numa conferência proferida e alusiva ao Ultramar: “O magnífico sacrifício dos homens no Ultramar fará com que Portugal seja sempre Portugal.”⁹¹

Esta situação dolorosa, penosa, e arrasadora para os entes mais próximos é também amenizada de outras formas, de entre as quais, pela poesia popular, a qual ajudou a que esse sacrifício fosse melhor aceite e com a naturalidade possível que o momento exigia, pelos familiares, amigos e opinião pública em geral, pronunciando-se sobre este triste evento de forma muitas vezes sublime, como é o caso do poema que abaixo se transcreve, da autoria de Victorino Teixeira, datado de 22 de julho de 1963, coincidindo com o regresso do primeiro contingente de expedicionários que haviam sido mobilizados para Angola após a rebelião de 4 de fevereiro e 15 de março de 1961, e inserido nas páginas de um jornal micalense de grande divulgação à época, e dedicada em exclusivo,

“Aos Soldados Açorianos que Regressaram do Ultramar”⁹²

À Memória dos que Tombaram

Onde é que estão aquelas sepulturas
Dos que partiram e jamais voltaram?
Onde é que está o campo onde tombaram
Tantas vidas sedentas de venturas?
Lá muito além, nos matagais distantes,
Há gemidos de seres em contorções...
Eu ouço bater forte os corações

⁹¹ *A União*, 13 de junho de 1962, p. 1.

⁹² *Açores*, 23 de julho de 1963, p. 2.

De vida que inda estão agonizantes...

Sem receio de ficar pelo caminho

Eu quero partir já, mesmo sozinho,

E rastejar por entre os capinzais.

Fazer em cada campa uma Oração,

Pisar ajoelhado o duro chão

Onde dormem para sempre os IMORTAIS.”

Por todas as notícias que chegavam através da imprensa percebemos que há um conflito em marcha, que obviamente estava a ser controlado pelas nossas forças. Até aí tudo parece normal face ao momento histórico que se vive, mas começa a tomar outra imagem aos olhos da opinião pública em geral quando a 6 de abril de 1961 surge abertamente a seguinte notícia “Angola: O assassinio de militares portugueses pelos terroristas – Os militares assassinados pelos terroristas entre Quitexe e rio Tange são os seguintes: Capitão Abílio Eurico Castelo Silva, tenente Jofre Prazeres, sargento Francisco Ribeiro, 1ºs cabos Francisco Luís e José Martins Silvestre, e soldados Manuel Serafim Lavado, Aníbal Gonçalves de Almeida, Manuel dos Santos Moreira e António José Cerejo.”⁹³ Tanto quanto podemos apurar todos estes mortos não pertenciam a qualquer unidade mobilizada a partir dos Açores, razão objetiva para que este acontecimento não tivesse provocado grande alarido nos leitores açorianos ou na sociedade em geral. Motivo talvez para que, por outro lado, não fosse visível nesta transcrição ainda qualquer exaltação ao sacrifício último feito por estes homens – *a bem da Nação*.

Igual atitude é a de um outro jornal ao referenciar a morte de um outro militar, mais ou menos pela mesma altura, apenas referindo que o mesmo caiu em defesa da

⁹³ Cf. *Açores*, 7 de abril de 1961, p. 2.

Pátria. Quanto à questão do supremo sacrifício nem uma palavra; as demais palavras contidas no artigo eram de conforto e dirigidas à família.⁹⁴

Curiosamente e contrariando a nossa observação anterior, dias depois, é dada a notícia do falecimento de mais dois soldados, e desta vez já há referências muito explícitas à sua morte como um supremo sacrifício que lhes coube em Angola. E como eram açorianos, micalenses, o jornalista vai mais longe fazendo referência, em claro tom de exaltação, e colocando-os ao mesmo nível de importância que o resto dos seus camaradas de qualquer parte do território nacional, numa demonstração de que o esforço dos açorianos era importante para o País; se os outros irmãos morriam os das ilhas também, e todos pela mesma causa, como acabava por expressar o articulista: “Assim o sangue e as vidas dos micalenses, cruelmente imolados à sanha destruidora dos terroristas, juntam o seu contributo à luta que Portugal trava em defesa do seu património ultramarino.”⁹⁵

O pensamento político dos governantes de Portugal durante o Salazarismo é muito claro, a nossa Pátria é una e indivisível, logo a integralidade territorial é para ser defendida a qualquer custo, para isso os sacrifícios de uns poucos não são nada comparativamente com o bem-estar e a independência da Nação. Para se atingir ou manter esse patamar há que querer, e se todos tiverem essa vontade “Portugal será o que nós quisermos que ele seja. Como Camões queremos que ele seja íntegro e nobre na civilização que o gerou, engrandeceu e continuará, desde Timor ao Corvo, custe a própria vida dos seus filhos.”⁹⁶

A juntar ao pensamento dos governantes, que era, pelo menos no início, o da maioria dos portugueses, ver gente nova tombar por terras do Ultramar custava muito,

⁹⁴ Cf. *A Ilha*, 17 de junho de 1961, p. 1, ao centro.

⁹⁵ Idem, 15 de julho de 1961, p. 1. Morreram os soldados Leonardo Caetano Pereira, das Capelas, e Manuel de Melo Bizarro, de Água de Pau. Os dois morreram no mesmo combate.

⁹⁶ *A União*, 9 de junho de 1961, p. 1.

mas aquele era o preço a pagar pela manutenção da Pátria. É nesse contexto que surge mais um apelo à união dos portugueses e que se confirma no seguinte texto:

“É doloroso ver cair vidas de portugueses, gente moça ao serviço da Ordem, ao serviço de Portugal.

Mas esse sangue – que é sangue de heroísmo, vertido em terras que outro sangue soube conquistar e manter – não se perdeu, pois nunca se perde nada do que se dá pelos ideais de Deus, Pátria e Família.

Portugal inteiro, naquilo que ele possui de filhos dignos – pois, é manifesto, se excluem todos os que traíram – curva-se, emocionado, diante de mais esse punhado de compatriotas, que deram a vida, para que Portugal continue vivendo a sua crença e a sua fé!

E é muito provável que não esteja ainda percorrida toda a rua da nossa amargura, e que, por consequência, outras vítimas venham a ser imoladas no altar da Pátria.

Se esse for o preço, pelo qual se há-de assegurar a nossa paz, e salvar a nossa milenária civilização, não duvidem os traidores... - que o pagaremos de frente erguida...

... basta que recordemos esta frase de um grande Capitão *Mais vale viver livre do que viver escravo.*

PORTUGUESES! – Onde quer que nos encontremos – alerta por Portugal.”⁹⁷

Na sequência das referências aos mortos no emergente conflito é a 22 de abril de 1961 que se verifica novamente no jornal que a morte de jovens militares era em sacrifício pela Pátria e por essa tudo valia a pena. É-nos informado que, na sequência de um confronto entre portugueses e terroristas em Úcua, no Norte de Angola, resultou que do lado português “a patrulha apenas sofreu a perda dum morto e 3 feridos, mas as baixas entre os terroristas foram muito superiores.”⁹⁸

Se provas nos faltassem para aferirmos o pensamento político do regime da altura, em que inclusivamente se sustentava que morrer pela Pátria era uma honra, pese

⁹⁷ *Açoriano Oriental*, 11 de fevereiro de 1961, p. 1, “Mais Sangue”.

⁹⁸ Cf. *Açores*, 22 de abril de 1961, p. 2, coluna da esquerda “Mais uma derrota dos terroristas”.

embora tamanho sacrifício, podemos tal comprovar com o seguinte título de um artigo de jornal “Em Angola: Cinco dos nossos caídos no campo da honra exortam-nos à defesa intransigente daquela parcela portuguesa.”⁹⁹ De tão elucidativo título de artigo esperava-se que o seu conteúdo fosse contundente na explicação do acontecimento referido; mas não, em suma o artigo inicialmente refere que estão no hospital de Luanda seis militares que haviam sido feridos quando a sua patrulha atravessava a estrada de Nóqui. Mais refere que estes se encontravam já fora de perigo. Só depois é que é referido que além dos feridos também houve cinco mortos, os quais são todos mencionados pelo seu nome próprio e posto militar. Ou seja, é-nos apresentada uma notícia descrita ao contrário, do menos grave para o mais grave, o que contraria em absoluto o próprio título da mesma. Daqui bem sobressai a importância da manutenção da integralidade territorial nem que para isso muitos tenham de tombar no campo de batalha, o que no conflito em apreço se verificou por muitas e repetidas vezes.

É chocante a forma como nos é apresentada a morte do primeiro militar dos Açores no conflito do Ultramar, o Furriel Augusto Caetano Rebelo de Faria, de 21 anos. Referindo-se aos pais desse enaltece-os de forma superior por terem sido os primeiros a oferecer um filho ao supremo sacrifício para a contenção dos terroristas em Angola. Mais refere no artigo que aquela era uma época de martírio que se estava a viver e tal se devia à cobiça internacional contra o património ultramarino português, e de consequências terríveis, de que este militar fora o primeiro açoriano a pagar por isso. E continuava asseverando que no caminho da defesa desse território, apesar de bravos como este estarem dispostos a lutar, pela subversão alguns cairão por terra mas o seu sangue havia de alicerçar o futuro e o mundo ocidental iria compreender a causa de

⁹⁹ Cf. *Açores*, 19 de maio de 1961, p. 1.

Portugal. Estas mortes certamente iriam ficar registadas para a história pela traição feita por outros a Portugal ao abrigo da Carta das Nações Unidas.¹⁰⁰

E o sacrifício supremo como probabilidade que era pedido aos portugueses que vão para o campo de batalha já ia ensaiado de casa como uma situação normal em Portugal – um destino. Para tal havia que apoiar a base desse destino, a mulher. Como até à altura as ordens portuguesas e militares não contemplavam essa realidade vai encarregar-se o Governo de então, através do Decreto-Lei 44566 de 12 de setembro de 1962, em instituir uma condecoração às mulheres portuguesas mais valorosas, que referia isso mesmo no seu preâmbulo, ao enaltecer as qualidades da mulher, enquanto esposa e mãe, apesar dos momentos difíceis que se estavam a viver com os acontecimentos do Ultramar, em que muitos dos seus filhos já aí morreram.¹⁰¹

Com trinta dias de atraso chega pelo jornal a notícia da morte de mais um herói português na defesa dos interesses nacionais no Ultramar. O seu nome “PAULO – mais um herói que deu a sua vida pela nossa Pátria.”¹⁰² Este rapaz, no dizer do Capelão-Militar Padre José Martins da Veiga, tinha excelentes qualidades cristãs, era muito alegre, e ainda na manhã do dia da sua morte havia assistido à missa antes de partir para uma operação militar inserido numa patrulha, despedindo-se dos demais com um “até logo”, mas passados apenas trinta minutos chegara ao acampamento a notícia de um ataque e que ele tinha sido ferido. Após ser evacuado para tratamento não resistiu e acabou por falecer, mas não sem antes dizer: “Se eu morrer, não tenho pena, morrerei com a resignação dos Santos”. Para tranquilidade da família refere o Capelão que compreendia a sua dor e lamentava a sua perda mas confortava-a ao dizer que o seu filho “Agora está junto de Deus, mais um Santo no Céu. Mais um herói que deu a sua vida pela nossa Pátria. Bendita seja a Mãe que tal filho teve; e, que, com alegria, o

¹⁰⁰ Cf. *Diário dos Açores*, 12 de junho de 1961, p. 1.

¹⁰¹ Cf. *Açores*, 6 de junho de 1962, p. 1, “É criada a medalha ‘Mérito Feminino – Pela Pátria’ destinada a galardoar a mulher portuguesa”.

¹⁰² *Idem*, 28 de março de 1963, p. 1.

confiou a Deus e à Pátria.”¹⁰³ É muito claro o propósito desta e de outras cartas porventura enviadas aos familiares dos falecidos, exaltava-os a se resignarem aos valores mais básicos como é o da vida em troca por esse bem muito superior que é a defesa intransigente da Pátria, a qual é mais do que tudo e acima de tudo – Portugal uno, plurirracial e pluricontinental.

Aos olhos da opinião pública a notícia da morte do Alferes Hugo Cordeiro da Silva deverá ter parecido, como a nós agora, um ponto de viragem na exaltação do supremo sacrifício feito pelos portugueses em prol da integridade territorial e da Pátria. Isto porque no desenrolar da notícia, de que se dá nota das qualidades do malgrado militar, talvez terá escapado à censura a seguinte afirmação “... mais uma mocidade esperançosa heroicamente tombou no campo da honra... Morrem assim, os que entregam à Nação, a preciosidade inestimável do sangue das suas veias!...”¹⁰⁴ Não há nada a fazer, são jovens que morrem prematuramente, entregam a sua vida à Pátria e por ela morrem; as lamentações e as reclamações encapotadas não passarão disso mesmo, porque os jovens continuaram a morrer, até que o regime mudou de direção.

4. Unidades militares açorianas mobilizadas para a guerra

As primeiras unidades açorianas mobilizadas para o Ultramar, concretamente para Angola, foram a Companhia de Caçadores 111, mobilizada pelo Batalhão Independente de Infantaria 18, dos Arrifes, Ponta Delgada, São Miguel; e a Companhia de Caçadores 110, mobilizada pelo Batalhão Independente de Infantaria 17, de Angra do Heroísmo, Terceira. Conforme registado na monografia documental recentemente desclassificada pelo exército - História da Unidade do Batalhão de Caçadores 109, onde nesse Batalhão estas Companhias se integraram, a CC110 era formada por 163 homens,

¹⁰³ Cf. *Açores*, 28 de março de 1963, pp.1 e 5.

¹⁰⁴ Cf. *Açoriano Oriental*, 17 de dezembro de 1966, p. 1.

e a CC111 por 169 homens. A divisa destes Batalhões é muito elucidativa da vontade de vencer em campo adverso, *custe o que custar*. A do BII18 é “Armas não deixarão enquanto a vida não os deixar”; e a do BII17 é “Antes morrer livres que em paz sujeitos”.

Depois destas, muitas foram as Companhias e Batalhões mobilizados a partir dos Açores com destino aos três principais Teatros de Operações – Angola, Guiné e Moçambique, e até para Timor, entre os anos de 1961 e 1975.

Assim, o total de Companhias mobilizadas pelos BII17 e BII18, sedeados nos Açores, foram em número de 71; sem incluir as de que se constituíam os 4 Batalhões, também mobilizados a partir dos Açores. Em concreto foram mobilizadas a partir do BII17 com destino a Angola 24 Companhias; com destino a Moçambique 3 Companhias; com destino à Guiné 12 Companhias; e com destino a Timor 1 Companhia. A partir do BII18 foram mobilizadas 12 Companhias com destino a Angola; 6 Companhias com destino a Moçambique; e 13 com destino à Guiné. Para além destas Companhias mencionadas foram igualmente mobilizados 4 Batalhões completos com destino a Moçambique, a partir do BII18.¹⁰⁵

Desta amostra se verifica o esforço de mobilização feito a partir dos Açores, que é idêntico ao do Continente mas superior ao da Madeira; em que nos primeiros dez anos de guerra pode verificar-se que a incorporação açoriana e continental se cifrava nos 75% dos jovens com idade de cumprir o serviço militar, enquanto na Madeira esse número se ficava pelos 50%. Nos últimos anos do conflito a primeira referência chega

¹⁰⁵ Cf. Manuel Faria, Dr. “*Guerra do Ultramar – Guerra Colonial*”, artigo inserido na Enciclopédia Açoriana, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=6012>, página eletrónica do Governo Regional dos Açores. (Consultada em 13 de março de 2012).

aos 90% e a Madeira aos 83%. Como é compreensível só parte destes incorporados foram mobilizados para o Ultramar.¹⁰⁶

Pese embora os bons registos militares será difícil chegar-se à contabilização de um número exato dos açorianos que terão sido mobilizados para o Ultramar, pela razão de que os graduados das Companhias e Batalhões eram fornecidos pelo Continente, mas de entre esses, porventura, havia por vezes militares açorianos – os que tinham melhor formação académica – (o 5º ano do liceu ou escola industrial), e que por isso estavam deslocados no Continente para formação militar, após a qual eram redistribuídos pelos diversos aquartelamentos militares do País, consoante a sua classificação em final de curso e/ou a sua eventual escolha preferencial por um determinado lugar.

Assim sendo não é totalmente displicente, se considerarmos pela constituição média de uma Companhia – mais ou menos 150 homens, que terão sido mobilizados diretamente a partir dos Açores cerca de 9.200 homens. Número acrescido em 4.600 que são os açorianos mobilizados a partir de Companhias organizadas no território Continental, e os que posteriormente seguiram para reforço das Unidades no terreno. Além destes há também a considerar alguns militares açorianos que pertenciam ao Quadro Permanente dos três ramos das Forças Armadas. Assim é razoável que se aponte próximo dos 14.000 como o número credível de açorianos mobilizados para o Ultramar. Os palcos operacionais para onde de forma decrescente iam os militares açorianos foram: Angola, Guiné, Moçambique e Timor.

Nestes palcos de guerra, e segundo estimativas credíveis, terão morrido na Guiné, Angola e Moçambique, durante o conflito 151 militares mobilizados por Unidades Açorianas, sendo que de entre esses 120 eram naturais dos Açores. Mas se considerarmos também os açorianos mobilizados no todo nacional chega-se com

¹⁰⁶ Cf. Manuel Faria, Dr. “*Guerra do Ultramar – Guerra Colonial*”, artigo inserido na Enciclopédia Açoriana, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=6012>, página eletrónica do Governo Regional dos Açores. (Consultada em 13 de março de 2012).

facilidade à conclusão que o número anteriormente referido tenderá a ascender a duzentos. Para além destes malogrados que perderam a vida também houve os que foram feridos em combate e que por isso muitas mazelas físicas trouxeram no regresso ao solo açoriano.¹⁰⁷

¹⁰⁷ Cf. Manuel Faria, Dr. “*Guerra do Ultramar – Guerra Colonial*”, artigo inserido na Enciclopédia Açoriana, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=6012>, página eletrónica do Governo Regional dos Açores. (Consultada em 13 de março de 2012).

CAPÍTULO II

UM (BREVE) ESTUDO DE CASO: O BATALHÃO DE CAÇADORES 109

1. Constituição e mobilização

O interesse do estudo específico do Batalhão de Caçadores 109, de entre tantos que foram para o Ultramar prende-se com o facto de este Batalhão ter sido o primeiro que integrou companhias mobilizadas por unidades açorianas, incorporando nas suas fileiras muitos militares açorianos, que partiram para Angola, território ultramarino que estava a viver um momento de emergente insurreição.

Foi a 14 de abril de 1961 que através dos jornais ficou a sociedade micaelense a saber que “a bordo do paquete Niassa que deve passar no nosso porto no dia 18 do corrente, trazendo, de regresso da Índia, a Companhia de Caçadores de São Miguel, seguirá para Lisboa uma Companhia do Batalhão Independente de Infantaria 18. Esta Companhia é composta por elementos atualmente no ativo.”¹⁰⁸ Saliente-se que os militares que regressavam da Índia vinham de uma missão de manutenção da soberania desenvolvida em tempo de paz; os que iam partir para o continente e mais tarde para Angola iam para a manutenção da soberania e contenção de uma revolta em curso.

Mobilizado a partir de Tomar pelo Regimento de Infantaria 15 (RI15) o Batalhão de Caçadores 109 (BC109) era o terceiro contingente militar que iria partir para Angola com o propósito de reforçar essa Província Ultramarina na contenção dos movimentos revoltosos.

¹⁰⁸ Cf. *Açores*, 14 de abril de 1961, p. 3.

Esta mobilização tem início a 13 de abril de 1961.¹⁰⁹ Nesse mesmo dia foi informado o Coronel Mário Fernandes da Ponte da sua nomeação para Comandante de um Batalhão que vai seguir para Angola, precisamente o BC109.¹¹⁰

Como unidade mobilizadora o RI15 forneceu o Comando do BC109 mais a Companhia de Comando e Serviços (CCS), aos quais a 5 de maio de 1961 se juntou na hora do embarque a bordo do navio “Vera Cruz” a Companhia de Caçadores 111 mobilizada pelo Batalhão Independente de Infantaria 18, dos Arrifes, Ponta Delgada, São Miguel; a Companhia de Caçadores 112 mobilizada pelo Batalhão Independente de Infantaria 17, de Angra do Heroísmo, Terceira; a Companhia de Caçadores 112 mobilizada pelo Batalhão Independente de Infantaria 19, do Funchal, Madeira.¹¹¹ No total eram 624 homens que compunham este Batalhão, sendo 29 oficiais, 67 sargentos e 528 praças.¹¹²

Sobre este embarque foi dada a notícia na comunicação social escrita: “partiu ontem para o Ultramar o maior contingente militar até hoje enviado em missão de soberania.”¹¹³ E bem que precisava de assim ser, a julgar pelas notícias sobre o terrorismo em Angola que estão espelhadas no corpo dessa notícia, e muitas outras de que neste trabalho já fomos dando conta.

O que não foi referido no jornal era que a mobilização deste contingente micaelense terá aberto eventuais feridas entre as famílias e o próprio regime, o que nos é confirmado por um antigo militar nessa mobilização incluído: “No dia do embarque estávamos todos muito receosos, pela partida e pela situação desesperada em que se

¹⁰⁹ Cf. *História da Unidade, Batalhão de Caçadores nº 109*, p. 18.

¹¹⁰ Cf. Mário Fernandes da Ponte *Guerra em Angola – Luzes e Sombras*, Norprint, sl, 2010, p. 17.

¹¹¹ Idem, p. 19.

¹¹² Cf. *História da Unidade do Batalhão de Caçadores 109*, p. 18.

¹¹³ *Correio dos Açores*, 6 de maio de 1961.

encontravam as nossas famílias, a ponto do Exército não ter permitido aos familiares de se despedirem de nós no Molhe Salazar.”¹¹⁴

2. As deficiências na preparação militar e logística

Não é certo que a preparação dos militares açorianos fosse a melhor para enfrentar o temível terreno operacional de Angola, tanto mais porque em São Miguel não receberam treino específico de combate, porque a guerra só então se havia iniciado. Os militares açorianos que seguiram para Lisboa integraram-se numa força militar maior mas não melhor preparada. Daí que estava considerado que antes de embarcarem para Angola teriam um período de adaptação e preparação no campo militar de Santa Margarida – seu destino na metrópole.¹¹⁵ Hoje sabemos que todas as unidades militares mobilizadas durante o período de guerra, fossem dos Açores ou do Continente tinham a IAO (instrução de aperfeiçoamento operacional) em Santa Margarida, o que não aconteceu com este Batalhão.

Tal leva-nos a considerar que foi mal aproveitado o tempo que os militares estiveram concentrados em Tomar, porque o mesmo deveria servir para os ir preparando para combates futuros, mas tal não se verificou; durante esse tempo todo mais não se fez do que fornecer algum material para o futuro funcionamento dos serviços e proceder à distribuição de fardamento e equipamento aos praças.

Quanto aos equipamentos de transporte a mobilizar para Angola para servir este Batalhão, de fulcral importância para se poder trilhar caminhos e veredas tão difíceis, incompreensivelmente, várias viaturas, pelo seu estado lastimável, não conseguiram

¹¹⁴ Cf. Manuel Redondo Cabral, anexo 1, entrevista / depoimento que nos concedeu em junho de 2012.

¹¹⁵ Cf. *Açores*, p. 2, “Angola” no título “Os soldados açorianos treinam em Santa Margarida antes de partirem para Angola”.

sequer fazer a totalidade do percurso que distava de Tomar até ao Cais de Santa Apolónia em Lisboa, pelo que só conseguiram aí chegar a reboque.¹¹⁶

Muito outro material e equipamentos só posteriormente seriam embarcados, e o mesmo será de terceira e quarta escolha, onde se incluíam as espingardas *Mauser*, modelo de 1938, com que os homens iam ser equipados, e os fardamentos de cáqui amarelo – como pretexto de que esses iam rapidamente ser substituídos – o que aconteceu um ano depois¹¹⁷; inclusivamente os fardamentos de alguns homens será também só posteriormente embarcado.¹¹⁸ Situação que de resto ficamos a saber pela constatação de que “O material e viaturas do BCaç. 109 foram posteriormente embarcados nos N/M “Arraiolos” e “Angola”, tendo chegado a Luanda, cerca de oito dias após o desembarque das tropas. Este desfasamento entre o pessoal e o material aumentou consideravelmente a demora da unidade em Luanda (3 semanas), verificando-se, por consequência, um sensível atraso no início das operações.”¹¹⁹ Mário Fernandes da Ponte reconfirmaria anos mais tarde que “... toda aquela tropa desembarcava sem meios para poderem deslocar-se para as zonas sublevadas, armamento pesado e viaturas, essencialmente, pelo que iriam estar em Luanda durante algum tempo até receberem o material que haveria de chegar de Portugal.”¹²⁰ Convenhamos, como era que estes homens sem equipamentos adequados poderiam conter a sublevação em curso? Não podendo agir restava-lhes esperar.

Quanto à questão do pessoal, relativa ao direito de gozo de um período de dez dias de licença antes de embarcarem, conforme previam as normas militares vigentes, este não foi respeitado, o que aconteceu por decisão pessoal do Comandante do RI15.¹²¹

¹¹⁶ Cf. Mário Fernandes da Ponte *Guerra em Angola – Luzes e Sombras*, p. 21.

¹¹⁷ *Idem*, p. 24.

¹¹⁸ Cf. *História da Unidade do Batalhão de Caçadores 109*, pp. 19 e 20. Esta constatação de que alguns praças não foram fardados a bordo não condiz com um testemunho verbal e escrito que um ex-militar nos fez em entrevista que nos concedeu. Afirmou esse que todos os homens iam fardados a bordo.

¹¹⁹ *Idem*, p. 21.

¹²⁰ Cf. Mário Fernandes da Ponte *“Guerra em Angola – Luzes e Sombras”*, p. 33.

¹²¹ *Idem*, p. 19.

Após cerca de três semanas de estarem parte dos militares do BCaç 109 concentrados em Mafra, e a poucos dias do embarque para Angola, decidiu o referido Comandante então em conceder a título excepcional dois dias de folga - apenas aos Oficiais e Sargentos. Isto a troco de que os que iam embarcar fizessem um desfile pela cidade.¹²² O que posteriormente não aconteceu conforme nos confirmou Manuel Redondo Cabral em testemunho feito numa entrevista que nos concedeu.

Chegou a data de embarque, 5 de maio de 1961, no Navio “VERA CRUZ”. Viagem que só terminaria a 14 de maio, não sem antes ter acontecido uma tentativa de rebelião destinada à mudança de rumo do navio, que para a conter foram utilizadas pistolas civis.¹²³ Foi também muito negativo que durante essa viagem e como forma primeira de passar o tempo se tivesse procedido à exibição de um filme sobre a guerra do Vietname, em que o enredo desse circulava à volta da ação de uma patrulha americana que era sucessivamente emboscada em que sistematicamente nessas ciladas os vietnamitas iam os abatendo. Pedagogicamente nada pior para aquele momento. Para se solucionar esta situação houve um entendimento entre o Comandante do BC109 e o 1º comissário do navio, ao que parece tais exibições não se repetiram. Como forma de melhor ocupar o tempo foi então estabelecido um horário para que grupos de homens pudessem fazer ginástica, ao mesmo tempo que outros grupos tinham aulas teóricas sobre tática e cuidados de saúde a ter numa zona tropical, onde se incluía a mentalização para os muitos cuidados a ter e a prevenção para evitar a malária e as doenças sexualmente transmissíveis.¹²⁴

Num domingo, 14 de maio de 1961 chegaram ao destino - Angola. Era o primeiro contingente daquela dimensão que ali desembarcava, com o intuito de retaliar a sublevação em curso, talvez por isso “... a marginal encontrava-se repleta de pessoas

¹²² Cf. Mário Fernandes da Ponte “*Guerra em Angola – Luzes e Sombras*”, p. 21.

¹²³ Cf. *História da Unidade do Batalhão de Caçadores 109*, p. 21.

¹²⁴ Cf. Mário Fernandes da Ponte *Guerra em Angola – Luzes e Sombras*, p. 27.

... que ansiosos pela chegada de reforços nos aplaudiam ... Mas para já, infelizmente, veio o pessoal sem os meios necessários e, pior ainda, sem qualquer preparação para aquele tipo de guerra.” E o atabalhoado da logística não se fica por aqui, veja-se que o BC109 se instalou num Seminário Em Luanda, edifício que estava em construção, em que as paredes eram quase inexistentes e os acabamentos eram nulos.¹²⁵

Atividade desenvolvida em Luanda:¹²⁶

Durante 21 dias estive aquartelado no Seminário o Batalhão de Caçadores 109, período em que se fez o desembarque das armas, viaturas e demais equipamentos, sendo também este interregno aproveitado para as mais diversas reparações. Foi igualmente ministrado um curso de tiro e reação a emboscadas.

Aquele foi um momento quase de reclusão para os militares, pois estavam em terra desconhecida, logo qualquer saída do aquartelamento (improvisado num Seminário em construção) estava fora de causa, inclusivamente “fomos avisados pelo Comandante da Companhia, que ninguém dali saía, e se saíssem, que todos fossem portadores de um punhal, nunca em grupo inferior a três e um desses deveria obrigatoriamente ser portador de uma pistola”¹²⁷. Não possuindo a totalidade dos equipamentos (armas, munições, fardamentos e viaturas), não puderam por isso melhor se ir preparando para o ambiente hostil que os esperava. Nesse contexto o que seria de esperar era que a partir do momento em que estes militares se fardassem e armassem e fossem para o Teatro Operacional pudessem não estar à altura de realizar as missões com a firmeza que essas exigiam. E não foi preciso esperar muito tempo para tal se começar a verificar.

Tal aconteceu quando, a pedido do Quartel-General, em 31 de maio este Batalhão de Caçadores 109 se juntou a outros estacionados em Luanda e levaram a cabo

¹²⁵ Cf. Mário Fernandes da Ponte *Guerra em Angola – Luzes e Sombras*, pp. 31, 33 e 35.

¹²⁶ Cf. *História da Unidade, Batalhão de Caçadores 109*, pp. 21 a 24.

¹²⁷ Cf. Anexo 1, entrevista / depoimento que nos concedeu Manuel Redondo Cabral em Junho de 2012.

uma ação de rusga de grande envergadura, que por tão brutal, mereceu por parte do Comandante de Batalhão um extenso relatório¹²⁸:

“De acordo com a ordem transmitida pelo Exmo. Sub-Chefe do Estado Maior do Comando Militar de Angola na reunião preparatória desta Operação, submeto à apreciação de V^a Ex.^a o relatório da mesma, que constou do:

Cerco do Muceque (Rangel): O cerco foi realizado na Rua que separa os muceques Mota e Lixeira, pelo BCaç 109 (1 Comp), na estrada da CUCA, pelo BCaç 96 (1 comp), na estrada de Cacuaco, por uma Companhia do BCaç 96 e 1 Companhia do BCaç 109, na Rua do Senado da Câmara, pelo Esquadrão/GRA.

Conforme o plano estabelecido, o cerco iniciou-se às 02H45, ficando concluído às 03H00.

Desde que se iniciou a Operação do cerco até final do mesmo, não houve qualquer tentativa de fuga, o que aliás seria impraticável.

A rusga teve início às 06h00 e foi realizada a partir da rua de separação dos muceques Mota e Lixeira para a rua do Senado da Câmara.

Foi efetuada por elementos da Administração Civil, PM, 4^a CCE, PSP e PIDE.

Os rusgantes foram seguidos pelo BCaç 109, que canalizou os indígenas, com exceção das mulheres e crianças, para a rua do Senado da Câmara, evitando que alguns tentassem ficar para trás”.

Disse o Comandante que durante a operação de identificação dos indígenas vira presencialmente factos que lhe causaram repugno e a maior indignação. O mesmo acontecera em relação aos oficiais que em conjunto haviam sentido a mais desagradável sensação, atingindo as suas consciências enquanto Oficiais e Portugueses. E acrescenta que este não lhe parecia ser o propósito dos portugueses naquela luta. Por essa razão

¹²⁸ É porventura neste relatório, o qual tivemos o cuidado de o reproduzir no essencial quase na íntegra, que se encontra subjacente a uma visão humanista, que se subentende ser a formação do seu autor, o Comandante de Batalhão, quase como uma profecia do que seria todo o resto do conflito.

apresentará o que viu com o realismo e a rudeza que tais atos tiveram. Remata que só lamenta o facto de provavelmente já outros atos desses se terem dado e tais não chegaram ao conhecimento da entidade a quem dirigia o relatório.¹²⁹

E mais acrescentou julgar não ser seu propósito em Angola a repressão dos indígenas, o que não aceitaria, tanto mais porque se assim fosse esta ordem estaria em desacordo com as diretrizes do Comando Militar que eram “Reprimir e punir duramente o terrorismo e o crime, mas simultaneamente administrar a justiça”. Este era um propósito ao mesmo tempo justo e humano que o Comandante gostaria que ali fosse aplicado.

Concluiu que, sobre aquela ação houvera até quem asseverasse que aquele contingente militar não estava à altura para desempenhar tal tarefa, tal a brutalidade e falta de civismo com que atuara.

“Entretanto, julgo que há a distinguir concretamente se o preto deve ser considerado como um ser humano, ou como um animal. Neste último caso, seria de aconselhar a intervenção urgente da respetiva Sociedade Protetora.”¹³⁰ Esta afirmação parece-nos ser o grito maior de alerta, sem levantar a voz, mas pondo por escrito o que se sentia estar a acontecer no terreno, ao mesmo tempo discordando da forma com esta ação foi planeada e desenvolvida. O propósito dos militares portugueses deveria ser o de conter os rebeldes e terroristas, e não martirizar todos os que eram de cor diferente. Até parece nem ter havido cuidado em verificar que havia negros que eram tão portugueses como os brancos.

Foram reunidos num espaço relativamente apertado cerca de 10000 pessoas, alinhados em longas filas (em que o peito de uns tocava nas costas dos outros, e outros sentados em longas filas no chão). Era um caos de gente, mas havia que mostrar força.

¹²⁹ Havia militares de alta patente que se calavam com as atrocidades feitas pelos portugueses, mas este, o Comandante do Batalhão de Caçadores 109, humanista, de personalidade forte e correta, não estava para aceitar com os seus olhos a traição ao seu coração.

¹³⁰ Cf. *História da Unidade, Batalhão de Caçadores 109*, p. 23.

“Este trabalho era realizado por praças do Esq/Gra¹³¹, a pontapé, coronhada e baioneta, e por cipaio, a golpe de cassetetes e bofetada”.

“Não me restam dúvidas ... que tal maneira de tratar indivíduos, ... inocentes de qualquer culpa, irá provocar nos indiferentes e até mesmo naqueles que se têm mantido, apesar de tudo, do nosso lado, uma revolta íntima e um desejo latente de vingança das humilhações sofridas”.

“De notar que nem um único indígena opôs a menor resistência às ordens que lhe davam, nem sequer esboçou o menor gesto de revolta contra as brutalidades a que eram submetidos. Significará isto acatamento e concordância com a forma de tratamento, ou simplesmente a concentração do ódio contra os autores destes atentados?”¹³²

Para a identificação dos indígenas e quando estes não respondiam com a urgência solicitada eram “agredidos à bofetada pelo funcionário e simultaneamente a cassetete pelos dois cipaio, o que me levou a intervir diretamente”.

Mais disse o Comandante que das várias situações para identificação dos indígenas houve outro momento em que teve necessidade de intervir, mais concretamente quando um soldado dos Dragões¹³³ desferiu a um desses indígenas uma coronhada que abriu fundo uma ferida com o conseqüente desmaio. Aí “Imediatamente me acerquei do ‘bárbaro dos tempos modernos’ censurando-lhe a atitude e procurando identificá-lo”. Óbvio que tal atitude por parte do comandante foi no meio daquele caos feito com uma certa discrição, pois não era positivo naquele momento e com tantos homens a ajudar dar-se a parte de fracos.

Muitas das agressões feitas pelos militares portugueses denotavam uma enorme falta de consciência e impreparação para a missão de que estavam incumbidos.

¹³¹ Esquadrão do Grupo de Reconhecimento de Angola.

¹³² Cf. *História da Unidade, Batalhão de Caçadores 109*, p. 23.

¹³³ Comandos ou Esq/GRA.

Questiona-se o comandante do BC109: “Porventura já alguém pensou no que serão estes homens e outros como eles, quando um dia regressarem às suas terras depois de concluído o Serviço Militar? Na tremenda crise social que estes indivíduos poderão vir a causar no País?”¹³⁴ É uma reação a quente deste comandante, mas de uma lucidez absolutamente invulgar.

Foi indecente a forma como foram apresados para cima das camionetas militares os indivíduos que eram conotados com os terroristas ou de pertencerem às zonas de conflito, sendo puxados pelos cabelos e empurrados nas nádegas pelas baionetas. E já na caixa das camionetas o seu tormento não acabava, porque “os soldados iam-se entretendo a dar-lhes pontapés, coronhadas, etc.”¹³⁵

Mas outras agressões foram acontecendo, e para desagrado constante nesta operação por parte do comandante, refere que inclusivamente “a um soldado tirei-lhe das mãos uma ponta de cabo de arame torcido em que uma das extremidades tinha os arames separados, curvados e aguçados, formando uma espécie de garra. Não o vi fazer uso de tal objeto, mas, se o possuía, é natural que o usasse.”¹³⁶

Há a considerar que esta operação foi filmada. Óbvio que este seria mais um elemento que serviria para na ONU se acusar Portugal de praticar atrocidades contra os indígenas.¹³⁷ Sendo que no campo diplomático a posição de Portugal estava muito fragilizada, nesse longínquo ano de 1961; pese embora as posições de força que tomava a sua delegação no seio da ONU, como o caso célebre do abandono da delegação portuguesa de uma reunião que se iria debater Angola, como relatou anos mais tarde

¹³⁴ Cf. *História da Unidade, Batalhão de Caçadores 109*, p. 24.

¹³⁵ Idem, *ibidem*.

¹³⁶ Idem, *ibidem*.

¹³⁷ Idem, p. 25.

Franco Nogueira: “Abandonamos em grande estilo a sala da Assembleia Geral das Nações Unidas. Um erro – para satisfazer a opinião pública.”¹³⁸

Esta situação não é de todo, do meu ponto de vista, aceitável, confessa o Comandante. “Se, porque foram barbaramente trucidados algumas centenas de brancos pelos terroristas pretos, é razão para maltratar indistintamente todos os pretos?”¹³⁹

Este grito de alerta deste Comandante do Batalhão de Caçadores 109 é muito elucidativo do início das hostilidades pela parte portuguesa, para o demonstrar ele faz questão em vincar que o que aconteceu era muito grave, referindo mesmo que não gostaria de no futuro ser acusado de ter presenciado e nada ter feito. Para isso não só critica como delinea e apresenta aos seus superiores a forma correta de se fazerem novas ações, objetivando um impacto e resultados semelhantes a esta, mas sem a mesma brutalidade, e refere em jeito de conselho aos seus superiores: “Assim, julgo que estas operações poderiam ser feitas da seguinte forma:

1. O cerco seria montado da mesma forma, não necessitando contudo de efetivos tão grandes como o utilizado desta vez...
2. Antes de se iniciar uma rusga deveria uma viatura se deslocar naquele lugar e avisar para que as pessoas se dirigissem a determinado sítio, munidas da sua documentação...
3. Vinte minutos após iniciáramos a rusga, procurando essencialmente armas e só depois identificando as pessoas.
4. No local sugerido os indígenas seriam recebidos por militares, munidos de pistolas metralhadoras, sem baionetas.
5. Dever-se-ia limitar o espaço de concentração, de forma a que os populares não se pudessem chegar próximo dessa.

¹³⁸ Cf. *Testemunhos de Guerra, Angola Guiné e Moçambique, 1961-1974*, Liga dos Amigos do Museu do Porto, Porto, 2000, p. 10 a 11.

¹³⁹ Cf. *História da Unidade, Batalhão de Caçadores 109*, p. 25

6. O reconhecimento ou a identificação deveria ser feita por funcionários da Administração Pública, sem a presença de cipaios.
7. Após a identificação, e quando nestes se verificasse estarem ilibados de qualquer culpa, deveriam os mesmos ser escoltados em segurança até aos seus destinos.
8. O encarregado da PIDE nestas operações deveria, logo que concluídas de fazer um relatório aos seus superiores hierárquicos. O mesmo aconteceria com os militares.
9. Finalmente, o Comandante das Forças apresentaria ao Comando Militar um relatório que teria a finalidade não só de dar conta de como decorreu a ação, mas também de apresentar sugestões para que as ações futuras se tornassem mais eficientes.”¹⁴⁰

Estas foram as sugestões do Comandante para que futuras ações fossem melhor organizadas para que pudessem obter maior sucesso. Termina sugerindo que nestas situações de fiscalização e controlo em tempo de guerra há que desconfiar de todos, e a missão de que estão incumbidos é para levar por diante, razão pela qual acrescenta em separado uma última referência:

“Nota - É de toda a conveniência que as moradias dos europeus existentes nos muceques, não sejam isentas de busca. Durante esta operação, tive conhecimento de que cinco indígenas se tinham escondido numa casa de brancos, onde foram presos juntamente com os encobridores.”¹⁴¹

Ou seja, ele já estava com muita distância a antever o que iria ser o conflito, onde as relações de amizade de muitos anos de convivência não se apagam, mas num tempo de guerra havia que desconfiar de todos, e isso faria aumentar o fosso entre brancos e pretos; nós e os outros. Situação que naquele momento não seria aceitável a convivência dos colonos brancos ou de outros. Todos são suspeitos.

O Comandante tinha razão e aquele conflito que degenerou em guerra foi o que a história nos relata, com os resultados que hoje se conhecem.

¹⁴⁰ Cf. *História da Unidade, Batalhão de Caçadores 109*, pp. 25 e 26.

¹⁴¹ *Idem*, p. 26.

Pese embora a boa vontade deste comandante e o humanismo de formação, o que lhe levavam a não aceitar que se maltratassem gratuitamente os visados nesta operação, confirma-nos um envolvido nessa ação que naquele lugar havia muitos terroristas, e por conseguinte a forma como os trataram foi a mais adequada¹⁴².

Esta descrição apenas serve para elucidar que a tropa portuguesa no início do conflito não estava preparada para enfrentar uma situação destas, e muito menos as que se seguiram, de verdadeira guerra. Mas o que a história nos diz foi que com o passar do tempo a nossa tropa foi-se adaptando e, mesmo com os precários meios de que dispunha, conseguiu aguentar por largos anos a guerra em três palcos distintos.

3. As cerimónias da despedida

Para uma sociedade profundamente católica como a açoriana, qual a melhor forma de se despedir dos seus soldados, pedindo sorte para um bom regresso? A consagração em uma Missa. Nesse contexto se constata ter sido de enorme simbolismo a Missa organizada no Campo de São Francisco, no exterior do Santuário da Esperança. Desde logo porque agregou à mobilização militar a Igreja.¹⁴³ Na referida Missa, em maio de 1961, está profundamente espelhado a demonstração de fé, religiosidade e catolicidade do povo micalense¹⁴⁴ e açoriano, o que se prova com a entrega pelas mãos

¹⁴² Cf. Anexo 1, entrevista / depoimento que nos concedeu Manuel Redondo Cabral em Junho de 2012.

¹⁴³ Esse é um facto normal até muito recentemente. A este propósito e em outra cerimónia já no ano de 1964 e pela voz do Cardeal Costa Nunes é referido “Nunca morrem as Pátrias que se sabem defender. Nós temos defendido a nossa, ora de joelhos, ora de espada em punho, como Nuno Álvares Pereira, em Aljubarrota. E nunca nos faltou coragem nem o auxílio da Providência. Podemos, pois, olhar serenamente para o futuro, certos de que venceremos todas as crises.” Cf. *O Dever*, 9 de Maio de 1964, última página, “Ninguém fraqueja quando combate voltado para o Alto”.

¹⁴⁴ Como prova desta religiosidade verificamos que a 3 de junho de 1962, ou seja, num tempo em que a guerra estava mais acesa, em que algum tempo antes foram grandemente aumentados os impostos, situação reconfirmada pela notícia de 1 de julho de 1961 na página 1 do Jornal *A União* e que a 3 do mesmo mês na página 1 faz um relato exaustivo numa lista os 43 artigos de luxo sujeitos a imposto, precisamente para suportar o esforço de guerra, se benze e lança a 1ª pedra para a construção da igreja da Ribeira Chã, ilha de São Miguel. Nada teria esta situação de estranho se não fosse a constatação da inscrição por baixo da fotografia da maquete da referida Igreja: “O valor aproximado da obra será de 1400 contos, para o que conta com o generoso auxílio do Estado.” Cf. Jornal *Açores*, domingo, 3 de junho de 1962, p. 1.

do Monsenhor José Gomes da imagem do Sr. Santo Cristo dos Milagres ao Governador Militar dos Açores que de seguida a entregou a um dos cabos mais antigos da Companhia que ia partir¹⁴⁵. Como se não bastasse também nessa cerimónia religiosa estão presentes, além do povo, na ordem dos milhares, e dos militares que partirão para Lisboa e posteriormente para Angola, todas as altas figuras governativas da época, “Eng.º Vasconcelos Raposo, Governador do Distrito, Comodoro Francisco Spínola, Comandante Naval dos Açores, Dr. Francisco de Noronha, Presidente do Município de Ponta Delgada, dr. João Anglin, Reitor do Liceu e dr^a D. Maria Isabel Coutinho, delegada da M.P.F (Mocidade Portuguesa Feminina), os srs. Almirante Paulo Viana, Governador Militar dos Açores, Coronel Álvaro Pereira, Presidente da Junta Geral do Distrito, dr. Branco Camacho, Secretário do Governo Civil, dr. Alberto de Oliveira, Delegado Distrital da M.P. (Mocidade Portuguesa), e dr. Prado de Almada, Juiz do Tribunal do Trabalho.”¹⁴⁶ Não há dúvidas que com a presença das mais altas autoridades civis e militares colocadas na Região é a sociedade toda que se sente ali estar representada, o momento difícil assim o exige. Ou seja, apesar da sensação de tristeza daqueles militares que iam partir para África, os mesmos deverão ter sentido de alguma forma o conforto de toda uma sociedade, que, ao estar presente num ato tão solene como é uma Missa, e no local onde esta aconteceu, sabendo-se de antemão que a nossa sociedade de então era profundamente religiosa e católica, compromete de facto todos os que partiam com todos os que ficavam, numa atitude intrínseca de um por todos e todos por Portugal.

O momento mais alto daquela cerimónia, que foi vivida com grande intensidade e emoção, deu-se aquando da comunhão, altura em que o Monsenhor José Gomes se aproximou dos militares e a todos distribuiu a Sagrada Hóstia.

¹⁴⁵ Cf. *Açores*, 20 de abril de 1961, p. 2, último parágrafo do artigo “Soldados Micaelenses”.

¹⁴⁶ *Idem*, pp. 1 e 3.

Após terminada a celebração religiosa, o celebrante benzeu uma imagem do Senhor Santo Cristo e entregou-a ao Governador Militar dos Açores, que por sua vez a entregou ao cabo mais antigo da Companhia. Foi também pelo mesmo celebrante entregue uma medalha com a efígie do Ecce Homo¹⁴⁷ e outra com a de Nossa Senhora da Esperança. Foi só após este momento solene que terminaram tão significativas e comoventes cerimónias.¹⁴⁸

Daqui facilmente depreendemos da envolvência de todo o sistema político, social e religioso¹⁴⁹ para com os nossos militares, pois é a estes que ainda se deve e confia para a manutenção do Império. Estes homens então entronizados, partem com o espírito de ir cumprir o seu dever de portugueses de então, na certeza de afirmação da autoridade nacional na distante África Portuguesa. Para tal desígnio, forçosamente deixam para trás a família, a casa, o conforto dos seus lares e a própria terra que os viu nascer, e naquele momento difícil, sem nenhuma certeza de regressar. Partem com a tranquilidade espantosa de a quem lhes era confiado o seu mais precioso bem, a Soberania Nacional. O espírito da época era esse, a Pátria e o povo que fica confia neles e acredita mesmo que cada um por si, destes homens, seria digno da sua tripla condição de micalenses, açorianos e portugueses. Eles sabiam que toda a Pátria rejubilava de entusiasmo à sua partida e que redobraría de orgulho aquando da sua tão desejada chegada.¹⁵⁰

Estes que então iam partir, fizeram-no para poderem cumprir o seu dever de portugueses e para afirmarem que a África Portuguesa continuaria a ser Portugal. Para isso deixavam tudo e partiam tranquilos, dispostos a sacrificar-se pela sua Pátria, a

¹⁴⁷ Senhor Santo Cristo dos Milagres, figura maior da religiosidade dos micalenses e açorianos em geral.

¹⁴⁸ Cf. *Açores*, 20 de abril de 1961, pp. 1 e 2.

¹⁴⁹ Além da situação neste capítulo referida, fácil é encontrarem-se referências e apelos ao sentido religioso dos que vão partir, como é o caso de um artigo no *Jornal Açores* de 18 de junho de 1961, sobre os micalenses que vão partir para o Ultramar, terminando assim: “Que Deus os acompanhe. Por Deus e pela Pátria”.

¹⁵⁰ Cf. *Açores*, 20 de abril de 1961, p. 1.

mesma que tanto neles confia e tanto deles espera. “A Pátria confia neles e nós todos estamos certos de que cada um dos que partem será digno da sua dupla condição de português e de micalense.”¹⁵¹ Complementa o articulista a respeito dos militares de São Miguel com uma forte evocação ao referir que apesar de eles estarem partindo que não se sentissem sozinhos, porque no seu futuro e nos momentos difíceis lá estariam todos em espírito para os apoiarem, na certeza de que as dificuldades das batalhas fossem ultrapassadas pelas preces dos que ficavam; e que o Senhor Santo Cristo dos Milagres os protegesse, porque assim, de certeza que a seu tempo haveriam de regressar aos braços de quem haviam deixado.¹⁵²

Esse era o espírito da época, a que ninguém ficava alheio, o qual era muitas vezes majorado pelos constantes apelos ao portuguesismo, à unidade Nacional, à elevação do moral da sociedade, tudo em torno do grande desígnio que era Portugal. Tal era verificável pela divulgação através dos meios de comunicação social da altura de inúmeros artigos, quer da responsabilidade das redações, quer de próprios colaboradores, todos com o mesmo pendor de opinião única em defesa do regime.

Um dos exemplos mais elucidativos do que atrás referimos encontramos-lo nas páginas do jornal *Açoriano Oriental* de Ponta Delgada, e reporta-se a um poema inédito do micalense José Barbosa, de exaltação aos soldados que então iam partir, para que aceitassem aquele momento como glorificador da sua vida, que para alcançar tal estádio, se necessário fosse dar a vida, pois que assim fosse.

“A Canção do Expedicionário Açoriano”¹⁵³

Sou soldado português,

Coube agora a minha vez

¹⁵¹ Cf. *Açores*, 20 de abril de 1961, p. 1, artigo “Deus traga os que chegam! Deus guie os que partem!” parte final do 5º parágrafo.

¹⁵² Idem, *Ibidem*.

¹⁵³ *Açoriano Oriental*, 23 de setembro de 1961, p. 2. Excerto rigoroso e completo do poema.

De cumprir o meu dever,
Perante a vil ameaça
Grita em nós a voz da raça
De antes quebrar que torcer!

E nessa Angola distante,
Para onde vou confiante,
Também portuguesa e bela,
De cabeça bem erguida,
Eu darei a minha vida,
Se a Pátria precisar dela!

Vou cumprir um juramento
E juro neste momento,
Pela vida de meus pais,
Que sobre o céu africano
O soldado açoriano
Será tão bom como os mais.

Mas convém ter de memória,
O que diz a nossa história
Dos feitos de lusitanos:
- Se entre os bravos portugueses,
Traidores houve algumas vezes,
Não foram açorianos.”

Esta é mais uma prova viva de que a sociedade está de corpo e alma com os que vão partir para a defesa do então ainda vasto Império Ultramarino, apesar de saberem

que as dificuldades que iriam encontrar serem muitas e o regresso de alguns desses rapazes poder nunca vir a acontecer. Mesmo assim, era importante transmitir aos que iam partir a utilidade da sua missão, à semelhança do que já houvera acontecido com os seus antepassados. Éramos, afirmava-se na imprensa, um País de conquistadores e havia que honrar as nossas conquistas de outrora, nem que para isso fosse necessário dar a própria vida, que a acontecer deveria ser vista como uma enorme honra.

Dias depois¹⁵⁴ o mesmo jornal volta a referir a partida de uma companhia expedicionária micaelense. As despedidas sucedem-se, com todas as honras como se fosse a primeira partida de homens para o tão longínquo Ultramar. O discurso oficial era o mesmo de sempre, o cenário também; os protagonistas militares e outras autoridades as mesmas, a população corre em massa para se despedir dos militares. Em tão curto espaço de tempo mais uma companhia de militares micaelenses ia partir, de cabeça erguida pela Pátria mas de coração sangrando pela família que deixavam. Era a realidade de então, onde o regresso era cada vez mais incerto, mas a obrigação de partida estava determinada pela lei. “Rapazes, adeus! Adeus e até... até à volta”, pôde ouvir-se na homilia em alocução do Reitor do Santuário da Esperança, Monsenhor José Gomes. Foi um momento de grande comoção entre todos os presentes e isso pode perceber-se com alguma facilidade pelas palavras da imprensa.

Convém também referir que na Ilha Terceira, pela mesma altura, igualmente se realizou uma profunda e sentida homenagem à Companhia 194, oriunda do B.I.I.17¹⁵⁵, que se preparava para abalar para o Ultramar, sob a divisa multissecular dos soldados daquele destacamento que era: “Antes morrer livres que em paz sujeitos”.

Numa missa proferida pelo Reverendo padre Coelho de Sousa, exclusivamente para a despedida dos nossos soldados que iam partir para terras distantes do Ultramar Português, assistiram diversas autoridades. Abridantada pela Fanfarrá do próprio

¹⁵⁴ *Açoriano Oriental*, 30 de julho de 1961, pp. 1 e 2.

¹⁵⁵ Batalhão Independente de Infantaria 17.

B.I.I.17, foi com grande brilhantismo que, durante a missa, esta executou alguns números em momentos apropriados. A homilia foi proferida pelo padre Dr. António de Cunha Oliveira¹⁵⁶ que apelou aos soldados para que esses mostrassem, em terras distantes, a sua origem. Mentalizou-os também para a importância da sua partida, a qual não tinha como propósito a conquista de terras, mas sim a defesa do que era nosso, e da própria civilização cristã, de que Portugal sempre fora o seu glorioso paladino. Mais referiu que na longa viagem nunca se sentissem sozinhos, pois Deus e a Pátria acompanham-vos, e não vos esquece¹⁵⁷. Era a igreja que estava absolutamente partidária com as ações do Governo e este manipulava o povo, para alcançar os seus objetivos.

Foi então altura de marchar em cadência forte e segura pela Rua da Sé abaixo até à Praça do Município, onde se encontrava um mar de povo. Numa das janelas do Município, cobertas com bandeiras, discursou o Presidente da Câmara, Dr. Baptista de Lima, proferindo eloquentes palavras de elevação do moral daquelas tropas. Por fim, e do mesmo lugar, falou o Coronel Mário Noronha, Comandante Militar da Terceira, que em suma disse que todos tinham vontade e fé e essa movia montanhas, caso fosse necessário levar a bom termo a missão de defender o nosso objetivo histórico, que é a nossa própria existência. Para tal, esta missão confiada aos militares açorianos e portugueses deve ser encarada como um serviço à nossa amada e dispersa Pátria, que queremos e havemos de conseguir mantê-la una e indestrutível.¹⁵⁸ É o pensamento do Governo que este militar apregoa. O momento que se estava a viver era difícil mas todos os altos responsáveis nacionais, civis e militares, falam a uma só voz.

Como muitos outros este é também mais um testemunho do entrosamento e interligação dos militares com a sociedade, com a política do regime e com a própria igreja. Aquele foi um momento em que praticamente todos estavam de acordo com as

¹⁵⁶ O mesmo que anos mais tarde, na década de 80 do século XX viria a ser eurodeputado, eleito pelo círculo eleitoral dos Açores, nas listas do Partido Socialista.

¹⁵⁷ Cf. *A União*, 17 de junho de 1961, p. 1.

¹⁵⁸ Idem, *ibidem*.

ações do regime, e independentemente do preço a pagar, Angola haveria de continuar a ser portuguesa.

4. As reportagens dos jornais sobre a atuação do Batalhão de Caçadores 109

Contrariamente ao que previamente conjecturamos é o facto de não se encontrar em nenhum jornal, dos publicados na Região Açores, qualquer notícia desenvolvida ou nota sobre a atividade operacional realizada em Angola pelo Batalhão de Caçadores 109 ou de qualquer das suas Companhias. Procurámos em todos os jornais alvo da nossa pesquisa, mas não tivemos êxito na busca. Daqui se depreende que a ocultação terá sido portanto a regra aplicada nas notícias expressas, sobre o conflito ultramarino emergente no ano de 1961, nos jornais regionais.

Mas como não há regra sem exceção, eis que a 5 de julho de 1961 surge uma pequeníssima referência que contraria o que acabamos de conjecturar, sendo que a mesma é a primeira e única notícia sobre a atuação dos soldados açorianos que vislumbrámos no jornal, e esta reporta-se a uma operação, que não se consegue saber aonde terá acontecido, pelo que é apenas assim referido: “Após a última operação os soldados do ‘17’ regressaram a Ambrizete sem nada de desagradável a assinalar”.¹⁵⁹ Os rapazes a que se refere a notícia são os oriundos e mobilizados através do Batalhão Independente de Infantaria 17, pela Terceira, e estavam incluídos no Batalhão de Caçadores 109.

E sobre a atividade operacional deste Batalhão em terra de Angola nada mais vislumbramos nas páginas dos jornais regionais.

¹⁵⁹ A *União*, 5 de julho de 1961, p. 1.

5. No regresso não vieram todos – entusiasmo e exaltação aos militares açorianos

O tempo passava e já iam mais de dois anos que os primeiros militares açorianos haviam partido para Angola. Nesse contexto é que se anunciava que dentro de dias regressaria a São Miguel, por via marítima no “Lima”, precisamente os militares mobilizados que desta ilha saíram há dois anos atrás, integrados no Batalhão de Caçadores 109 no qual se integrava uma Companhia expedicionária oriunda do Batalhão Independente de Infantaria 18. Dizia o jornal que no mesmo barco também regressaria uma Companhia oriunda da Ilha Terceira. Quanto aos que regressavam a São Miguel previa-se que a receção a esses, a realizar no BII18, fosse digna, à altura dos seus feitos honrosos na província portuguesa de Angola, no tempo mais difícil quanto ao que diz respeito ao combate contra o terrorismo. Há a salientar que do programa de acolhimento previsto fazia parte a entrega de diplomas a todos esses militares e o descerramento de uma lápide que homenageava três militares em especial, que foram os mortos da Companhia 111 em solo Africano.¹⁶⁰

Dois dias depois a notícia do regresso dos soldados micaelenses tem novo eco na imprensa, e desta vez dava-se conhecimento através do jornal, certamente por informação dos serviços do exército, de que seria concedido o período de uma hora para que esses militares confraternizassem com as suas famílias após a sua chegada ainda no Molhe Salazar. Mas esta situação não era do total agrado do articulista, porque no seu entender face aos feitos desses homens em prol da Pátria mereciam ser considerados verdadeiros heróis e por isso precisavam de ser muito bem recebidos, e para isso ele apelava a que as pessoas das Freguesias de onde são oriundos os militares que agora regressavam se juntassem com as suas Filarmónicas no Molhe Salazar. Houve também

¹⁶⁰ Cf. *Açores*, 16 de julho de 1963, pp. 1 e 2.

uma sugestão para que se realizasse uma Missa de Ação de Graças a celebrar no Campo de São Francisco, o mesmo lugar onde antes da abalada se celebrou Missa aos que então haviam partido.¹⁶¹

No dia seguinte e no mesmo jornal novamente se fazia referência a este regresso dos militares e acrescentava-se que estava a ser elaborado um programa para a condigna receção desses homens.¹⁶²

Novamente no dia seguinte já se confirmava que os soldados açorianos desfilariam pelas ruas da cidade de Ponta Delgada, começando pela Avenida do Infante, Praça de Gonçalo Velho, sul da Matriz, Travessa e Rua de S. João, Ruas Machado dos Santos, Marquês da Praia e Tavares Resendes; altura em que a Companhia da Terceira se separaria da de São Miguel regressando ao Cais, enquanto a Companhia micaelense continuaria a sua marcha pela Rua Tavares Resende até às Escolas localizadas no Bairro da Vitória. Por esta razão era solicitado aos moradores dessas ruas que ornamentassem as suas janelas e varandas com colchas e bandeiras, e preparassem pétalas e flores para ser lançadas na passagem desses militares pelas suas casas. Ao chegar ao largo das escolas os militares açorianos seriam tomados em camiões que os transportaria até ao Quartel dos Arrifes, lugar onde depois seria permitida a entrada de familiares e público em geral que se quisesse juntar para celebrar o final desta receção. Aí os militares formariam e o comandante dessa Unidade então atribuiria a cada um o diploma de *Combatente no Norte de Angola*. De seguida previa-se o descerramento de uma lápide que lembraria os falecidos e os seus camaradas desfilariam junto a ela. Por último encerravam-se as festividades e os militares regressavam livres às suas casas.

Nas páginas do jornal volta a insistir-se para que o Governador Militar se prestasse a incluir nesse programa uma Missa de Ação de Graças no Campo de São Francisco, junto ao Santuário da Esperança, porque todos os militares são católicos e

¹⁶¹ Cf. *Açores*, 18 de julho de 1963, pp. 1 e 2.

¹⁶² Cf. *Açores*, 19 de julho de 1963, p. 1.

muito apreciariam tal ato. Como se verifica, as afirmações elogiosas ao longo de todo o artigo são muitas, referenciando o cumprimento honroso da missão desenvolvida com brilhantismo e heroísmo pelos militares açorianos, pelo que seria da mais elementar justiça que os micalenses os recebessem como eles mereciam, em júbilo.¹⁶³

Mais uma vez se fazia referência à chegada dos militares e se apelava, sugerindo, que as casas deveriam estar apetrechadas com os mantimentos suficientes para bem os receber, de onde se deveria incluir o vinho de cheiro, a massa sovada e o pão de trigo. Era a exaltação suprema às mulheres para que recebessem de braços abertos os seus entes queridos que iam chegar, o seu filho, o seu marido, o seu pai, o seu irmão ou simplesmente o seu namorado. Foram mais de dois anos de grande sacrifício em defesa da Pátria, portanto, tudo havia que fazer para que esses heróis fossem condignamente recebidos, e naquela hora de alegria dever-se-ia transmitir-lhes a paz em que na ilha se vivia e de que eles foram privados durante aquele período.¹⁶⁴

Finalmente o tão esperado dia da chegada, 22 de julho de 1963. Logo pela manhã se podia constatar um certo alvoroço em toda a Ilha de São Miguel, que só era compreensível se atendermos ao espírito solidário de que era portadora a sua gente, apinhando-se no Molhe Salazar e nas imediações do mesmo, todos ali estavam com o propósito de ver e receber de uma forma amiga ou anónima os soldados micalenses e açorianos. Logo ao atracar o barco que os transportava tocaram as bandas de música que se quiseram juntar a esta celebração, dando ainda um ar mais festivo àquele dia. Rejubilava-se e chorava-se de alegria, eram os homens micalenses e açorianos que estavam a chegar.

“MISSÃO CUMPRIDA! BENVINDOS! Regressaram de Angola os soldados açorianos que se distinguiram por disciplina serena e bem compreendida, aprumo irrepreensível, firmeza e benevolência equilibradas e dignidade extrema”, pode ler-se

¹⁶³ Cf. *Açores*, 20 de julho de 1963, pp. 1 e 3.

¹⁶⁴ *Idem*, 21 de julho de 1963, pp. 1 e 2.

em primeira página do jornal *Açores*. E pela notícia e imagens se percebe que afinal houve a tão almejada Missa no Campo de São Francisco, para gáudio de todos, onde foi nessa referido pelo Monsenhor José Gomes o heroísmo e a tenacidade com que estes militares agora regressados honraram Portugal e os portugueses no campo de batalha, e evocou com saudade os que lá tombaram.¹⁶⁵ Foi assim que São Miguel recebeu os seus heróis, com uma alegria imensa no ar, todos estão felizes, chora-se agora mas de alegria, abraçam-se os filhos e irmãos, os pais e amigos, os parentes e conhecidos. Pena era que “Não voltaram todos, mas os três micaelenses que lá tombaram, deram aos que voltaram a mais heroica lição de que se deve morrer pela Pátria”¹⁶⁶. Esta era a opinião expressa do articulista, que coincidia com a esmagadora maioria da população.

No dia da chegada aconteceu tudo como previsto e solicitado. Houve a cerimónia religiosa, de seguida regressaram todos para a frente do Quartel-General, onde em formação ouviram a alocução proferida pelo Governador Militar dos Açores, que em linguagem simples se dirigiu aos militares em parada para os saudar efusivamente e lhes referenciou que enquanto soldados acabavam de concluir de forma exemplar a missão que lhes fora confiada, pese embora os esforços sobre humanos que por vezes lhes haviam sido pedidos, e mesmo assim cumpriram com bravura e valentia. Para isso alguns pereceram, mas terá valido a pena porque o fizeram por Portugal, defendendo a Pátria e a Nação dos seus inimigos internos e externos. Mais disse que a sua missão não estava terminada, apesar de desmobilizados militarmente agora eram arregimentados para a sociedade civil, e assim, na retaguarda, também continuariam a dar o seu contributo, quer por via do trabalho quer por via da sua prestimosa intervenção cívica para o progresso moral da sociedade portuguesa, e para isso era apenas necessário que continuassem com a mesma postura que demonstraram no campo de batalha.

¹⁶⁵ *Açores*, 23 de julho de 1963, p. 2, coluna da esquerda, primeiro parágrafo abaixo da fotografia.

¹⁶⁶ *Idem*, p. 1.

De seguida, e após ter sido ouvido o Hino Nacional, iniciou-se o tão esperado desfile das tropas em parada pela Cidade de Ponta Delgada, que foi sempre muito aplaudido por onde quer que passasse. Chegaram em marcha à referida zona das escolas e aí se separou a companhia de São Miguel da outra da Terceira. Em camiões os militares micalenses então dirigiram-se aos Arrifes, onde na sua passagem por esta Freguesia se viveu um verdadeiro alvoroço, com as janelas engalanadas e a população aos gritos de felicidade, situação que pelo aglomerado de pessoas se tornou em alguns momentos bastante difícil a passagem dos camiões, o que se repetiu até à entrada do Quartel do BII18. No recinto militar tudo se processou conforme previsto. De salientar que da Companhia de Caçadores 111, mobilizada pelo BII18, 115 foi o número de homens que regressaram, tendo lá ficado, além dos três mortos, em ocupações diversas 1 sargento e doze praças, de entre os quais 8 eram originários de São Miguel. Finalizando a esta extensíssima notícia de duas páginas inteiras se referia a título de curiosidade que, a imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, de que esta Companhia fora portadora quando partiu, fora deixada em Angola a pedido de um Missionário que solicitou que a mesma ficasse numa Ermida do Mato para veneração, ao que se subentende tal pedido tinha sido bem aceite pelos militares micalenses.¹⁶⁷

E para que esse dia fosse perfeito, para os que regressaram, era ainda referido que a Companhia 111 recebera um Louvor Coletivo, atribuído pelo Comandante do Batalhão de Caçadores 109 Tenente Coronel Mário Fernandes da Ponte, especialmente pelo comportamento exemplar tido por essa Companhia no decurso da *Operação Tornado*¹⁶⁸, realizada no Norte de Angola a qual demorou dezassete dias. Além deste Louvor Coletivo foram louvados individualmente 45 militares dessa Companhia.¹⁶⁹

¹⁶⁷ Cf. *Açores*, 23 de julho de 1963, pp. 1 e 2.

¹⁶⁸ Cf. *História do Batalhão de Caçadores 109*, pp. 58 a 68. Ação militar de grande envergadura feita pela Companhia 110 e 111 do BC109, em colaboração com os Batalhões de Caçadores Especiais 261 e 280; a CCE 81 (pertencente ao BC156); CC 61 (BC 155); CC 127 (BC 155) e uma CPARAS. Esta Operação que se desenvolveu entre 15 e 31 de Outubro de 1961 tinha como objetivo o “Aniquilamento dos bandos

Esta notícia, com pouquíssimas alterações, tem igual eco nos jornais *Açoriano Oriental*, e *A Ilha*, nas suas edições de 27 de julho de 1963, o que demonstrava bem a simpatia que tal evento teve em quase todas as ilhas dos Açores, sendo que na altura a imprensa escrita era um meio privilegiado de divulgação de informação.

Quanto aos louvores individuais atribuídos dentro do Batalhão de Caçadores 109, fica-se a saber que, conforme transcrição do jornal *O Telégrafo*, da Horta, pelo menos quatro tinham sido atribuídos a militares pertencentes à Companhia 110 que foi mobilizada pelo BII17 a partir da Ilha Terceira. Está expresso em primeira página desse jornal que transcreve, extraído da Ordem de Serviço, nº 49, oriunda do Batalhão de Caçadores 109, datada de 27 de Fevereiro de 1963 o seguinte: “Louvo o 1º Cabo atirador nº 465/60, GABRIEL MACHADO MEDINA, soldado atirador nº 22/60, ANTÓNIO BENTO DOS SANTOS, soldado atirador nº 176/60, FRANCISCO RAUL MENDES DINIS, serventes de uma metralhadora ‘Breda’ e soldado cond. auto nº 436/60, ILÍDIO DA ASSUNÇÃO FERNANDES, todos da C.Caç. 110, BII17, pela sua decidida e corajosa conduta durante a Operação S. SALVADOR em que foi aberto o itinerário TOMBOCO – S. SALVADOR.”¹⁷⁰

Nas referências elogiosas que complementavam este louvor se destacam as qualidades destes homens que pertenciam a uma esquadra que atuava em conjunto do cimo de uma viatura, constituindo alvo fácil para os terroristas, o que não terá sido motivo de desmoralização, muito pelo contrário, na sua ação debandara com diversos grupos de inimigos, demonstrando a sua grande valentia, espírito de equipa e desprezo do perigo. Era também a estes homens que se devia a abertura do referido itinerário. Assim se justificava com justiça a atribuição deste tão merecido louvor.

terroristas; destruição dos seus meios de vida; colheita de informação”. Apesar deste aparato a Operação não atingiu o completo êxito e dela resultou nas tropas portuguesas 2 feridos e 2 mortos.

¹⁶⁹ Cf. *Açores*, 23 de julho de 1963, p. 5.

¹⁷⁰ Ordem de Serviço do Batalhão de Caçadores 109, de 27 de fevereiro de 1963, transcrita em *O Telégrafo*, 6 de fevereiro de 1964, p. 1.

6. Histórias contadas na primeira pessoa

Para aferirmos da veracidade do que indagamos sobre o Batalhão de Caçadores 109, e como forma de obtermos uma visão, que não sendo diferente fosse pelo menos complementar, propusemo-nos a entrevistar alguém que tivesse sido ator no terreno operacional incluído no referido Batalhão. Encontramos dois homens que vivenciaram esse momento histórico do primeiro ao último dia. São eles Manuel Redondo Cabral e Jeremias Santos Ferreira. O primeiro possui uma enorme clarividência e uma impressionante memória, a aferir pelo relato que nos fez daquele tempo. O segundo, aparentemente mais envelhecido, também na sua memória ainda se encontra bem presente tudo por que passou no Ultramar.

No questionário que propusemos a esses ex-combatentes do Ultramar resultou um depoimento / testemunho notável de cada um deles (anexos 1 e 2 deste trabalho). Os dois homens reagiram de forma aparentemente similar ao nosso inquirido, e o mesmo aconteceu nas diversas conversas que com eles fomos mantendo ao longo do tempo. Na entrevista Manuel estava sempre ansioso pela pergunta seguinte, e enquanto anotávamos as respostas dadas a uma qualquer questão e conversávamos em ligação ao assunto seguinte verificávamos que ele tinha sempre muito mais para dizer, respondia continuamente para além do que se perguntava – mas sempre dentro da temática da questão; ia procurar fotografias para elucidar o que nos dizia, e até foi buscar um mapa antigo de Angola para ilustrar os muitos lugares por onde passou, apontando convictamente cada um deles e descrevendo com minúcia os acontecimentos mais relevantes vivenciados em cada lugar por onde passara. Por seu lado Jeremias interrompia constantemente o nosso questionário e falava de muitas situações que passara no território angolano, sendo que na maioria das vezes o que ele dizia não tinha conexão com o que íamos perguntando, mas relacionava-se sempre com a temática.

Um e outro eram de baixa instrução acadêmica, não mais do que a antiga 4ª classe. Contudo um e outro são portadores de histórias de vida que davam para escrever alguns livros, tais foram as peripécias, incertezas, desesperos, privações e perigos por que passaram.

Nos anos 50 do século passado, antes de ingressarem no exército, estes dois homens tinham uma concepção relativamente diferente quanto ao Ultramar. Manuel refere-se a esse território só com o conhecimento que dele possuía através do que aprendera na escola, diz por isso convicto: "... a ideia que tinha do Ultramar nessa altura era que esse seria um território muito atrasado"¹⁷¹. Jeremias mostra-se mais esclarecido, pelo conhecimento adquirido na escola e por um episódio da sua vida, conta-nos: "...lembro-me quando era criança, logo na sequência da II Guerra Mundial, teria talvez uns dez anos quando soubera de uma companhia que tinha ido para Angola em defesa do nossa soberania, e que no seu regresso os homens falaram muito bem daquele território, desde as suas belezas naturais até ao desenvolvimento das cidades, e onde, diziam, era relativamente fácil arranjar emprego, sendo que nesse território não se ganhava muito, mas esse dinheiro dava para se fazer uma vida de fartura. Em resultado disso eu tinha uma boa ideia do território ultramarino..."¹⁷²

Ingressados nas fileiras do exército, e durante o período inicial da recruta, estes dois homens são coincidentes quanto à questão ultramarina, não era um assunto que se falasse entre os recrutas. "Situação que se alterou radicalmente a partir do assalto ao Navio Santa Maria, a 22 de janeiro de 1961"¹⁷³, afirma-nos Manuel. Essa é a data provável que deu início a toda uma movimentação militar que iria culminar com a mobilização de uma companhia completa de homens a partir do RII18¹⁷⁴. Ter sido mobilizados para ir para um território sublevado deixou os homens abalados mas

¹⁷¹ Cf. Manuel Redondo Cabral na entrevista / depoimento de junho de 2012, anexo 1.

¹⁷² Cf. Jeremias Santos Ferreira na entrevista / depoimento de julho de 2012, anexo 2.

¹⁷³ Cf. Manuel Redondo Cabral na entrevista / depoimento de junho de 2012, anexo 1.

¹⁷⁴ Regimento Independente de Infantaria 18.

firmes, diz-nos Manuel: “Deu que pensar e psicologicamente todos se foram abaixo; o clima era de um generalizado descontentamento entre nós, mas ninguém desertou.” Jeremias complementa essa ideia ao afirmar: “Apesar do momento difícil todos os homens mobilizados se mantiveram firmes e na hora da partida todos sem exceção se apresentaram para seguir.”

Estava a companhia mobilizada, o momento era de grande consternação entre todos. Como as chefias militares antecipadamente sabiam que os homens iam ausentarem-se por um longo período de tempo foram tomadas diversas medidas no sentido de amenizar as hostes. A primeira foi a de conceder alguns dias para que estes homens fossem ver e se despedir dos seus familiares, após a qual regressaram ao quartel de mobilização, onde promoveram a segunda medida que foi a de levar todos os homens mobilizados à Igreja dos Arrifes para aí se confessarem¹⁷⁵. A terceira medida é-nos referida por Manuel Redondo no seu depoimento da seguinte forma: “Para nos animar, dois dias antes da partida, juntaram todos os que iam abalar na casa de cinema dos Arrifes, onde foi exibido um filme com a vida de Cristo.” A última e mais significativa medida tomada pelas chefias militares, como nos confirma Manuel e Jeremias, terá sido a que aconteceu no dia anterior à partida e foi a Missa Campal No Santuário da Esperança (Senhor Santo Cristo), na presença de centenas de civis.

Após esta preparação interior, que psicologicamente pouco melhorou a atitude dos homens, lá seguiu aquele contingente militar para o Continente português. Uma viagem de barco de mais de dois dias, como paragem na Terceira para pegar em mais homens – mobilizados pelo Regimento de Infantaria 17, a Companhia 111; e sem demoras seguiu o barco para o seu destino intermédio, Lisboa. Manuel recorda-se bem desse dia e de quem lá os aguardava: “Em Lisboa esperava-nos Mário César Teixeira, Capitão, Comandante da Companhia de Caçadores 111. Seguimos para Santa Margarida

¹⁷⁵ Cf. Jeremias Santos Ferreira na entrevista / depoimento de julho de 2012, anexo 2.

onde ficamos aquartelados durante três semanas”. Jeremias tem a memória mais nublada e refere acerca do mesmo momento: “Em Lisboa estavam à nossa espera alguns militares que nos indicaram ao comboio que nos transportou até Santa Margarida, onde ficamos três semanas.” Os dois são convergentes que durante o tempo que estiveram em Santa Margarida em determinada altura fizeram uma viagem a Fátima, estranhamente, o que só se explica pelos cinquenta anos passados, quanto ao resto que fizeram enquanto aí permaneceram são completamente divergentes, o primeiro, Manuel, afirma convictamente no seu depoimento que durante esse tempo “nunca tivemos instrução, era um tédio...”, enquanto Jeremias pormenoriza que “durante esse tempo fizemos uma espécie de nova recruta, com mais instrução, com incidência na defesa pessoal e também no desenvolvimento psicológico. Melhoramos o tiro ao alvo, onde o alvo era um placard em forma de homem preto.” Em privado posteriormente Manuel refere-nos que este treino só aconteceu em Angola.

Passado esse tempo, e antes de partir para Angola, os homens substituem as fardas que haviam levado de São Miguel por outras, amarela e verde. No dia da partida seguem os homens para o Cais de Alcântara, onde para se despedir os esperava uma multidão e algumas altas figuras militares. Subiram a bordo e foi iniciada a viagem rumo a Luanda – Angola. Eram alguns milhares de pessoas a bordo e tudo se processava com organização. Como forma de suavizar a maçada de tão grande viagem e “para ocuparmos o tempo eram exibidos filmes, fazíamos ginástica e tínhamos instrução, depois muitos jogavam às cartas, etc.”¹⁷⁶ “...Alguns até jogavam a dinheiro. Inclusivamente comprei um relógio a um rapaz que havia perdido o seu dinheiro todo no jogo.” Diz-nos Jeremias.

Passaram duas semanas de mar, chegaram a Luanda e desde cedo estranharam as diferenças que logo se apresentaram à primeira vista, a cor da terra, a beleza da cidade e

¹⁷⁶ Cf. Manuel Redondo Cabral na entrevista / depoimento de junho de 2012, anexo 1.

as próprias pessoas, etc. Lembram-se que foram recebidos em euforia pelo locais, desfilaram pela Avenida Marginal, foi-lhes oferecido um beberete; e, ainda desarmados, seguiram para o seu primeiro destino em solo angolano – um Seminário em construção. Nesse permaneceram cerca de três semanas, à espera do armamento próprio para desafiar a missão que lhes estava atribuída naquele tão vasto território. Enquanto isso foram alertados para os eventuais perigos que iriam encontrar no terreno, recebem algumas instruções e é-lhes fornecido um punhal. Após a chegada das armas fazem a primeira missão, dentro da cidade de Luanda, num *muceque*, à procura de terroristas. Após isso foram deslocados para as zonas sublevadas que lhes estavam atribuídas, primeiro para Santo António do Zaire, depois para Ambrizete, localidade onde se estabeleceu o Batalhão de Caçadores 109; mas a Companhia 111 seguiu para Lufico onde teve por missão o patrulhamento das zonas em redor e agir sobre as populações dispersas pressionando-as a regressarem às suas sanzalas. Nesse lugar as condições eram difíceis, e uma parte dessa companhia, a patrulha onde se encontrava Jeremias, tinham os homens de repartir as camas, em que enquanto um militar dormia o outro estava de pé em vigia, depois eram trocadas as posições. Quanto à comida, era escassa e tinham de recorrer às rações de combate, quando essas se acabavam muitas vezes os homens passaram fome, “isto porque a alternativa de reabastecimento dependia de o ir buscar à base e voltar para o sítio a patrulhar, e para isso era preciso que alguém se desse como voluntário, e ninguém o queria, era demasiado arriscado.”¹⁷⁷

O batismo de fogo é a experiência traumática que nenhum militar gostaria de passar, mas que todos passaram. Desse momento cada um tem a sua história, dramática, só superada em intensidade quando em confronto resultaram mortos, o que aconteceu nos pelotões onde estiveram incorporados os nossos entrevistados, cada qual conta essa experiência da melhor maneira que sabe ou lembra; Manuel sintetiza: “O pior dia da

¹⁷⁷ Cf. Manuel Redondo Cabral na entrevista / depoimento de junho de 2012, anexo 1.

minha vida... Um camarada morto muda a percepção que se tem daquela guerra, transforma a personalidade de qualquer homem ... foi aí que sentimos na pele que a guerra tinha começado para nós.”¹⁷⁸ Por seu lado Jeremias é mais expressivo e frio no relatar dessa circunstância, referindo que aquele era um momento muito difícil mas estando em guerra nada mais se podia fazer do que aceitar a morte de um camarada com a naturalidade possível e a coragem que se exigia a um militar na frente de combate. Mas acrescenta referindo-se à atitude que teve, como os seus camaradas, dali em diante: “...a partir dali fique um homem diferente, como os meus camaradas, queríamos era nos vingar daquele acontecimento, onde se equacionava matar tudo o que nos aparecesse pela frente... a morte de um camarada afetou-me, tornou-me vingativo, e perdi completamente o medo da morte.”¹⁷⁹

Num tempo de incertezas, num terreno desconhecido, ver um camarada morrer é duro, mas enfrentar muitas vezes a morte é ainda mais difícil; logo a solidariedade e a ajuda entre os homens era a chave da sobrevivência naquela altura. São estes momentos difíceis que transformam homens normais em máquinas de guerra, onde as emoções se sobrepõem à força física, em que muitos dos dias se transformam em dias de desespero, onde chorar fazia parte daquele quotidiano. Para ultrapassar todas estas emoções os militares comunicavam por via escrita para os seus familiares e madrinhas de guerra, verdadeiros ombros amigos, mesmo que distantes fisicamente.

Um dos aspetos mais negativos no início do conflito terá sido a organização logística do lado português, a qual era precária, por vezes tornando simples operações de rotina em momentos difíceis de ultrapassar, tendo acontecido que patrulhas destacadas para longe dos aquartelamentos, quando demoravam no mato mais do que o previsto numa determinada operação, tivessem passado fome por falta de

¹⁷⁸ Cf. Manuel Redondo Cabral na entrevista / depoimento de junho de 2012, anexo 1.

¹⁷⁹ Cf. Jeremias Santos Ferreira na entrevista / depoimento de julho de 2012, anexo 2.

reabastecimento, o que facilmente poderia ser feito por um helicóptero, se os houvesse disponíveis naquela altura. O armamento também era precário, de que se destacava a espingarda *mauser* que disparava um tiro de cada vez. Estas situações eram muito desmoralizadoras para os homens, onde se lhes exigiu mais do que era normal.

Os militares envolvidos no conflito nunca viram que aquela fosse uma guerra muito justa, apesar de interiorizarem que naquela altura aquele território era português e havia a obrigação de o defender dos ataques a que estava sendo sujeito. A aferir pelas respostas às entrevistas feitas a Manuel e Jeremias, os militares de baixa patente (soldados) não questionavam a política do regime, apenas a executavam na componente militar. Conheciam o Presidente do Conselho de Ministros – Salazar, e são unânimes na apreciação à sua política e ação como bastante positiva. Todos os outros políticos de renome da altura eram desconhecidos para estes militares e para os seus camaradas.

Quanto ao comandante de Batalhão os dois entrevistados têm uma ideia complementar, Manuel considerava que ele “era um bom homem, extremamente rigoroso, mas honesto e preocupado com as vidas dos seus homens.”¹⁸⁰ Jeremias por seu lado era mais moderado na sua apreciação e afirma: “não posso dizer que fosse um bom homem mas era justo de certeza absoluta. Castigava ou louvava quem o merecesse, independentemente se ser um soldado, um oficial ou um civil.”

Apesar das privações, dificuldades e desânimos vivenciados por estes militares, como se referencia, a apreciação que os dois fazem do conflito é similar assim como o orgulho que sentem por ter servido o seu País num dos períodos mais difíceis da sua história. Os momentos críticos passados naquela altura foram naturalmente bem aceites porque eles sentiam que estavam a servir Portugal, e como toda a mocidade masculina de então, esta era uma obrigação que estava interiorizada. Mesmo assim os dois sentem até certo ponto saudades daquele tempo e se pudessem gostariam de regressar aos

¹⁸⁰ Cf. Manuel Redondo Cabral na entrevista / depoimento de junho de 2012, anexo 1.

lugares por onde passaram durante a guerra, mas agora em paz. Dizem sentir um vazio interior que irá perdurar se tal não acontecer. Quando regressaram à terra natal foram recebidos em clima de grande euforia. E quanto à reintegração na vida ativa, confidenciaram-nos, os dois tiveram relativa facilidade.

Esta é a síntese da história de dois homens que serviram o seu País no seu tempo de jovens, como tantos outros milhares. Pela forma como se reintegraram na sociedade e vivenciaram até aos dias de hoje pode considerar-se que os dois regressaram completamente da guerra, não guardam rancores interiores em relação aos inimigos de então, muito pelo contrário, até desejavam se reencontrar hoje com esses, caso fosse possível; não sofrem traumas de maior pelo que passaram, confessam-nos que têm lembranças diárias daquele tempo. Apesar das dificuldades, dos desesperos, das aventuras forçadas e dos obstáculos que tiveram de ultrapassar não se consideram heróis de guerra, pois acham que enquanto portugueses apenas fizeram o que lhe era solicitado na altura, e de que não guardam ressentimentos. São, finalmente, portadores de histórias dignas de ser registadas em livro para memória futura.

Estes homens são os heróis vivos da nossa história.

CAPÍTULO III

A VISIBILIDADE DA GUERRA - DOCTRINA, PROPAGANDA E

CENSURA

1. Angola “terra de paz”?

Pela visualização de um título de primeira página de um jornal de outubro de 1961 eram os leitores induzidos a acreditar que havia um declínio das operações militares em Angola, pois referia: “Os acontecimentos em Angola – Encontra-se praticamente encerrada a fase propriamente militar de repressão e de ocupação de posições.”¹⁸¹ Esta notícia resultava de uma declaração feita pelo então Governador Geral da Província de Angola, General Venâncio Deslandes, proferida na abertura dos trabalhos da Segunda Legislatura do Conselho Legislativo de Angola. Posição que fora corroborada por um comunicado da Defesa Nacional, de 4 de agosto desse ano, e mais complementava que inclusivamente as Forças Armadas iriam então utilizar os seus recursos no apoio às autoridades civis no restabelecimento da normalidade, onde se incluiria a instrução dos indígenas. Ficava no ar que tudo parecia caminhar para a estabilidade no terreno.

E a atestar que nos estavam a dizer a verdade é confirmada Angola como Terra da Paz, e que por essa razão as viagens marítimas com origem em Lisboa e destino aos portos de África, desde outubro, já estavam todas esgotadas até ao fim de janeiro do ano seguinte.¹⁸²

Razão pela qual talvez seja que a partir do mês de novembro de 1961 se notasse um decréscimo efetivo do número de notícias na imprensa sobre a guerra em Angola.

¹⁸¹ *Diário Insular*, 10 de outubro de 1961, p. 1, ao centro.

¹⁸² *Idem*, 25 de outubro de 1961, p. 1, ao centro.

Além do número de notícias ser inferior nessa altura são também de menor dimensão as que vão aparecendo.¹⁸³ Igualmente nos surpreende que as notícias sobre Angola impressas no jornal *Açores* dos dias 4 e 5 de dezembro de 1961 vêm em 2ª página, situação pouco usual ou nunca vista até aquela altura, reaparecendo em 11 de janeiro de 1962 também em 2ª página, só regressando à primeira página em 13 de janeiro de 1962, e com uma notícia de mais ou menos 1/16 de página. Dessa data em diante são ainda mais esporádicas as notícias da guerra no Ultramar ou da situação militar vivida no terreno pelas tropas portuguesas.

O mesmo acontece com a generalidade dos outros jornais indagados, sendo que nesses as notícias normais sobre a guerra são em menor volume durante o período que verificamos, sendo certo que os textos são muito semelhantes em todos os jornais, o que querará significar que as notícias eram captadas a partir das mesmas fontes de informação: noticiários do Emissor Regional dos Açores da Emissora Nacional, despachos da ANI (Agência de Notícias e Informação) ou comunicados oficiais das Forças Armadas.

O decréscimo das notícias expressas na imprensa acerca do que se passa em Angola foi tão notado pela população que a mesma exige aos serviços oficiais de informações portuguesas que lhas forneçam; ao que, em comunicado, as Forças Armadas dão como explicação de que a surpresa era um elemento fundamental para o sucesso das operações em curso, e que o exército português estava permanentemente em ação, mas que essa nada tinha de espetacular, logo não seria necessário constantemente estar a publicar notícias que nada acrescentavam ao que realmente estava acontecendo. Incluído nesse esclarecimento estava alguma explicação de certas ações de limpeza que as forças nacionais estavam a fazer no terreno, mas que mesmo essas eram corriqueiras;

¹⁸³ Conforme constatamos pela visualização do jornal *Açores*, situação que se repete em todos os outros títulos dos jornais que estudamos.

pese embora a morte numa dessas operações de “...um furriel, de nome Guilherme B.P. Dantas, bem como o cabo Manuel Sá Alves.”¹⁸⁴

Subentende-se perfeitamente nesta notícia que há ocultação à verdade e que muito tem ficado por dizer, e são os serviços oficiais que, num exercício de censura, travavam a publicação de notícias que dessem conta das dificuldades das forças militares, militarizadas e organizações de voluntários em recuperarem, na totalidade, o controle da situação e instaurarem um clima de paz e segurança em Angola. Ora, com o decorrer do tempo, a publicação de constantes notícias sobre operações militares sem resultados espetaculares favoráveis às nossas tropas podia contribuir para a desmoralização da população, não só pelos reflexos emotivos no seio das famílias, como pelos sacrifícios, ao nível das condições de vida, resultantes do esforço de guerra. Assim, os comunicados das Forças Armadas tornar-se-iam, mais lacónicos e elaborados de maneira a não provocar “alarme social” no seio da sociedade portuguesa.

Este era um mau presságio do que estava realmente acontecendo no terreno, e do que os militares sabiam que estava para acontecer. Piores dias viriam.

2. Mortes pouco visíveis!

Quando algum infortúnio acontecia no Teatro de Operações de que resultasse a morte de algum militar, a família recebia, como não podia deixar de ser, por via oficial, a participação dessa morte. Os comunicados das Forças Armadas, que chegavam à comunicação social, o que faziam muitas vezes era ir dando os nomes dos mortos mas espaçados no tempo; depreendemos que para não causar alarme público.

É nesse cenário que em título de primeira página constatamos o seguinte: “Em Angola: Mais um assalto dos terroristas de que resultou a morte de um sargento.”¹⁸⁵ No

¹⁸⁴ *Açores*, 21 de setembro de 1962, pp. 1 e 3.

desenvolvimento desta notícia ficamos a saber que em consequência de um ataque terrorista, o qual foi prontamente repellido, teve como consequência diversas baixas para o inimigo; igualmente era referido que nesse embate também ficaram feridos alguns militares portugueses e morreu um sargento.¹⁸⁶ Sem mais qualquer comentário. Obviamente que seria intenção de quem produziu a notícia e a mandou publicar não ter grande interesse em que se desse realce às mortes no terreno, havia que acautelar a sensibilidade da opinião pública, e não provocar ondas que hipoteticamente se pudessem transformar em contestação ao regime.

Em outro momento e novamente em título de primeira página podemos constatar o seguinte “Em Angola: Morreu o 1º Cabo António Fernandes Duarte em consequência dos ferimentos sofridos em combate.”¹⁸⁷ Perante este título esperávamos que houvesse uma descrição pormenorizada sobre a forma e a luta acontecida que deu azo a tal desfecho, até aceitávamos que fosse valorizado e se realçasse o comportamento deste malgrado militar, o que era aceitável e ficaria bem na opinião pública. Mas não, o desenvolvimento do acontecido fica-se por apenas cinco linhas, sonogando em absoluto a visibilidade que tal acontecimento merecia, e relata assim: “LISBOA, 1 – As autoridades militares comunicam que faleceu o 1º cabo n. 78/59, António Fernando Duarte, há dias internado no Hospital de Luanda, em consequência de ferimentos sofridos em combate.”¹⁸⁸ Relato simples e lacónico tal e qual como acabamos de o transcrever, sem mais pormenores. Fica um amargo muito grande para quem acompanhava a campanha ultramarina através dos jornais; sendo certo, por outro lado, que a rotina das operações ou os motivos das mortes (por exemplo pelo rebentamento de minas), pela sua repetição no quotidiano de guerra, podiam dar lugar, se noticiados, ao tédio dos leitores.

¹⁸⁵ *Açores*, 20 de maio de 1961, p. 1.

¹⁸⁶ *Idem*, *ibidem*.

¹⁸⁷ *Idem*, 2 de julho de 1961, p. 1.

¹⁸⁸ *Idem*, *ibidem*.

Percebe-se que as baixas relatadas nos jornais não parecem à opinião pública coincidir com o que se está a passar no terreno, quando verificamos que mereceu das Chefias Militares um esclarecimento incluído no jornal *Açores* em subtítulo “As ‘baixas’ são apenas as publicadas”, onde é duramente defendido que tal é verdade e a comprová-lo desafia-se quem quiser tirar dúvidas sobre este assunto a solicitar de forma oficial a confrontação entre as referidas publicações dos óbitos e as registadas pelas Forças Armadas, e verificar-se-ia, sem margem para erro, que estas não diferenciarão umas das outras.¹⁸⁹

Temos aqui, e pela primeira vez de forma aberta, um confronto da verdade entre a opinião pública e as Chefias Militares. Não resultando, que se conheça, qualquer repressão parte a parte, o facto era que aos leitores algo lhes parecia que estava mal, e isso numa altura em que todos deveriam estar unidos para a defesa intransigente dos interesses da Nação, que então parecia querer começar a desmoronar. E esta situação da possibilidade da inverdade promovida pelas Chefias Militares no tocante aos falecidos no Teatro de Operações (TO) continua, ou pelo menos a tentativa de encobrir a verdade dos números. Pode aferir-se isso porque nos dias seguintes no jornal *Açores* não se consegue vislumbrar relato de qualquer falecido nas circunstâncias atrás referidas; e eis que então surge uma notícia sobre este assunto, em fim de artigo, relegado para uma segunda página referindo: “Baixa nas Forças Armadas – O Serviço de Informação Pública das Forças Armadas comunica que morreu em combate, no último sábado, em Angola, o soldado 991 62, António José Jacinto.”¹⁹⁰ Esta situação desacreditava os serviços oficiais de informações, fragilizando-os perante a opinião pública. Mas neste contexto não podemos também minimizar a rapidez e eficácia da propagação do boato e igualmente os resultados efetivos da propaganda antiguerra e de oposição ao salazarismo. Só uma investigação aturada e naturalmente prolongada no tempo

¹⁸⁹ Cf. *Açores*, 21 de setembro de 1962, p. 3.

¹⁹⁰ *Idem*, 23 de janeiro de 1963, p. 1.

cotejando as datas oficiais das mortes com os comunicados das Forças Armadas, tarefa que não cabe neste trabalho, permitiria tirar a limpo a verdade ou inverdade das afirmações do comunicado citado.

De qualquer modo, para comunicar a morte dos militares em combate, conforme temos vindo a relatar, e para que as mesmas passem quase incólumes aos olhos da opinião pública, todos os estratagemas são utilizados. Desta vez, e em jeito de comunicado das Forças Armadas em Angola, ficamos a saber que morrera mais um militar em combate. Mas a notícia é-nos transmitida por entre o relato de diversas operações de flagelação, desenvolvidas em São Salvador, Bessa Monteiro e Dembos, infligidas aos bandoleiros, os quais continuamente se escondem no mato evitando o contato com os soldados portugueses; e é precisamente aí onde os íamos atacar refere a notícia. Dessas muitas ações resultou então para as tropas portuguesas "...um morto e um ferido. Os terroristas sofreram algumas baixas e mais de meia centena de prisioneiros."¹⁹¹ Nesta notícia a nebulosa estava melhor montada do que em outras ocasiões; em primeiro lugar porque o relato da morte perpetrada a alguns inimigos e o aprisionamento de uns outros tantos queria fazer parecer justificação razoável à morte de um soldado e o ferimento de outro do lado português; por outro lado notava-se o extremo cuidado em não dar os nomes dos malogrados!

Numa outra notícia que refere a morte de mais dois militares, a mesma é antecedida de um descritivo da atividade militar das forças portuguesas no terreno, de onde se destacam operações nas regiões de Muconde, Zengba e Alto Dange, muita atividade das forças navais, prosseguindo-se a vigilância terrestre, aérea e naval das nossas fronteiras, e fizera-se a interceção de terroristas na fronteira norte aos quais foram infligidas numerosas baixas, tendo os restantes fugido ao confronto e abandonado as armas. "Durante esse período as nossas forças tiveram dois mortos e três feridos em

¹⁹¹ Cf. *Açores*, 11 de outubro de 1963, p. 1.

combate.”¹⁹² Assim como forma de minimizar as perdas sofridas, era-nos então fornecida a habitual triste notícia, que vinha embrulhada numa série aparente de boas informações para as forças portuguesas, que em conclusão nos dava nota da morte de mais dois homens, sem explicações de maior.

E os comunicados das Forças Armadas continuavam a surgir, sempre dando nota da atividade dos militares portugueses no Teatro de Operações, referenciando que as ações desenvolvidas eram as rotineiras, mas constantemente relevadas pelo propósito que continham. Desta vez este relato reporta-se às datas situadas entre 27 de janeiro e 2 de fevereiro, e refere em nota final que as nossas forças nesse período sofreram 4 mortos.¹⁹³ As mortes são divulgadas de forma seca e sem quaisquer pormenores.

Como esta outras notícias vão surgindo, de que é o caso de mais um comunicado das Forças Armadas a dar nota da morte de mais seis militares portugueses, mas não sem antes dar também a conhecer que estavam em grande atividade as tropas portuguesas na Serra do Uige, de tal forma que sistematicamente os terroristas escusavam o contacto com elas, o que não evitou que do lado português fossem infligidas algumas baixas aos terroristas, e a destruição de diversos acampamentos desses.¹⁹⁴ Mais uma vez há a tentativa de transmitir e incutir à opinião pública a ideia de que pela ação desenvolvida no terreno pelos nossos militares e os eventuais sucessos obtidos serem atenuantes credíveis à perda de vidas dos soldados portugueses.

3. “Por Deus e pela Pátria”: a intervenção da Igreja

Uma partida para um Teatro de Guerra é sempre difícil de ser aceite, por todas as partes envolvidas – os que vão e os que ficam. Para atenuar esta situação é que são promovidas cerimónias como forma de melhor entrosar entre todos dessa realidade.

¹⁹² Cf. *O Telégrafo*, 24 de março de 1964, p. 1.

¹⁹³ Cf. *O Telégrafo*, 7 de fevereiro de 1964, pp. 1 e 4.

¹⁹⁴ Cf. *O Telégrafo*, 21 de abril de 1964, p. 1.

Esses eventos muitas vezes aconteciam no interior dos próprios quartéis, E revestiram-se de diversas formas.

Assim podemos certamente considerar como um *cerimonial de partida* um Juramento de Bandeira dos recrutas do Batalhão Independente de Infantaria 17 em Angra do Heroísmo, Terceira, no ano de 1961. Isto porque nesse ano, em que o conflito em Angola já ia fazendo as suas vítimas mortais e que o Governo Português, através do seu Presidente do Conselho já havia feito remodelações Ministeriais como forma de agilizar a contra ofensiva, e em que já se havia criado uma ponte aérea para levar com maior rapidez os militares e equipamentos de primeira necessidade ao Teatro de Operações, e em que já no mês anterior tinham seguido duas companhias de militares açorianos rumo a essa província, tudo enfatizava para que aquele momento, outrora simbólico mas sempre imponente, seja assim considerado. Tanto mais que no decurso do mesmo, em que juraram bandeira 310 homens desse Batalhão de Infantaria, fizeram daquele momento um tocante ato militar, compreensível, porque é nesse que o *homem recruta* jura, passando à situação de *pronto*, e entrega-se para servir de corpo e alma a sua Pátria não lha exigindo nada em troca.

E especificamente nesse ano aquele momento estava ainda mais condicionado pelos acontecimentos em marcha, em que a partir dele qualquer militar *pronto* estava à disposição do exército para fazer o que fosse preciso para salvar e honrar a sua Pátria no que ela dele precisasse. E naquele momento o que mais a Pátria precisava era de homens de coragem e valor que não se vergassem às dificuldades nem cedessem a chantagens ou pressões. Antecedendo a verdadeira cerimónia de Juramento de Bandeira houve uma Missa na qual o Capelão exortou os militares presentes a seguirem a via de verdadeiros Soldados de Portugal, e isso significava o repúdio mais veemente aos que nos queriam suprimir o nosso património ultramarino, que naquela hora difícil era o

mais importante a defender.¹⁹⁵ Era a própria Igreja que se aliava ao Estado a exortar os valores base do Portugal de então.

Na ilha de São Miguel também aconteceram essas cerimónias e isso fica a saber-se através dos jornais que se havia realizado um significativo cerimonial de partida nos Arrifes, que coincidiu com o cerimonial de boas vindas dos militares expedicionários da Índia. Presidido pelo Governador Militar dos Açores, almirante Paulo Viana, o qual foi recebido com honras prestadas por uma Companhia de Comando, ao que se seguiu a tradicional revista das tropas em parada. Cerimónia altamente prestigiada pela presença de oficiais representantes de armas diversas, onde se destacavam o Comandante Naval dos Açores, Comodoro Francisco Spínola; o capitão do porto de Ponta Delgada, comandante Emanuel Ricou; e os chefes de Estado-Maior do Comando Militar e Comando Naval, major Alverenga e Comandante Marques Ribeiro, respetivamente.¹⁹⁶ Por tão ilustres presenças se conclui que aquele era um momento de capital importância na vida de um militar, e por isso havia que lhe dar a dignidade respetiva.

Mas mais significativo é o facto de as três primeiras companhias mobilizadas pelo BII 18 terem feito a despedida em cerimónias públicas (as Companhias de Caçadores 111 e 195 e a Companhia de Caçadores Especiais 274), com Missa junto à Igreja do Convento da Esperança e desfiles pelas principais ruas citadinas¹⁹⁷. A partir destas, e no caso do BII 18, as cerimónias de despedida passaram a ter lugar portas adentro do quartel dos Arrifes¹⁹⁸. Refira-se que a imprensa local, no início, reclamava cerimónias públicas significativas para o povo poder homenagear e despedir-se dos militares micaelenses que partiam em defesa da Pátria. Assim, quando houve a notícia da partida do terceiro contingente, a Companhia de Caçadores Especiais 274, em julho

¹⁹⁵ Cf. *A União*, 3 de junho de 1961, p. 1 “O Juramento de Bandeira dos recrutas do B.I.I.17 efetuou-se com impressionante simbolismo”.

¹⁹⁶ Cf. *Diário dos Açores*, 21 de abril de 1961, p. 1.

¹⁹⁷ Cf. por exemplo, *Açoriano Oriental*, 22 de abril de 1961, p. 1.

¹⁹⁸ Veja-se, para o caso da quarta companhia a seguir (a CCaç 383), por exemplo, o *Diário dos Açores*, 18 de novembro de 1961, p. 1.

de 1961, o jornalista do *Açores* criticava o modo como haviam sido realizadas as cerimónias das duas primeiras companhias a partir e defendia a necessidade de os soldados micalenses terem uma cerimónia de despedida condigna:

“Vão partir os nossos bravos: e que fazemos nós na hora do adeus? Como lhes dulcificamos a amargura da despedida? Como provamos a nossa solidariedade na dor que lhes vai na alma? Que fazemos para lhes dizer que estamos com eles, que os admiramos, que choramos a sua ida e pedimos o seu regresso? [...] Que fizemos aos soldados micalenses que constituíram o segundo contingente? Uma partida súbita, quase em segredo, dir-se-ia que para ocultar algo de que se tem vergonha!... Pelas ruas da nossa cidade passaram os nossos soldados quase em silêncio, quase sozinhos! Desta feita, não, vai ser diferente; vamos despedir condignamente os nossos bravos rapazes que vão cumprir o seu dever de portugueses! Vamos mostrar-lhes que estamos com eles, que os admiramos e deles sentimos orgulho!”¹⁹⁹

Preconizava-se a entrega de um oratório do Senhor Santo Cristo dos Milagres, a oferta do guião pela Câmara Municipal, Missa na Igreja da Esperança, desfile, com encerramento do comércio, desfile de bandas de música.

E o articulista conclui:

“Dirão que é muita festa num momento tão grave para a Nação Portuguesa!? Não, senhores, tudo isto e mais que houver por bem é preciso, é justo, é oportuno: deste modo mostraremos que não somos indiferentes àqueles que partem; que os amamos e deles temos orgulho; que, se choramos a sua partida, cumprimos animosamente o dever que nos assiste de mostrarmos serenidade como eles que partem no cumprimento do dever. É honroso para eles partir em defesa da Pátria; é honroso para nós provarmos que estamos com eles.”²⁰⁰

De facto, a CCAç Especiais teve uma cerimónia de despedida com Missa, entrega de oratório, oferta do guião pelo presidente da Câmara, desfile pela cidade, não

¹⁹⁹ *Açores*, 11 de julho de 1961, p. 1.

²⁰⁰ *Diário dos Açores*, 11 de Julho de 1961, p. 1.

havendo, porém, qualquer referência a bandas de música. A reportagem do *Diário dos Açores* salienta que, “apesar de a hora da partida ter sido antecipada [...], a população acorreu dignamente ao campo de S. Francisco para, numa demonstração de patriotismo e fé, render a homenagem a que os soldados micalenses tinham jus.”²⁰¹

Ora, alguma transferência das cerimónias de despedida para o interior dos quartéis podia ser interpretada como uma medida para não patentear à população o crescente número de jovens mobilizados e, portanto, causar descontentamento popular ou, ao menos, a descrença, em vastas camadas da população, sobre o futuro da guerra. Mas esta ideia poderá ser contraposta pelo facto de em Angra do Heroísmo as cerimónias terem continuado ao nível público ao longo de todo o período de guerra.

4. O 10 de junho: “dia das raças numa só raça lusitana”

Ainda sem qualquer previsão que desse garantias quanto ao futuro, ou sequer que houvesse uma perceção do momento presente, verificamos que como em anos anteriores o *Dia da Raça* foi comemorado, quer no Continente, como nas Ilhas, no Ultramar e nos demais núcleos portugueses espalhados pelo mundo. É assim referido que em Lisboa houve a imposição de insígnias da Ordem da Instrução Pública a 41 professores, encontrando-se entre esses dois que eram do Ultramar. No resto do País muitas foram as organizações que se associaram ao Dia de Portugal, com a realização de festivais desportivos, conferências, missas campais, entrega de prémios e insígnias e até sessões culturais à noite. Em Lisboa o presidente do Município depôs um ramo de flores no monumento dedicado a Camões.²⁰² Um dia típico para Portugal, que nesse ano de 1961 não se verifica no todo nacional, confirmemos:

²⁰¹ *Diário dos Açores*, 29 de Julho de 1961.

²⁰² Cf. *A União*, 12 de junho de 1961, p. 1, “Dia de Portugal”.

“Dia da Raça – Hoje, 10 de junho, é o ‘Dia da Raça’, que dada a gravidade da situação em Angola não terá a assinalá-lo as costumadas cerimónias oficiais mas no entanto será celebrado em todo o país como um brado afirmando a presença de Portugal no mundo”.²⁰³ O Regime está em choque pelo que aquele momento não era propício a festejos. Opção que teria muito curta duração, como veremos a seguir.

Em título no jornal *Açores* surge no dia 10 de junho de 1962 “Dia da Raça”, um apelo aos portugueses para a comemoração desse dia porque o mesmo significa “a chama inspiradora” provinda dos antepassados, heróis guerreiros, que muitos morreram, e a história havia de encarregar-se de falar deles, por isso o carácter do 10 de junho se mantivera ao longo das sucessivas gerações, e os sobrevividos tinham, pois, a obrigação de o honrar, porque neles “...pesa a formidável responsabilidade de salvar a risonha terra portuguesa das tremendas catástrofes latentes no mundo... A raça é, enfim, o sinal, a marca, a garantia da eternidade da vida coletiva lusitana.”²⁰⁴ Havia que celebrar este dia, importava ao povo e sobretudo aos governantes.

Já no ano de 1963 e no dia anterior às celebrações do 10 de junho há uma referência muito importante do que se iria passar naquele dia, dando bastante realce a que nessa data seriam consagrados a nível nacional os civis e militares que mais se distinguiram no Ultramar pela sua ação firme e a sua atitude de bravura na defesa intransigente da integridade territorial de Portugal, cerimónia que seria presidida pelo próprio Chefe de Estado – Almirante Américo Tomás. Nessa cerimónia seriam entregues as condecorações aos nomeados para tal e aos familiares dos militares mortos em combate.²⁰⁵

Em notícia também de primeira página a respeito das Comemorações do Dia de Portugal que se haviam realizado a 10 de junho de 1963 é explicitamente referido que

²⁰³ Cf. *A Ilha*, 10 de junho de 1961, p. 1.

²⁰⁴ *Açores*, 10 de junho de 1962, p. 1.

²⁰⁵ *Idem*, 9 de junho de 1963, pp. 1 e 2.

“O Dia de Portugal, consagrado à homenagem pública dos Heróis do Ultramar, foi assinalado com cerimónias que se realizaram hoje (10 de junho) em Lisboa e nas sedes das três regiões militares do continente.”²⁰⁶ Na alocução proferida, o Chefe do Estado-Maior do Exército referiu-se à ação patriótica e heroica desenvolvida pelos militares portugueses no Ultramar, exteriorizando de forma exuberante a fé no destino que estava reservado à Pátria. Também houveram comemorações no Porto, em Paris, em Adis-Abeba e na Califórnia. Esse dia foi igualmente comemorado em festa pela Frente de Estudantes Nacionalistas e houve um Festival da Juventude, ao qual assistiu o Ministro da Educação Nacional, Ministro do Interior e o Ministro do Exército. A participação destes governantes é bem expressiva do relevo que o governo nessa altura conferia a estas comemorações de exaltação Nacional.

Segundo nos refere o jornal é no ano de 1964 que se reconfirma que o 10 de junho era então essencialmente um dia de celebração dos feitos militares dos portugueses no Ultramar, o qual era aproveitado para agraciá-los com a imposição de condecorações, aos que merecessem por se terem destacado no cumprimento da sua missão, pelo seu esforço, coragem e espírito de sacrifício, quer em Angola como na Guiné, a defender o território e as suas populações. Também é referido que qualquer um podia ser condecorado, independentemente do seu credo ou raça, desde que partilhasse os ideais da Justiça e da Paz. A condecoração poderia ser atribuída quer aos vivos, quer aos que morreram, porque com a sua morte fizeram sobreviver a Nação, do Minho a Timor. Nesse particular era objetivo das Forças Armadas honrar os seus elementos mais queridos e valorosos, que pela sua ação engrandeceram Portugal. No desenvolvimento da notícia vai mais longe a constatação jornalística ao referir que aquela consagração só ficaria completa se todos se envolvessem nela, principalmente os que vinham amparando os que estavam ausentes no cumprimento do seu dever: pais, mães, irmãos,

²⁰⁶ *Açores*, 12 de junho de 1963, p. 1.

noivas, parentes, amigos e população em geral. O objetivo era impor aos homens valorosas condecorações de significado e valor militar, sendo que a atribuição das mesmas é feita em função do valor pelas ações dos condecorados e não pelo seu posto hierárquico. Finalmente vaticinava o jornalista que quanto aos açorianos merecedores dessa imposição os mesmos seguiriam para Lisboa para a receberem. Em Angola também seria celebrado com a dignidade que merece, pela Mocidade Portuguesa, o 10 de junho daquele ano.²⁰⁷

Esse dia 10 de junho do ano de 1964 ficará para a história como o da consagração Nacional aos nossos heróis que se bateram e continuavam a bater no Ultramar com os nossos inimigos, em dois lugares distintos que eram Angola e Guiné. Por essa razão é que se realizariam, presididas pelo Chefe de Estado, tão importantes cerimónias quer em Lisboa como na sede das Regiões Militares Portuguesas, fazendo-se assim de forma pública a homenagem merecida “... aos militares que, pelo seu esforço, coragem e espírito de sacrifício se distinguiram em 1963 na defesa das populações e do território ultramarino.”²⁰⁸

Nesse dia foram agraciados alguns açorianos que passaram a fazer parte de uma classe reservada aos seus melhores de título *Galeria de Honra dos Açores*. Descreve o jornal: “*Estes plagas portuguesíssimas estão hoje presentes em Lisboa na pessoa dos seus heroicos Filhos que vão receber as medalhas com que foram agraciados: o Alferes Miliciano de Infantaria Gualter da Silva Carvalho, do B. I. I. 18, e o soldado nº 456/60 na disponibilidade, João Alves de Sousa, do B. I. I. 17, condecorado com a Cruz de Guerra de 4ª classe por serviços prestados em campanha na Província de Angola e ainda o 2º Sargento de Artilharia, João da Costa Rita, do Q. G. do CTI dos Açores condecorado com a Cruz de Guerra de 4ª Classe por feitos praticados na Índia.*”²⁰⁹

²⁰⁷ *Açores*, 3 de junho de 1964, pp. 1 e 3.

²⁰⁸ *Idem*, 10 de junho de 1964, p. 1.

²⁰⁹ *Idem*, *ibidem*.

É ainda nesse ano de 1964 que se nota uma efetiva pretensa viragem na designação do 10 de junho, conforme se constata: “A data de Junho tradicionalmente dedicada ao poeta da raça, é hoje oficialmente considerado o ‘Dia de Portugal’, realizando-se por todo o país, do Minho a Timor, comemorações patrióticas que este ano terão como fulcro a exteriorização pública do reconhecimento e admiração pelos heroicos combatentes militares que, no nosso Ultramar, ‘dando o máximo do seu esforço e quantas vezes a própria vida, defendem e alimentam a própria vida da Nação’. E debruçando-nos sobre o passado digamos como o poeta: ‘ditosa Pátria que tais filhos tem’.”²¹⁰

Esta evocação já havia sido referenciada nos dias anteriores no jornal ao se reportar que no Dia de Portugal seriam feitas homenagens aos militares que no cumprimento das missões atribuídas, e sempre com os olhos postos na sua bandeira, animados apenas pelos ideais da Paz e da justiça, como verdadeiros homens portugueses, souberam trabalhar e lutar e até morrer para que a Nação sobreviva. A sua consagração simboliza a glorificação do que melhor Portugal tinha – os seus filhos. E essa celebração deveria fazer-se envolvendo todas as suas famílias, pais, mães, irmãos e noivas. Para que a imposição das insígnias e louvores tenham a dignidade que estes homens merecem.²¹¹

Sobre as comemorações realizadas nesse dia considerará o jornal *Açores* no início do mês seguinte de *magníficas e sumptuosas*, e que aquele tinha sido um “Cerimonial impressionante e de elevação patriótica que a assistência sublinhava com manifestações de apreço e reconhecimento.”²¹²

No ano de 1965 parece-nos que a exaltação aos militares em campanha em Angola, Guiné e Moçambique mortos em combate ganha ainda mais significado a

²¹⁰ *O Telégrafo*, 10 de junho de 1964, p. 1, excerto do artigo “Dia de Portugal”.

²¹¹ Idem, 6 de junho de 1964, p. 1, “Dia de Portugal – Homenagem aos Militares”.

²¹² *Açores*, 5 de julho de 1964, p. 1.

confirmar pelo que vislumbramos no jornal, de que este é um exemplo, e intitulado “Dia de Portugal – Terá o mais exaltante significado no presente momento da luta que vivemos, a jornada de patriotismo do próximo dia 10, quando a Nação homenagear o valor militar daqueles que na guerra têm corajosamente defendido o futuro de Portugal e de todos nós. A Imprensa está a relatar os feitos dos bravos militares que vão ser distinguidos.”²¹³

Ainda nesse ano, mas em outro jornal se verifica que os acontecimentos antecedentes às comemorações do 10 de junho seriam exatamente os mesmos que em anos anteriores, a sua realização em São Miguel seria igual à das restantes pelo País. Já no dia anterior e com honras de primeira página no jornal *Açores* se faz referência à consagração, de que seriam alvo nas cerimónias do dia seguinte alguns militares que muito fizeram pela Nação. Previa-se ser quatro os agraciados, sendo que um, o 1º Cabo da Infantaria Manuel de Moura Freitas, receberá a Medalha de Cobre de Valor Militar Com Palma, pelo seu desembarço, prontidão e espírito de iniciativa; e os outros três receberão a Cruz de Guerra de 4ª classe, o Furriel Miliciano Fernando Manuel Raposo da Costa Faria pelas suas grandes qualidades de comando, espírito de iniciativa, decisão, coragem e sangue frio; o Soldado António José Tavares pelo seu elevado espírito de iniciativa, decisão e excepcionais qualidades de trabalho; e o Soldado Germano dos Santos Correia pela sua coragem, iniciativa e espírito de sacrifício.²¹⁴

Ainda nesse dia 10 de junho e no mesmo jornal há um artigo de primeira página alusivo a Camões, referindo que este terá sido de entre os Lusos o maior. E como génio que foi e por ser impossível medir a sua genialidade considerava-se que o mesmo só poderia pertencer a uma Raça que foi aquela que dera *Novos Mundos ao Mundo*. Para ele a sua espada era tão importante como a sua pena, pois com a espada lutou em Ceuta e Mazagão, onde perdeu a vista direita, e mais tarde na Índia e Macau, mostrando ser

²¹³ *O Telégrafo*, 8 de junho de 1965, p. 1.

²¹⁴ Cf. *Açores*, 9 de junho de 1965, p. 1.

também um homem de armas. Com a pena escreveu a memorável obra *Os Lusíadas*, que são o relato maior da grande gesta dos portugueses por esse mundo fora, refletem com brilhantismo o sentir da Alma do Povo, esse mesmo que não se vergava como nunca se vergou em toda a sua história a interesses exteriores, pois sempre lutou pela sua independência e liberdade. Os portugueses eram livres porque possuidores de uma alma imortal, por isso a Pátria jamais morreria.

Como se constata este terá sido o ano em que a colagem da imagem de Camões à Guerra do Ultramar mais se fez notar. A comprová-lo temos esses dois pequenos parágrafos muito elucidativos; o primeiro reporta-se a Camões como grande contador dos feitos portugueses na sua célebre epopeia *Os Lusíadas*; no segundo se refere que aquele dia, como não podia deixar de ser, em que o exército estava encarregue da organização do programa das comemorações, mas não para lembrar Camões e sim para condecorar os bravos militares que então se distinguiram na Guerra do Ultramar, que por tão significativas contaram com a presença das mais altas autoridades civis e militares em serviço nos Açores.²¹⁵ Ou seja, Portugal estava num tempo histórico em que os que defendiam a Pátria estavam a ser colocados ao nível dos seus filhos mais valorosos, como era indubitavelmente o poeta Camões.

No dia seguinte saiu no jornal uma reportagem mais alongada das cerimónias, mas não muito diferente da de anos anteriores, aliás, o título é extremamente elucidativo quanto ao propósito celebrado naquele importante dia: “Honra aos Heróis de Portugal, ditosa Pátria que tais Filhos tem.”²¹⁶ E essa cerimónia é de evidente importância pelo que nela se incorporaram várias figuras de relevo, quer da administração pública e da vida política, quer da sociedade civil, bem como forças militares e militarizadas. Relata o jornal que podia observar-se a parada constituída por um pelotão do BII18, outro do

²¹⁵ Cf. *Açoriano Oriental*, 12 de junho de 1965, p. 4, “As comemorações do DIA DA RAÇA”.

²¹⁶ *Açores*, 12 de junho de 1965, p. 1.

BAG1²¹⁷, um contingente da Marinha, outro da PSP, outro da Guarda Fiscal e a Legião Portuguesa. Presidiu às cerimónias o Governador Militar dos Açores General Meira e Cruz, acompanhado pelo Comandante do destacamento americano na Base das Lajes General Boeing, e pelo Chefe do Distrito, pelo Comodoro Cunha Aragão, Comandante Naval dos Açores e pelo Coronel Tirocinado Dias Costa, Comandante da Zona Aérea dos Açores. Em outros lugares também de destaque se encontravam os presidentes da Junta Geral do Distrito, da Câmara de Ponta Delgada, da Comissão Distrital da União Nacional, e o deputado Jorge Gamboa de Vasconcelos. Além desses também aí se encontravam o ouvidor eclesiástico e oficiais superiores de Terra, Mar e Ar. Nas tribunas laterais igualmente se encontravam, entre outros "...o corpo consular, magistratura, representações da União Nacional, Legião e Mocidade Portuguesa, chefes de serviços e presidentes dos Municípios de S. Miguel. Junto do elemento oficial, as famílias dos militares que iam ser homenageados."²¹⁸

O cenário está bem montado, de tal forma que só após ter passado o reboiço, próprio de momentos de grandes concentrações, e de feitos todos os acertos das forças em parada, das autoridades, dos militares superiores, das famílias dos militares a homenagear, e do povo em geral, é que chega o General Governador Militar dos Açores, o qual foi desde logo saudado com a continência de todas as forças em parada. Vinte minutos após chegaram devidamente escoltadas as bandeiras nacionais provenientes de diversas unidades do arquipélago. E só após a passagem da revista das forças em parada, pelo General Meira Cruz, é que se iniciam as cerimónias verdadeiramente ditas.

Chegado o tão ansiado momento das condecorações aos militares designados, estas são impostas pelo Comodoro Comandante Naval dos Açores, Governador do Distrito, Governador Militar dos Açores e Comandante da Zona Aérea dos Açores. De

²¹⁷ Batalhão de Artilharia e Guarnição nº 1.

²¹⁸ *Açores*, 12 de junho de 1965, p. 1.

seguida marcharam as forças em parada prestando homenagem aos recém-condecorados, ao mesmo tempo que os canhões de São Brás estrondavam em sua honra. De seguida um momento chocante quando se ouviu o toque dos mortos em homenagem aos que tombaram em combate.

De salientar que o local da realização destas cerimónias estava vistosamente ornamentado, assim bem como toda a Avenida do Infante. Era visível o grande cunho patriótico imprimido a estas comemorações.²¹⁹

Não restam dúvidas que a partir daquele ano se considera o “Dez de junho, mais do que o dia de Camões, é o dia das raças numa só raça lusitana, das almas numa só alma, a da Pátria, o dia de Portugal eterno.”²²⁰

5. O desígnio doutrinário: “Nós ficamos. Vivos ou mortos, mas ficamos”

São muitos os exemplos que encontramos na imprensa e que divulgavam o desígnio doutrinário do regime, através de uma muito bem montada máquina de propaganda estatal, de entre os que damos conta a seguir:

a) Apesar de absolutamente extemporâneo este é um exemplo da propaganda que se fazia em favor do anterior regime. Reportando-se aos acontecimentos de Angola o jornal conservador espanhol *Arriba*²²¹ revelava através de uma crónica de um seu correspondente em Lisboa, e que podemos ler em título no jornal “Crê-se que dentro de dois meses ficará completada a pacificação de Angola.”²²² Este articulista baseia a sua convicção na excelente mobilização do dispositivo militar português, que se estava a bater muito bem na província ultramarina. Pretendia-se, assim, divulgar junto da

²¹⁹ Cf. *Açores*, 12 de junho de 1965, p. 1.

²²⁰ *A União*, 9 de junho de 1961, p. 1.

²²¹ Jornal oficial do *Movimiento*, o partido único espanhol.

²²² *Diário Insular*, 22 de junho de 1961, p. 1, em cima do lado esquerdo.

opinião pública a ideia de que, afinal, Portugal não se encontrava isolado no contexto internacional, contando com apoios, ainda que chegassem, como era o caso, de jornais que defendiam a mesma ideologia que caracterizava a política do Estado Novo.

b) Serve também na perfeição aos interesses de Portugal, por demonstrar à opinião pública nacional que os autóctones ultramarinos estão com a política portuguesa, a notícia que dava conta da morte do Rei Ginga. Isto porque, entre outras referências feitas ao apoio dos pretos de Angola, os quais estavam intransigentes em não colaborar com os terroristas, o que era muito importante, mas foi o Rei, sucessor direto da Rainha com o mesmo nome, a se prestar a avisar as autoridades de Camabatela, o que as levou a tomar as providências necessárias a fim de evitar males maiores, o que fizera com que os bandidos, sem dó nem piedade, o aniquilassem.²²³

c) “Em Angola o Coronel Kaúlza de Arriaga anunciou a criação de milícias aéreas.”²²⁴ Ou seja, as Formações Aéreas Voluntárias, que, em apoio à Força Aérea Portuguesa, eram constituídas por civis, geralmente ligados a aeroclubes. Ora, com o destaque dado a esta informação, pretendia-se, naturalmente, inculcar na população a ideia de que a defesa da Pátria não era missão exclusiva do Estado, através das Forças Armadas, mas uma incumbência de todos os portugueses, de acordo com a disponibilidade dos seus meios e possibilidades.

d) “Portugal’s Stand in Africa – o livro do Prof. Dr. Adriano Moreira, publicado, há pouco, em Nova Iorque.”²²⁵ No essencial no livro referido se abordava a questão da manutenção dos territórios portugueses espalhados pelo Continente Africano, sabendo-se os perigos que advêm da guerra, mas esses não deverão ser considerados de maior relevo do que o compromisso da nossa permanência há séculos naquele Continente, refere o autor. Prossegue nas suas palavras afirmando não antever que a retirada

²²³ Cf. *A União*, 26 de junho de 1961, p. 1.

²²⁴ *Açores*, 6 de junho de 1962, p. 1, em título.

²²⁵ *Idem*, 7 de junho de 1962, p. 1, em título.

portuguesa não sirva senão para ser substituída por uma potência dominante Imperialista de segunda, e a manutenção de Portugal nesse continente explicava-se porque defendia desde sempre para esse continente os princípios cristãos e que a civilização europeia, da qual fazíamos parte, era superior à que aí fora encontrada. Assim, constituía responsabilidade de Portugal e dos europeus administrarem esses povos, pois, em virtude do seu atraso, seriam incapazes de se governar. A retirada dos portugueses desses territórios seria causa de grandes males, na perspetiva de Adriano Moreira.²²⁶

Já em Outubro do ano anterior Adriano Moreira quando discursou no Clube Niassa em Moçambique defendeu que relativamente à defesa do Ultramar a posição portuguesa era de que essa missão pertencia a todos, em que a unidade do povo português seria a chave de um bom desenlace daquela ideia. Reconfirmou sobre África que os adversários de Portugal eram conhecedores da sua férrea posição de permanecer naquele continente: “Nós ficamos e ficaremos, e não nos limitamos a proclamá-lo com palavras, mas com o nosso sangue e o nosso sacrifício. Ficamos vivos ou mortos, mas ficamos.”²²⁷ As ideias transmitidas nestes dois textos são fundamentais como justificação e legitimação da posição de Portugal em África, segundo o seu autor. Por um lado, os que ajudavam os “terroristas” mais não pretendiam do que dominar aqueles povos em seu próprio proveito. Além disso, o que estava em causa era a superioridade da civilização europeia e dos valores cristãos que era preciso manter naquelas paragens, cujos povos eram incapazes de se autogovernarem. Não se tratava, pois, de uma questão de que os europeus se pudessem alhear sem sofrer as respetivas consequências, concluía no seu pensamento Adriano Moreira.

²²⁶ Cf. *Açores*, 7 de junho de 1962, p. 1 “Portugal’s stand in Africa”. Resumidamente é isto o que o autor quis transmitir no livro e que está expresso no artigo referido.

²²⁷ *A União*, 2 de outubro de 1961, p. 1.

e) “Posta em Relevô nos Estados Unidos a Missão de Portugal no Mundo.”²²⁸

Foi o Embaixador Teotônio Pereira que discursara em East Providence nos Estados Unidos da América que referiu as dificuldades do momento que se vivia, mas tal era fruto da fidelidade de Portugal à sua história, e rematava afirmando: “Se nós portugueses, temos a alma em pedaços pelo Mundo, se ocupamos territórios, se temos ilhas e províncias sob a bandeira portuguesa, não os roubamos, não os pedimos emprestados mas sim criamo-los saindo do nosso sangue e da nossa alma.”²²⁹ O título da notícia era importante, na medida em que nele se destacava a intervenção nos Estados Unidos da América do embaixador português, como se fosse para uma audiência constituída por americanos interessados na política ultramarina portuguesa. O certo, porém, é que a cidade terá sido escolhida por ter uma grande percentagem de emigrantes portugueses (em número substancial naturais dos Açores) o que, portanto, garantiria à partida uma boa participação de público. Além disso, foi um discurso que apelava à história, ao sentimentalismo que, naturalmente, teria boa aceitação da assistência.

f) Pedro Teotônio Pereira, que havia sido Embaixador de Portugal em Washington entre os anos de 1947 a 1950, numa visita ao Estado americano no qual antes havia desempenhado funções diplomáticas, foi apoteoticamente recebido por uma imensa multidão, sendo posteriormente entrevistado para a televisão, e por entre as diversas palavras de elogios da amizade entre Portugal e os Estados Unidos da América, foi-lhe solicitado a pronunciar-se sobre a questão de Angola, ao que ele respondeu que estava o seu país a trabalhar afincadamente para se restabelecer a ordem e a paz nessa parcela territorial. Melhor ainda não se fizera porque naquele caso o governo tinha sido apanhado de surpresa, e o terrorismo ali desenvolvido tinha proveniência no estrangeiro, e que além de tão súbito atingiu uma violência com a qual Portugal não estava a contar.

²²⁸ *Açores*, 7 de junho de 1962, p. 1, em título.

²²⁹ *Idem*, 9 de junho de 1962, p. 1.

Contudo, acrescentou, Portugal faria o melhor possível para devolver o progresso e o desenvolvimento àquele território de Angola.²³⁰ Se, em termos gerais, este tipo de discurso não se afastava do oficial, e não podia deixar de ser assim pelas funções que aquele diplomata desempenhara num país que mantinha uma posição crítica relativamente à política portuguesa quanto ao Ultramar, o certo é que nos surge uma justificação para as dificuldades de Portugal em manter a ordem e a paz em Angola: a surpresa e a rapidez com que alastrara a revolta. Podemos, no entanto, considerar numa leitura que vai para além da justificação das dificuldades militares e policiais. Falar-se em surpresa poderia também querer manifestar que, anteriormente, a população estava satisfeita com a situação e a sua dependência de Portugal, nada, pois, fazendo prever a luta pela independência, só compreensível porque os ataques vinham do estrangeiro. Ou seja, surpresa e logo dificuldades em recuperar o controlo da situação; surpresa resultante do facto de o terrorismo não ter resultado de questões internas, mas de ambições estrangeiras.

g) Na mesma linha de raciocínio e com um simbolismo mais forte, constatamos que no ano de 1965 se deu nota da morte de um chefe de um povo de uma determinada região de Moçambique, mas que esse era apoiante obstinado das pretensões de Portugal naquele território. No relato faz-se referência a que a residência deste homem havia sido cercada por terroristas, ao que ele fez com que a mulher e uma filha se escapassem por uma janela localizada nas traseiras dessa casa, de forma corajosa ficou e enfrentou os terroristas a tiro, enquanto teve munições para tal. Terminadas as munições enrolou-se com a Bandeira Portuguesa e esperou com serenidade que a morte chegasse na casa a arder. Confirmemos: “LOURENÇO MARQUES – Envolto na bandeira portuguesa, como derradeiro testemunho de fidelidade à terra, morreu carbonizado o régulo

²³⁰ Cf. *A União*, 16 de agosto de 1961, pp. 1 e 4.

Megauanha, chefe de um povo da região de Lugela, no distrito da Zambézia.”²³¹ Neste caso concreto, mais do que a heroicidade do ato em si (ou como ele poderá ter sido “moldado” para divulgação pública), o que interessava era fazer passar a mensagem de que, afinal, Portugal era uma nação, que além de pluricontinental era fortemente multirracial; ou seja, a luta no terreno não era entre brancos e pretos, mas sim de portugueses de rija têmpera (independentemente da sua cor) que se batiam nas mais dramáticas circunstâncias para a defesa dos direitos da pátria comum. Contra as mensagens “dissolventes” de intelectuais, aquele régulo soubera, sem certamente ser alfabetizado, escrever uma página de glória nos feitos portugueses.

Pelos exemplos atrás referidos, de entre tantos outros que encontramos durante a nossa pesquisa em jornais, fica bem patente o rigor da máquina propagandística encetada pelo governo, objetivando a doutrina do regime. Pode também verificar-se que todos os responsáveis políticos e militares nacionais falam no mesmo sentido. Nota-se que há uma política nacional que dispõe de uma liderança forte, e parece-nos estar aceite entre todos que existe um imperativo superior - Portugal. E desse ninguém diverge do grande objetivo nacional que é a manutenção do intocável desígnio - Portugal é multirracial, multicultural e pluricontinental, vai do Minho a Timor e assim deveria continuar.

6. Guerra ou policiamento?

Desde o início do conflito, marcado pelos acontecimentos de 4 de fevereiro de 1961, e durante algum tempo, as ações de contenção e repressão ocorridas e promovidas pelo lado português, talvez pelo seu cariz inicial difuso, que resultou num ataque de que fora seu alvo a *polícia*, que as operações de retaliação às agressões estavam sendo

²³¹ *O Telégrafo*, 16 de junho de 1965, p. 1. Por curiosidade referimos que o nome do régulo Megauanha foi atribuído a uma rua da cidade do Porto.

consideradas pelos governantes como *ações de polícia*. Tal é tão visível que nos relatos da imprensa inicialmente não há qualquer referência a ações militares em concreto como ações de guerra. Questão que atualmente melhor nos é explicada na obra *Nova História Militar de Portugal* que nos faz um relato referindo que a tropa portuguesa aprisionara um terrorista e um dos nossos soldados fora capturado pelo inimigo. Diz o autor a este respeito que os prisioneiros que os portugueses faziam não podiam assim ser considerados, mas capturados porque “aquela guerra não era oficialmente uma guerra, mas uma sublevação”. Quanto aos nossos soldados capturados pelo inimigo, até se saber concretamente o destino que tiveram, eram “desaparecidos” ou “desaparecidos em combate”, mas nunca prisioneiros. Se mais tarde se viesse a saber que estavam nas mãos dos inimigos, seriam considerados “retido pelo inimigo”. “Isto é, era reconhecida a existência de um inimigo, mas não o seu direito a fazer prisioneiros. Só mortos e feridos, esses sim, em combate”. “Este intrincado jogo de palavras procurava negar a realidade com formalismos jurídicos e tinha por objetivo evitar que as ações militares portuguesas ficassem sujeitas às regras da Convenção de Genebra e a qualquer controlo de organizações internacionais. Nem mesmo a Cruz Vermelha foi autorizada a acompanhar a situação dos prisioneiros feitos pelos portugueses.”²³²

Pese embora a explicação atual sobre aquele momento, facto é que isto durou cerca de 4 meses e meio. Com o decorrer do conflito os problemas foram-se agravando, os meios militares empregues nessas ações foram aumentando, o tesouro disponibilizou somas avultadíssimas²³³ para o reforço da defesa do Ultramar, e portanto já não havia nada a esconder, o momento assim o determinava e o Governo da altura o confirmava:

²³² BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir.), *Nova História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 162.

²³³ De que é exemplo esta pequena nota extraída do Jornal *O Telégrafo* de 13 de junho de 1961, e que refere: “Defesa do Ultramar – Lisboa, 12 – Pelo Ministério das Finanças foi publicado um Decreto-Lei que abre um crédito de 500.000 contos destinados a reforçar o dispositivo de defesa das nossas províncias ultramarinas”. Dito e feito sem discussão.

“Estamos em Guerra”.²³⁴ Esta é a constatação daquele momento com que o novo Governador de Angola iria ter que lidar. E ele percebeu tal ao afirmar que as operações que estavam a desenvolver naquela Província eram de verdadeira guerra, e que para Portugal a mesma não teria desenvolvimentos positivos nos próximos tempos, tanto mais que os ditos bandos estavam bem armados e eram conhecedores do terreno, muitas vezes maior do que o da Metrópole, além do mais esses agressores eram apoiados pelo exterior, provavelmente por Países que ascenderam à condição de Independentes recentemente, como o caso da República do Congo que pela boca do seu Ministro dos Estrangeiros dissera que o auxílio aos terroristas só não era maior porque as condições do país não o permitiam. Quanto às restantes Nações africanas representadas na ONU preparavam-se para nesse fórum atacar os interesses de Portugal em África. Desta forma só restaria aos portugueses apoiar a confirmação do Ministro do Ultramar de que estávamos em guerra, caso contrário não iríamos contar com o tão necessário apoio do povo para que tudo fosse feito e se ultrapassasse com êxito aquela fase.²³⁵

Compreende-se esta ambiguidade terminológica. No fundo, não havia um inimigo externo a atacar as fronteiras do território português e, conseqüentemente, qualquer declaração de guerra. É evidente que o discurso oficial destacava sempre o envolvimento estrangeiro, o comunismo internacional, os interesses estratégicos entre as grandes potências. Além disso, quaisquer operações policiais ou atividades de policiamento têm o sentido da salvaguarda da “vida, do trabalho e dos bens de toda a população”, primeiro dever do Estado, como destacava Salazar na sua intervenção na Assembleia Nacional, em 30 de junho de 1961.²³⁶

²³⁴ *O Telégrafo*, 21 de junho de 1961, p. 1, em título.

²³⁵ *Idem*, 21 de junho de 1961, p. 1, “Estamos em Guerra”.

²³⁶ Cf. *Diário da Assembleia Nacional*, sessão de 30 de junho de 1961. <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r2.dan&diary=anl7sl4n217-0928&type=texto> (consultada em 8 de dezembro de 2012).

Em 7 de outubro de 1961, após a recuperação de posições no Norte de Angola pelas Forças Armadas Portuguesas e do regresso de populações que haviam debandado por causa dos massacres, o Governador-Geral, Venâncio Deslandes, afirmava: “se a guerra se pode compartimentar em fases perfeitamente distintas, diríamos que teriam assim terminado as operações propriamente ditas e estaria iniciada a fase seguinte de operações de polícia, embora ainda em grande parte no âmbito militar”.²³⁷ E é ainda, por determinação do comando-chefe das FAP, e proibido aos militares dizerem que Portugal estava em guerra em Angola, havendo apenas “ações militares para manter a segurança pública”, no fundo, como uma espécie de ações de polícia.²³⁸

Era assim que os comunicados dos serviços de informação militar enviados aos órgãos de comunicação social referiam, por exemplo: “Em Luanda forças da Polícia e do Exército prenderam bandoleiros vindos de Nambuangongo...”²³⁹; ou então: “no desenvolvimento das suas ações de *policimento* em Angola as Forças Armadas têm localizado e destruído acampamentos de terroristas com o auxílio das populações nativas que dão toda a sua colaboração.”²⁴⁰ Insistia-se na ideia de *policimento*, como o demonstram as transcrições dos relatórios das FAP, quando, por exemplo, se referem a ações extraordinárias de *policimento* a Luanda... ou que, foram identificados 47000 indivíduos e fiscalizadas 27000 viaturas. Levar a cabo um controlo de tal envergadura terá sido necessário a colaboração do exército e da polícia. Referia-se também que se fizeram ações em bairros nativos para controlar reuniões de carácter duvidoso e indivíduos com documentação diversa de carácter subversivo.²⁴¹ Estas ações conjuntas eram mais intimidantes. Para o Estado Novo a publicitação de tais ações como de

²³⁷ <http://estrolabio.blogs.sapo.pt/872584.html> (consultado em 15 de dezembro de 2012).

²³⁸ Cf. <http://estrolabio.blogs.sapo.pt/tag/salazar> (consultado em 8 de dezembro de 2012).

²³⁹ *O Telégrafo*, 29 de junho de 1961, p. 1, “Notícias de Angola”.

²⁴⁰ *Idem*, 1 de março de 1962, p. 1, “A situação em Angola”.

²⁴¹ *Idem*, p. 1, “Ação de *policimento* em Luanda”.

polícia denota publicamente que controla o que se passa no terreno, já falar-se em ação de guerrilha demonstraria à opinião pública que a situação estaria descontrolada.

Finalmente comprovemos como esta confusão propositada entre as ações militares e de polícia estavam de tal forma intrincadas no regime que ainda em 1974, a 5 de março, numa intervenção feita por Marcello Caetano na Assembleia Nacional na qual recordava que “as operações militares em Angola, em Moçambique e na Guiné resultaram da legítima defesa a uma agressão preparada e desencadeada a partir de territórios estrangeiros”. E continuava: “Perante o ataque a vidas e fazendas em território português o nosso dever é conter a agressão, castigar os agressores e tomar as medidas indispensáveis à segurança de pessoas e bens. As forças militares foram chamadas a cooperar nesta *ação de polícia*. Só que o ataque dos adversários foi continuando sob as formas insidiosas da guerra subversiva. E vimo-nos assim envolvidos numa luta desgastante de todos os dias, em que fatalmente o inimigo, com forças ínfimas embora, pode conservar a iniciativa e constantemente vibrar golpes na economia e no moral das populações [...]. As forças militares que servem na África Portuguesa [...] *não fazem a guerra, asseguram a paz*”.²⁴²

7. Guerra justa? “Orgulhosamente sós”, esforços diplomáticos – o combate na ONU

Por *guerra justa* entende-se ser uma ação militar que resulta como retaliação a um ataque aos interesses instalados de um Estado, como seja o caso da possível perda da soberania, e que só deverá acontecer como última reposta, como recurso último, quando falharem todas as negociações diplomáticas.

²⁴² <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r2.dan&diary=anl11sl1n35-0705&type=texto> (consultado em 9 de dezembro de 2012).

Para Portugal e no tocante ao conflito do Ultramar a resposta militar aos ataques perpetrados a 4 de fevereiro de 1961 e com maior gravidade a 15 de março do mesmo ano era a mais adequada e justificava-se. Do ponto de vista da ONU o mesmo se aplicava em relação a Portugal, como bem previu Adriano Moreira²⁴³ ainda no ano de 1958, expresso no seu relatório *Portugal e o artigo 73 da Carta das Nações Unidas*, nele afirmava que o debate de Portugal com as Nações Unidas sobre os territórios ultramarinos a partir de 1961 far-se-ia no terreno, porque para esse assunto ser discutido era necessário que a Assembleia Geral da ONU o aprovasse por maioria de 2/3. Ora olhando para o mapa previsional da admissão de novos países à ONU se constatava que a partir de 1960, com esse acolhimento de países Africanos era natural que esses votassem favoravelmente à discussão do problema do Ultramar Português. A partir daí as condenações a Portugal por parte da ONU legitimariam as possíveis ajudas aos movimentos de libertação, ao que se seguiria a colocação em prática da *guerra justa*, por o país instigado não ter posto em execução do que se comprometera ao assinar a Carta das Nações Unidas, a qual é muito clara quanto aos territórios sob o jugo colonial, pelo que está bem explícito no seu capítulo XI, artigo 73º, que uma das obrigações dos países subscritores de tal documento seria a libertação dos povos oprimidos ou subjugados. De qualquer forma e do ponto de vista de Portugal a violência contra os seus territórios não poderia ser consentida, pelo que deveria ser reprimida a qualquer custo; enquanto isso havia que se dar andamento às reformas previstas e o mais breve possível encontrar durante esse processo evolutivo uma solução razoável.²⁴⁴ Claro que nessa contenda em desenvolvimento todos os lados se achavam no uso da razão, o que

²⁴³ Político e governante que em 1958 era membro da Delegação Portuguesa acreditada na Nações Unidas, foi também Ministro do Ultramar entre 1961 e 1962. Grande reformador e carismático na sua ação, a tal ponto de ter sido dado como muito provável substituto de Salazar, mas demitiu-se, porventura pressionado pelos lobbies económicos, isto porque, Adriano Moreira enquanto Ministro queria mudanças rápidas, como o caso da abolição do estatuto do indigenato ou a obrigatoriedade da cultura do algodão. Estava fora do seu tempo. Cf. introdução do artigo/depoimento do próprio *Reformar e Sair*, inserido na obra de José Freire Antunes, *A Guerra de África*, volume I, p. 269.

²⁴⁴ Cf. artigo/depoimento de Adriano Moreira *Reformar e Sair*, inserido na obra de José Freire Antunes, *A Guerra de África*, volume I, pp. 269 e 270.

levou tempo a resolver. Mas o propósito do Ministro na procura de uma solução referia-se em concreto a que essa se orientasse pela via da paz, nem que para isso fosse necessário utilizar as armas “...continuamos a trabalhar pela paz e que mantemos a intenção de defender esta paz da maneira mais implacável que estiver ao nosso alcance.”²⁴⁵ Ora a maneira mais implacável de manter a paz naquelas circunstâncias era no entender de Portugal por via da *guerra justa*.

A ONU impôs aos seus constituintes um novo Direito Internacional, que o aceitaram de forma livre, que no caso português muito custou a ser entrosado. Entre 1961 e 1962 Adriano Moreira não é compreendido, e a seu pedido até é demitido do Governo pelo próprio Salazar. Botelho Moniz falhará a sua tentativa de Golpe de Estado para a substituição do Presidente do Conselho.

A política portuguesa estava cristalizada, o futuro antevia-se penoso e incerto. Portugal ficou algum tempo *orgulhosamente só* na sua política e no seu relacionamento internacional, o que se mostrou nefasto para o regime. Porém, no seu já referenciado discurso de 30 de junho de 1961 Salazar contrapõe às visões negativas sobre o “isolamento perigoso” de Portugal no convívio internacional relativamente à situação em Angola a convicção da justiça da atitude portuguesa, e faz notar que a vida internacional não decorria só na ONU. E acentua: “Embora sob a ação de uma intensa campanha de difamação internacional, muito bem dirigida pela Rússia comunista, que, aliás, nos obsequiou declarando a sua posição, vemos que a mesma não conseguiu obscurecer muitas das melhores inteligências nem arrastar consigo a opinião dos países representados. Veja-se, por exemplo, como tem reagido e escol intelectual do Brasil em face do ataque a Angola, a província africana que, por várias vicissitudes da história comum, quase considera como fazendo parte do seu património moral [...]. Veja-se, por

²⁴⁵ Cf. *Açores*, 15 de agosto de 1962, p. 1, “GUINÉ Declarações do Ministro do Ultramar”.

exemplo, se a Espanha, que nesta crise nos tem acompanhado momento a momento”.²⁴⁶ A defesa de Angola era, pois, para o regime, um imperativo nacional, na medida em que se tratava de defender “lá longe pelas armas a terra da pátria”.²⁴⁷ Seria este o tipo de discurso, oficial, que tentava justificar às ações militares que Portugal vinha a desenvolver em relação aos ataques sofridos no Ultramar, que se prolongaria ao longo dos treze anos de guerra. A defesa da unidade e integridade da pátria, o que pressupunha era, até por imperativos constitucionais da altura, a defesa dos territórios ultramarinos e da segurança das populações contra os inimigos do exterior e do interior, e para isso o combate diplomático na ONU intensificou-se nesse período, e ecoa na imprensa.

Logo no início do ano de 1961 ficaram os açorianos a saber através das páginas do jornal que havia qualquer coisa na ONU em relação ao Ultramar, porque é referido que o nosso representante nesse fórum “Dr. Vasco Garin continua a escarpelizar na O.N.U. as torpezas que os lacaios do comunismo ali vão bolsar para agradarem a seu amo e senhor, como escravos que são.”²⁴⁸ Nesse artigo em jeito de editorial mais é referido, e questiona-se a razão da interferência dessa organização internacional na nossa vida quotidiana, tanto mais porque se sabe que em todo o território português, aquém e além-mar, se vivia e progredia em paz.

Aqui está patente que além das muitas dificuldades e contrariedades resultantes do combate no terreno com outros problemas se defrontava a diplomacia portuguesa, nomeadamente no seio da Organização Internacional de que fazia parte – a ONU. Importa saber sobre esta no seu relacionamento com Portugal que, só após várias peripécias na cena internacional que fizeram atrasar o seu processo de adesão ao fórum das Nações Unidas, onde se verifica a primeira tentativa para tal no ano de 1946,

²⁴⁶ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 30 de junho de 1961. <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r2.dan&diary=anl7sl4n217-0928&type=texto> (consultado em 10 de dezembro de 2012).

²⁴⁷ *Idem*, *Ibidem*.

²⁴⁸ *Diário dos Açores*, 4 de janeiro de 1961, p. 1, em artigo de Luís Rodrigues.

bloqueada pelo veto pela URSS, a 14 de dezembro de 1955 Portugal junta-se à ONU. Estranhamente ou não, o caso é que o regime político estabelecido em Portugal não se deverá ter apercebido que com tal ato pudessem rapidamente surgir enormes problemas relativos às suas colónias ultramarinas, tanto mais que essa questão não se tinha colocado aquando da adesão a esse fórum. Mas a problemática que daí adviria está plasmada no capítulo XI da sua Carta, que constitui um novo direito público internacional, a qual tendo sido subscrita de forma livre por todos os seus constituintes, os quais se comprometeram *ab initio* a o aceitar e respeitar. Assim, a partir da adesão de Portugal a esse fórum mais não lhe restava do que se adaptar àquela nova realidade de direito público internacional, que não havia sido imposta mas sim solicitada a sua integração e participação nesse.

Após a adesão de Portugal a esse fórum internacional dá-se início ao relacionamento normal e de alto nível entre as partes, decorrente da ligação a partir de então existente; situação que impõe desde cedo as trocas de correspondência entre Portugal e a ONU, com base no artigo 73^{o249} da Carta. A 24 de Fevereiro de 1956 o Secretário-Geral da ONU em carta enviada a Portugal questiona se esse era possuidor

²⁴⁹ Declaração relativa a territórios não autónomos, capítulo XI, e refere o seguinte:

“Os membros das Nações Unidas que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não se governem completamente a si mesmos reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios, e, para tal fim:

- a. Assegurar, com o devido respeito pela cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua proteção contra qualquer abuso;
- b. Promover o seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes, e os diferentes graus do seu adiantamento;
- c. Consolidar a paz e a segurança internacionais;
- d. Favorecer medidas construtivas de desenvolvimento, estimular pesquisas, cooperar entre si e, quando e onde for o caso, com organizações internacionais especializadas, tendo em vista a realização prática dos objectivos de ordem social, económica e científica enumerados neste artigo;
- e. Transmitir regularmente ao Secretário-Geral, para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro carácter técnico relativas às condições económicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respetivamente responsáveis e que não estejam compreendidos entre aqueles a que se referem os capítulos XII e XIII.”

de territórios naquelas circunstâncias? Da parte portuguesa não havia pressa na resposta e essa foi durante longos oito meses estudada por Salazar e Paulo Cunha, Ministro dos Negócios Estrangeiros de então. A resposta ao solicitado é firme e clara ao nela se assumir que “Portugal não administra territórios que entrem na categoria indicada no artigo 73º da Carta.”²⁵⁰ O perigo de uma resposta menos conseguida a esta questão implicaria o reconhecimento da posse de colónias, o que teria como consequência o abrir caminho para a criação de Governos autónomos próprios para esses territórios e a consequente desvinculação desses da metrópole, bem como no imediato o fornecimento das informações relativas a dados estatísticos da mais vária ordem de carácter geral e técnico que esclarecessem as condições económicas, sociais e educacionais aí vivenciadas. E isso, aparentemente, não era do interesse de Salazar e do seu regime político, ao que em outra ocasião a resposta repetida a essas pretensões foi a de que, conforme estabelecia a sua Constituição Portugal era um Estado Unitário do Minho a Timor, apesar da sua descontinuidade geográfica, em que a sua população era toda portuguesa. Esse princípio que o regime português da altura defendia, assentava no reconhecimento de que Portugal era do Minho a Timor, multirracial e pluricontinental, logo, Angola, Moçambique, a Guiné ou Timor, eram antes de mais e acima de tudo Portugal. Esse “Estado Novo, levantado pedra a pedra pelas mãos de Salazar... configurou-se na ideia tradicional de possuir um império... com tudo o que contivesse ou viesse a conter: terras, mares, rios, montanhas, homens e mulheres, pretos e brancos.”²⁵¹ E é bem verdade esta ideia do governante acerca dos pretos, que considerava inferiores mas que deveriam evoluir sob a orientação dos portugueses, é pois bem conhecido um seu pensamento a esse respeito, que se configura no seguinte: “devemos organizar cada vez mais eficazmente e melhor a proteção das raças inferiores,

²⁵⁰ Cf. A. E. Duarte Silva no artigo “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”, p. 5, in *Análise Social*, volume XXX (130), 1995 (1º), pp. 5-50.

²⁵¹ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Editorial Notícias, Lisboa, 2000, p. 23.

cujo chamamento à civilização cristã é uma das concepções mais arrojadas e uma das mais altas obras da colonização portuguesa.”²⁵²

Este argumento de rebate à ONU é apenas um, a que se lhe junta outro que é o fenómeno da miscigenação em que “O português mistura o sangue, a língua e o amor. Faz da terra o seu leito de nações. Não é como o belga, o inglês, como o francês, como o holandês, que repele o povo que conquista”²⁵³. E relativamente à questão colonial encontrava também sustentação na natureza histórico-jurídica que legitimava as pretensões do Estado Novo em relação às suas colónias ultramarinas²⁵⁴. Como tal o Estado Novo pretende demonstrar a nível internacional que “Portugal é um complexo plurirracial, repartido pelo mundo em retalhos de carne e alma! Províncias distantes, sob o ponto de vista geográfico, integrando culturas diferentes, mas participando igualmente do mesmo agregado nacional.”²⁵⁵ Conforme firmemente defendia Salazar “São sempre os factos históricos e não a configuração geográfica que definem fronteiras, estabelecem direitos, impõem soberanias!”²⁵⁶ E isto é tão mais defensável se a ONU atender ao artigo 2º nº7 da sua própria Carta, onde é bem claro que nessa organização os seus membros, para a concretização dos seus objetivos, se arrogam ao direito de não permitir à ONU a interferência nos assuntos internos de cada Estado. Visto de outro prisma a aplicação do capítulo XI da Carta deveria dar o direito ao Estado instigado a se pronunciar sobre o mesmo bem como a competência da definição de qual a qualificação jurídica que atribui aos territórios sob a sua soberania; ou seja, o Secretário-Geral da

²⁵² Citado em idem, ibidem.

²⁵³ *O Telégrafo*, 5 de fevereiro de 1961, p. 1. Excerto do artigo de David Nasser “O Direito de amar Portugal”.

²⁵⁴ Cf. <http://www.projecto10.pt/arquivo-3-cs-livre.htm>, artigo de Fernando Martins, A política externa do Estado Novo, o Ultramar e a ONU; uma Doutrina histórico-jurídica (1955-1968), (consultado em 25 de março de 2011).

²⁵⁵ Cf. Júlio Evangelista *Portugal Perante as Nações Unidas, o Relatório dos Seis e a Convenção 107*, p. 25, Livraria Sam Carlos, Lisboa, 1960.

²⁵⁶ Idem, ibidem, numa citação atribuída a Salazar.

ONU envia uma carta aos Governos sobre a matéria em análise e estes respondem, em respeito à sua ordem jurídica interna – questão aparentemente simples.²⁵⁷

Sobre este assunto, ou a eventual possibilidade de autodeterminação dessas parcelas ultramarinas portuguesas, fica claro que Salazar e o seu regime se mantêm firmes na sua opção política, pelo que “indicam às Nações Unidas que as províncias ultramarinas portuguesas não têm vocação para a independência separada; sublinham que o governo português se arroga o exclusivo de interpretar e aplicar a sua ordem constitucional e que neste domínio não admite interferências alheias; afirmam que Portugal não submeterá a sua administração ultramarina a qualquer sistema de censura internacional e que, portanto, não transmitirá quaisquer informações à comunidade dos países; finalmente notificam as Nações Unidas de que, se se respeita a letra do artigo 73º, é repudiada a prática política e processual que à sombra deste a ONU fora estabelecendo gradualmente.”²⁵⁸ Apesar da irredutibilidade desta posição portuguesa as Nações Unidas não desistem da sua pretensão. Aliás, ainda em 1956, após uma primeira resposta negativa por parte de Portugal às pretensões da ONU, situação que coloca esta organização numa posição delicada, tentam ultrapassá-la ao referir que não era aos Estados que cabia determinar se estavam ou não nas condições referidas no artigo 73º mas sim à sua própria Assembleia Geral, situação que contradiz a sua própria Carta.²⁵⁹ “Anote-se que, nesta discussão, Os Estados Unidos da América, a Inglaterra, a China e a França manifestaram-se pela competência exclusiva do próprio Estado.”²⁶⁰ Que significado poderia ter o apoio de tão diversos Estados? Aparentemente Portugal podia contar com estes parceiros para a defesa da sua causa e dos seus interesses no seio das

²⁵⁷ Cf. Júlio Evangelista *Portugal Perante as Nações Unidas, o Relatório dos Seis e a Convenção 107*, pp. 16-17, Livraria Sam Carlos, Lisboa, 1960.

²⁵⁸ Franco Nogueira, *Salazar*, volume IV, 4ª edição, Livraria Civilização Editora, Barcelos, 2000, p. 423.

²⁵⁹ Cf. Júlio Evangelista *Portugal Perante as Nações Unidas, o Relatório dos Seis e a Convenção 107*, p. 15.

²⁶⁰ *Idem*, p. 17.

Nações Unidas, o que num momento particularmente difícil, como o que se adivinhava estar para vir, estes apoios podiam ser de capital utilidade.

Apesar da importância dos apoios de ocasião, como os que se verificaram, em pano de fundo sentia-se que este assunto era um perigo para a política seguida por Portugal e estava em desenvolvimento, e travá-lo não se mostrava fácil. Já em 1958 Adriano Moreira²⁶¹ escrevera um relatório intitulado “Portugal e o artigo 73 da Carta das Nações Unidas”²⁶² no qual previa que tal pudesse vir a acontecer, ao verificar a entrada de diversos novos países na ONU – em resultado dos processos de descolonização em curso, o que tornaria a posição portuguesa mais frágil, e constata desde essa data que, mais cedo ou mais tarde, apesar das respostas negativas de Portugal às muitas solicitações da ONU, a partir do momento em que fosse verificada a existência de facto de territórios coloniais por si administrados que, ao abrigo do conceito de guerra justa, conforme estabelece a própria Carta da ONU, esta organização tinha o direito e a obrigação de apoiar a sua libertação do dito jugo colonial²⁶³ - era uma questão de respeito aos princípios pré estabelecidos entre todos os seus constituintes.

Entre 1955 e 1960 há uma intensa atividade diplomática entre Portugal e a ONU sem que nem um nem o outro lado baixassem a guarda em relação aos preceitos que defendiam. Resumindo, a ONU queria ver implementado no terreno o estabelecido pelo artigo 73º da sua Carta; Portugal, por todos os meios, políticos e diplomáticos, tenta diminuir a legitimidade da aplicação desse artigo ao seu território ultramarino.

Para que se desse um passo em frente no impasse a que se chegou e se estabelecesse uma possível plataforma de entendimento entre as partes e se ultrapassasse este conflito, é criado a 12 de dezembro de 1959, pela resolução 1467

²⁶¹ Em 1958 era membro de Portugal nas Nações Unidas e mais tarde, de 1961 a 1962 foi Ministro do Ultramar.

²⁶² Cf. Adriano Moreira, “Reformar e sair”, testemunho oral de 5 de Janeiro de 1995, in José Freire Antunes, *A Guerra de África (1961-1974)*, volume I, Lisboa, 1996, p. 269.

²⁶³ Idem, p. 270.

saída da XIV Assembleia Geral da ONU, o Comité dos Seis (composto pelos EUA, Índia, Marrocos, México, Países Baixos e Reino Unido), que é uma comissão especializada que objetivava esclarecer o artigo 73º, alínea e) da Carta das Nações Unidas e se possível concluir e esclarecer em relatório o seguinte:²⁶⁴

- a) Define “território não autónomo”;
- b) Enuncia as hipóteses e as condições de passagem de um território não autónomo a uma situação de “governo próprio”;
- c) Precisa o sentido da obrigação de prestação de informações prevista no artigo 73º, alínea e), da Carta.

Antevendo que nada de bom para a política nacional pudesse vir daquele Comité Portugal vota contra a sua constituição, e na sua argumentação justifica o seu voto afirmando a sua posição em parecer governamental de 29 de abril de 1960, sustentando que a Assembleia Geral das Nações Unidas não é competente para exigir aos Estados a transmissão de qualquer tipo de informações relativas a assuntos internos, pois só os governos de cada Estado têm tal capacidade de julgamento.²⁶⁵

Tal pretensão não trava o Comité, e este vai desenvolver os seus propósitos e concluir em *Relatório dos Seis*, para o qual houvera sido constituído, com muita clareza que os territórios ultramarinos de Portugal eram não autónomos. Após apresentado, o Relatório é aprovado, o que dá à Assembleia Geral uma especial competência para determinar o que são territórios não autónomos. Na sequência deste resultado a Assembleia Geral aprova a resolução 1542 em 15 de dezembro de 1960, a qual define que os territórios administrados por Portugal, não são autónomos, ao abrigo do espírito do capítulo XI da Carta da ONU. A este propósito, Franco Nogueira²⁶⁶ comenta que esta decisão é uma ameaça à paz, e que esta era como que uma espécie de um plano de

²⁶⁴ Cf. A.E. Duarte Silva “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”, in *Análise Social*, volume XXX (130), 1995 (1º), p. 8.

²⁶⁵ Idem, *ibidem*.

²⁶⁶ Chefe da delegação portuguesa na ONU em 1960.

guerra contra Portugal.²⁶⁷ Tal posição é justificada porque o Governo Português e a ONU têm visões diferentes sobre o mesmo assunto. E pouco demorou até que a guerra veio a verificar-se nos territórios ultramarinos, e atingiu uma intensidade com que Portugal não estava habituado nem preparado para lidar. Num outro registo acerca do mesmo assunto refere Júlio Evangelista o seguinte: “Nós continuamos a entender, apesar de tudo, que não sendo a ONU um superestado, mas uma organização de Estados igualmente soberanos, isso implica o respeito pela jurisdição interna, o que, aliás, decorre da própria Carta como princípio incontroverso.”²⁶⁸ Perverter este princípio era, aos olhos de Portugal, transformar a ONU num instrumento desestabilizador da boa vivência dos Estados internamente.²⁶⁹

Adivinhavam-se tempos difíceis para Portugal, pois, já a 14 de dezembro de 1960, a Assembleia Geral das Nações Unidas havia adotado, através da resolução 1514, o Comité de Descolonização, a qual viu a luz do dia como resultado da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, e, “esse direito deveria ser exercido independentemente das condições existentes no terreno, uma vez que foi ressalvado que a falta de preparação política, económica, social e educacional não podia ser apresentada como pretexto para retardar a independência.”²⁷⁰ “No essencial, a Declaração reconhecia que a subjugação dos povos à dominação estrangeira constituía uma negação dos direitos fundamentais do homem, contrariava a Carta das Nações Unidas e comprometia a paz e a cooperação mundiais”²⁷¹. Mais expressava nessa Declaração que “seriam tomadas medidas imediatas, nos territórios sob tutela, nos territórios não autónomos e em todos os outros territórios que ainda não tivessem

²⁶⁷ Cf. A.E. Duarte Silva “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”, pp. 11-12, in *Análise Social*, volume XXX (130), 1995 (1º).

²⁶⁸ Cf. Júlio Evangelista *Portugal Perante as Nações Unidas, o Relatório dos Seis e a Convenção 107*, p. 15.

²⁶⁹ Idem, p. 16.

²⁷⁰ Aurora Almada e Santos, artigo “O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e os movimentos de libertação das colónias portuguesas: 1961-76”, in *O Longo Curso, Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*, Tinta da China, Lisboa, 2010, p. 492.

²⁷¹ Idem, ibidem.

ascendido à independência, para transferir todos os poderes para os povos desses territórios... de acordo com a sua vontade livremente expressa... a fim de lhes permitir alcançar uma independência e uma liberdade completas”²⁷². Na sequência deste evento o jornal parisiense *L’Aurore* salientará numa das suas edições que havia um equívoco no julgamento de Portugal, que no seu estatuto de potência colonial não poderia ser reputado como outros, a Holanda, a Bélgica, a Indonésia ou o Congo, porque esses sim quiseram foi enriquecer à custa das colónias, menosprezando os seus autóctones, situação que Portugal havia ultrapassado há muito, pois os autóctones das suas províncias encontravam-se politicamente assimilados, em que todos eles nessas parcelas territoriais gozavam dos mesmos direitos que os brancos. Esta situação é que motiva a inveja dos outros países, que falharam onde Portugal venceu. Estas não são razões para que Portugal seja vítima dos ataques da ONU, refere.²⁷³

Pese embora esta boa intenção de apoio, facto é que na ONU se dá a criação do Comité de Descolonização, que a determinada altura pretendeu que Portugal com ele colaborasse e nele participasse – o que até ao 25 de abril de 1974 foi sempre recusado – o que fez com que esse Comité concentrasse as suas atenções nos movimentos de libertação, e de entre esses os que fizeram vingar a sua posição foram os que desenvolviam a luta armada.²⁷⁴ A ONU o que pretendia era levar a que os países que detivessem sob a sua administração quaisquer tipos de territórios se fossem preparando, para mais cedo ou mais tarde os libertar; e contra esta decisão pouco ou nada mais haveria a fazer, ou melhor, podia era fazer-se o que Portugal então pretendeu – tentar ganhar tempo, mas esse, como mais tarde pudemos confirmar, correu contra Portugal.

²⁷² Cf. Fernando Manuel Santos Martins *Portugal e a Organização das Nações Unidas, Uma história da Política externa e ultramarina portuguesa no pós-guerra (Agosto de 1941 – Setembro de 1968)*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995, p. 141.

²⁷³ Cf. *Açoriano Oriental*, 14 de janeiro de 1961, p. 1, num artigo proveniente do Jornal *L’Aurore* de Paris, do dia 9 de janeiro de 1961, intitulado *Portugal não tolerará o mais pequeno atentado à sua Unidade Nacional*.

²⁷⁴ Cf. Fernando Manuel Santos Martins *Portugal e a Organização das Nações Unidas, Uma história da Política externa e ultramarina portuguesa no pós-guerra (Agosto de 1941 – Setembro de 1968)*, pp. 496 e 505.

Pior estava para vir. A partir de 1961, com o início da Guerra do Ultramar, o caso de Angola é inscrito na ordem do dia do Conselho de Segurança, e a partir de 15 de março²⁷⁵ desse ano esse assunto passa para a Assembleia Geral para ser debatido, e em 23 do mesmo mês, apesar do veemente protesto e abandono dos debates por parte da delegação portuguesa²⁷⁶, é aprovado por uma maioria de quarenta países que nesse fórum se debata Angola. Esse abandono vai ter eco e apoio na sociedade civil e na imprensa portuguesa em particular: “Deixando o nosso delegado de assistir aos debates sobre Angola, mostra-se claramente que Portugal não dá qualquer importância às caóticas, desordenadas e interesseiras pretensões da O.N.U. e que não teme as suas votações e determinações, porque em território português só nós mandamos e não queremos estranhos onde não são chamados.”²⁷⁷ E a 20 de abril, na sessão XV é aprovada em Assembleia Geral a resolução 1603, na qual está contido todo um princípio obrigatório para que o Governo português levasse a cabo as reformas necessárias para o cumprimento da Declaração Anticolonialista e constitui o Subcomité dos Cinco que deverá investigar a situação de Angola. A Agravar esta situação verifica-se que Portugal não pretende dar cumprimento à resolução 1542.²⁷⁸

Contudo, em julho de 1961 o presidente do Subcomité dos Cinco é recebido por Salazar, que não o autoriza a visitar Angola.²⁷⁹ Não são conhecidas o teor das conversas entre estes protagonistas, sabe-se é que o relatório do Subcomité vai concluir que “a possibilidade de uma solução pacífica dependia dos esforços para sustentar o derramamento de sangue e permitir o desenvolvimento político, económico e social de

²⁷⁵ Data coincidente com o início da luta armada no Norte de Angola, promovida pela União dos Povos de Angola (UPA), liderada por Holden Roberto.

²⁷⁶ “O Embaixador Vasco Vieira Garin e o resto da delegação portuguesa retiram-se aparatosamente, como relata Franco Nogueira: ‘Abandonamos em grande estilo a sala da Assembleia Geral das Nações Unidas. Um erro – para satisfazer a opinião pública.’” Cf. *Testemunhos de Guerra, Angola, Guiné, Moçambique, 1961-1974*, pp. 10-11.

²⁷⁷ Cf. *A Ilha*, 29 de abril de 1961, p 1, coluna da esquerda canto inferior.

²⁷⁸ Cf. A.E. Duarte Silva “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974), p.12, in *Análise Social*, volume XXX (130), 1995 (1º).

²⁷⁹ *Idem*, p. 14.

Angola; ou seja, dependia da adoção de medidas que pusessem termo às queixas das populações e permitissem estabelecer contactos com representantes autorizados dos vários grupos angolanos”.²⁸⁰ Subentenda-se que dessa conclusão o caminho para Portugal era só um, o de alinhar com as diretrizes da ONU, coisa que o Estado Novo não se mostrava disponível a tal, pois se concordasse sabia que essa organização internacional faria tudo para, mais cedo ou mais tarde, lhe retirar a posse dos territórios ultramarinos e entregá-los às populações autóctones. Ainda assim o que se sabe é que o novo Ministro do Ultramar - Adriano Moreira, adota em setembro, as chamadas reformas de 1961²⁸¹; entre outras, a abolição do estatuto dos indígenas e a revogação da cultura obrigatória do algodão²⁸². “Com o fim do indigenato (consignado pelo Estatuto dos Indígenas de 1954), o povo português ficava dotado de uma lei igual para todos, sem distinção de raça, cultura ou religião. Concedia-se cidadania a todos os indígenas do Ultramar e a igualdade entre os portugueses da Metrópole e do Ultramar.”²⁸³ Contra a vontade de forças económicas também se acaba com a obrigatoriedade da cultura do algodão, porque essa era limitativa dos rendimentos dos agricultores, que nessa altura e por essa razão alguns auferiam um rendimento anual de cem escudos, valor insuficiente para uma vida com dignidade, logo estes poderiam concentrar esforços em outras culturas mais lucrativas, obtendo assim um benefício direto.²⁸⁴ Lembre-se que na Baixa do Cassange, Angola, houvera uma rebelião em finais de janeiro de 1961 por causa da cultura obrigatória do algodão²⁸⁵. Hoje acreditamos que o conhecimento de tal, embora

²⁸⁰ Cf. A.E. Duarte Silva *O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)*”, p. 12, in *Análise Social*, volume XXX (130), 1995 (1º), p. 14.

²⁸¹ Cf. A.E. Duarte Silva *O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)*”, p. 12, in *Análise Social*, volume XXX (130), 1995 (1º), pp. 5-50.

²⁸² Cf. Adriano Moreira, “Reformar e sair”, p. 274, testemunho oral de 5 de janeiro de 1995, in José Freire Antunes, *A Guerra de África (1961-1974)*, volume I.

²⁸³ Cf. José Freire Antunes, *A Guerra de África (1961-1974)*, volume I, Temas e Debates, Lisboa, 1996, p. 25.

²⁸⁴ Cf. Adriano Moreira, “Reformar e sair”, p. 274, testemunho oral de 5 de janeiro de 1995, in José Freire Antunes, *A Guerra de África (1961-1974)*, volume I.

²⁸⁵ Cf. Coronel David Manuel de Matos Martelo, “Antecedentes da Guerra Colonial” in *Testemunhos de Guerra, Angola, Guiné, Moçambique, 1961-1974*, p. 60, Porto, 2000.

a justiça e o desenvolvimento que Adriano Moreira pretendia imprimir ao Ultramar, este terá sido um acontecimento de relevo na sua tomada desta decisão.

Mas no Ultramar, concretamente em Angola, a repressão portuguesa persiste, porque se impõe a necessidade de continuar a afirmar a soberania plena naqueles territórios, logo o terrorismo contra Portugal não era aceitável.

E atestando essa intenção é que aos microfones da Emissora Nacional com transmissão na Rádio Televisão Portuguesa, Franco Nogueira, na sua qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros, reportando-se à política externa portuguesa, nomeadamente no tocante ao conflito aberto pela ONU em relação a Portugal, dizendo que as repercussões da posição da ONU em relação ao nosso país é a guerra, tudo em nome da liberdade, segundo dizem. Temos sido tratados de forma dúbia e diferente de outros, conclui: “Em nome da liberdade tem-se esmagado os povos; em nome do nacionalismo têm sido abafadas nações e em nome da autodeterminação têm sido negados os direitos humanos, mas não consentem os adversários que lhes apliquemos o que procuram aplicar só a nós e por isso é dupla a medida do julgamento em relação a casos idênticos.”²⁸⁶

Sobre esta matéria da política externa portuguesa já em novembro de 1960 Salazar havia proferido na Assembleia Nacional um discurso que tocava no assunto e no relacionamento da ONU para com Portugal, mas é a 30 de junho de 1961 que o Presidente do Conselho volta à carga sobre este tema e é arrasador em várias frentes; desde logo asseverava que a conservação por Portugal dos territórios africanos era em última instância a manutenção de um direito adquirido ao longo de séculos de permanência naquelas paragens, o que deveria merecer o apoio de todo o mundo dito Ocidental, porque se assim não acontecesse o comunismo poderia avançar naquele Continente, logo não compreendia como é que algumas votações no seio da ONU se

²⁸⁶ *Diário Insular*, 4 de outubro de 1961, p. 4, “Portugal e as Nações Unidas”.

verificavam contra os interesses de Portugal e por consequência contra os interesses do mundo Ocidental. Nesse discurso também defendeu acerrimamente que os direitos adquiridos por Portugal eram para ser defendidos acima de tudo, custe o que custar, e que no entender deste governante o recurso às armas era absolutamente legítimo, para que dessa forma pudesse ser defendida a terra da Pátria; sim, porque Angola era acima de tudo Portugal. Relativamente a algumas acusações feitas pela ONU as mesmas foram severamente rebatidas com dados estatísticos fornecidos por organizações internacionais insuspeitas que davam conta de que vários eram os itens de grande desenvolvimento que se verificavam naquelas paragens, desde a saúde, as vias de comunicação, os transportes ou o ensino. Ou seja, Portugal estava a desenvolver uma obra civilizadora sem precedentes, com elevados custos para o tesouro nacional. Apesar disso, dizia Salazar ainda não estar satisfeito com essas realizações, pelo que havia de continuar a fomentá-las, mas que pela vastidão territorial portuguesa em África tal levaria ainda muitos mais anos. Em contraponto defendia que o indígena nunca seria capaz de tal desenvolvimento. Concluí que por tudo isso as Nações Unidas não tinham o direito de interferir nos assuntos internos de Portugal, aliás, situação que contrariava a própria letra da sua Carta.²⁸⁷

Pelas ideias atrás referidas e extraídas do discurso proferido na Assembleia Nacional pelo Presidente do Conselho, acerca do que deveria ser a política externa portuguesa, os diplomatas portugueses não apenas a apoiam como agem todos no mesmo sentido, com podemos atestar pelas declarações do Embaixador de Portugal nos Estados Unidos, Theotónio Pereira, que em Nova Iorque, através de cartas enviadas aos órgãos de comunicação social portugueses e às diversas agremiações, defendia de forma intransigente a presença portuguesa no Ultramar, e por conseguinte a política prosseguida por Portugal para a manutenção da soberania sobre as parcelas territoriais

²⁸⁷ Cf. <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r2.dan&diary=anl7sl4n217-0923&type=texto> (consultado em 15 de dezembro de 2012).

localizadas fora da Europa. Mais refere que apesar das diversas campanhas anticolonialistas movidas contra Portugal, a Nação, pese embora a sua descontinuidade geográfica, tem-se manifestado pela sua manutenção una e indivisível, e não encontra razões para que assim não fosse, dando provas da sua maturidade histórica. Mais refere Theotónio Pereira que no caso em apreço de Angola, e como o próprio teve oportunidade de constatar, o povo orgulhava-se de ser português, logo o problema que estava a ser levantado era uma criação artificial para apelar os portugueses dos seus direitos, o que a política portuguesa não aceitava.²⁸⁸

Na XVI sessão da ONU, a 30 de janeiro de 1962, a Assembleia Geral aprova por larga maioria, apenas com duas abstenções, a resolução 1742, que no essencial chamava a atenção de Portugal para que respeitasse as conclusões do relatório proferido pelo Subcomité dos Cinco e reprovava os abusos continuados infligidos por este país ao povo de Angola, coartando-lhe o acesso às mais básicas liberdades fundamentais, reafirmando que esse povo terá direito à sua autodeterminação e independência. Também insistia na necessidade do estabelecimento das reformas previstas pelo Comité no seu relatório. A resolução atrás referida serviu igualmente para reafirmar a manutenção em funções do Subcomité dos Cinco e apelava aos mais diversos países para que não apoiassem Portugal, fosse por que via fosse, na repressão do povo angolano.²⁸⁹ Este problema de Angola era, do prisma político da ONU, tão complexo que vão as três comissões existentes na altura se integrar na Comissão de Descolonização. Ou seja, do ponto de vista da ONU, a questão de Angola e de outros territórios coloniais sob o domínio de Portugal iria, mais cedo ou mais tarde, atingir o

²⁸⁸ Cf. *Diário Insular*, 8 de outubro de 1961, pp. 1 e 5, “Portugal não se sujeita às manobras das Nações Unidas”.

²⁸⁹ Cf. A.E. Duarte Silva *O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)*”, p. 12, in *Análise Social*, volume XXX (130), 1995 (1º).

estatuto por essa organização pretendido – a autodeterminação ou a própria independência, é uma inevitabilidade que o tempo se encarregará de resolver.²⁹⁰

A 22 de setembro de 1962 reúne o Conselho Ultramarino²⁹¹, no qual são discutidas muitas propostas de alteração para o Ultramar português. Dessa reunião se produziu um parecer o qual identificava como fundamental para o desenvolvimento e progresso das parcelas territoriais portuguesas a promoção de uma descentralização administrativa, em que as leis a aplicar nesses territórios deveriam ser específicas, além do mais também deveriam participar na vida e gestão das províncias os próprios residentes nessas. Este parecer materializou-se em propostas de alteração à Lei Orgânica do Ultramar Português (LOUP)²⁹².

Essa reunião do Conselho Ultramarino haveria de ficar marcada “pelo facto de Sarmiento Rodrigues²⁹³ ter sugerido em carta dirigida a Adriano Moreira, que a reforma da política ultramarina deveria passar por uma alteração do ‘sistema de governo de Angola e Moçambique’, no sentido de favorecer a autonomia daquelas duas ‘províncias’, ao mesmo tempo que os respetivos governadores deveriam ter a ‘categoria de ministros de Estado’, o que, entre outras prerrogativas, lhes permitiria ter assento no Conselho de Estado.”²⁹⁴ O objetivo daquele pedido residia na possibilidade de, se tal pretensão fosse adotada, se alcançava um ganho de eficiência na administração dos territórios ultramarinos, e o mais importante seria que esta atitude “impediria o agravamento da campanha que contra Portugal se desenvolvia na ONU, ao sabor da

²⁹⁰ Logo entre março e abril de 1963 esta afirmação confirma-se, pois ao reunir-se a Comissão de Descolonização da ONU, a FNLA (Frente Nacional da Libertação de Angola) está representada com um elemento. Cf. A.E. Duarte Silva, no seu artigo “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974), p.17, in *Análise Social*, volume XXX (130), 1995 (1º), pp. 5-50.

²⁹¹ Fórum representativo de todos os altos responsáveis territoriais, onde se discutem os assuntos relativos à sua problemática geral.

²⁹² Lei 2119, de 24 de junho de 1963.

²⁹³ Sarmiento Rodrigues foi Governador-geral de Moçambique de 1961 a 1964, proposto por Adriano Moreira, Ministro do Ultramar.

²⁹⁴ Fernando Martins “Oliveira Salazar e a questão da autodeterminação das Províncias Ultramarinas (1962-63)”, in *O Longo Curso, Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*, p. 430.

corrente anticolonialista que cada vez mais se afirmava na sociedade internacional.”²⁹⁵

Esta proposta foi um bom mote de discussão num Conselho de Ministros de 25 de janeiro de 1963, onde se acentuaram as diferenças de opiniões relativas à política ultramarina prosseguida pelo Estado Novo.

Essa discussão sem rumo certo, a não ser um exacerbado apego à política então seguida pelo Estado Novo, sem tomadas de decisão firmes com vista ao futuro, fez com que Portugal continuasse inerte quanto às resoluções da ONU. Podia então verificar-se que ao mesmo tempo que o problema do Ultramar se adensava a política portuguesa se apresentava distante e estática, que por tal mostrou-se incapaz de o resolver.

Como o imobilismo de Portugal se mantinha, onde não se verificavam quaisquer mudanças na política ultramarina, situação com a qual a ONU não estava disposta a compactuar, logo são proferidas mais resoluções contra Portugal, como sejam a 1807 ou a 1819 de 14 e 18 de dezembro de 1962 respetivamente, as quais iriam plasmar a emergência das soluções já anteriormente referidas pela ONU como fundamentais para aqueles territórios. Uma diz respeito ao todo dos territórios ultramarinos portugueses e a outra reporta-se à situação vivida em Angola. No conjunto das resoluções o que a ONU pretendia era que Portugal, porque violador dos preceitos da sua Carta, adotasse em síntese as seguintes medidas: reconhecimento do direito dos povos nativos sobre os seus territórios não autónomos; reconhecimento do direito à escolha da sua própria autodeterminação e independência; que Portugal cessasse os confrontos militares e a repressão e retirasse desses territórios ultramarinos.²⁹⁶

Com o propósito de não perder tudo, face ao evoluir da situação, apesar de em 23 de janeiro de 1963 se iniciar a luta armada na Guiné-Bissau, o Conselho de Ministros de Portugal discute em Lisboa uma possível proposta de revisão da Lei Orgânica do

²⁹⁵ Fernando Martins “Oliveira Salazar e a questão da autodeterminação das Províncias Ultramarinas (1962-63)”, in *O Longo Curso, Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*, p. 430.

²⁹⁶ Idem, *ibidem*.

Ultramar, apoiada pelo ex-ministro do Ultramar - Adriano Moreira, que no essencial consistia nas seguintes duas correntes de pensamento²⁹⁷: a primeira baseava-se na urgência em propor aos colonos a separação; a outra pretendia levar esses colonos a que desenvolvessem um pensamento político no sentido de uma solução final do tipo federal. O facto é que, nem uma nem outra corrente vingaram, aliás, o resultado desta discussão foi de que “a nova Lei Orgânica acabará por reforçar a unidade política e a centralização administrativa do Estado português pluricontinental.”²⁹⁸

Perante isto, à ONU, a partir de novembro de 1963, mais não lhe restava do que continuar a proferir resoluções condenatórias da ação de Portugal nos territórios africanos, e em todas essas era exigido que se concedesse a imediata independência a todos esses. Com o Estado Novo tal nunca aconteceu.²⁹⁹

Como se tem verificado neste trabalho muito do que se passava na ONU e que envolvia o nosso país não chegava até aos leitores dos jornais regionais dos Açores. O que conseguimos ficar a saber através desses sobre a ONU no seu relacionamento com Portugal é o que já demos algumas notas e o demais que agora se relata.

Centrando este propósito verificamos que ainda em 1960, numa alocução feita pelo Presidente da República - Almirante Américo Tomás, na sua mensagem de ano novo para 1961, por entre elogios à obra desenvolvida por Salazar na manutenção da união nacional, e as descobertas feitas outrora como símbolo de grandes feitos para Portugal e para os portugueses, a par de um sem número de ilustres visitantes ao nosso país no ano anterior, de onde se destaca o Presidente dos Estados Unidos do Brasil, o Presidente da Indonésia e o Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, entre

²⁹⁷ De salientar que qualquer corrente de pensamento na altura, como o caso das que se apresentam, teria de prever uma solução positiva e útil para Portugal, onde a cedência de território não fazia parte da agenda política.

²⁹⁸ Cf. A.E. Duarte Silva “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”, pp. 16-17, in *Análise Social*, volume XXX (130), 1995 (1º), pp. 5-50.

²⁹⁹ Cf. Fernando Martins “Oliveira Salazar e a questão da autodeterminação das Províncias Ultramarinas (1962-63)”, in *O Longo Curso, Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*, p. 456.

outros – dando uma imagem de abertura e aceitação do exterior pelas políticas seguidas em Portugal pelos seus governantes, toca num ponto essencial sobre os problemas em ebulição nos territórios ultramarinos, sabiamente sem nunca os referir ou nomear, que vão ter repercussões enormes no seio da ONU. Referiu: “Não melhorou o ano de 1960 o perigoso clima em que o Mundo está vivendo, e tem de confessar-se serem os erros e as sucessivas abdições do Ocidente grandemente responsáveis pela situação internacional presente.

O mundo anda visivelmente doente e toda a humanidade vive inquieta, receosa do dia de amanhã. As forças do mal mascaradas de salvadoras, infiltram-se em todos os continentes... e isso explica os ataques de que temos sido alvo (na ONU) e que visam fazer ruir o único baluarte que ainda se mantém invulnerável e promete resistir e durar.”³⁰⁰ Mais refere que para seu gáudio os portugueses se haviam mantido unidos e manifestaram-se claramente contra essas intromissões exteriores nos assuntos internos de Portugal, repudiando vivamente a possibilidade de serem esbulhados das suas possessões, pois as mesmas são resultado das descobertas feitas pelos portugueses e de uma civilização aí imprimida por Portugal.³⁰¹

Curioso é que esta intervenção acontece antes de qualquer discussão na ONU sobre a questão de Angola. Também antes já alguns jornalistas estrangeiros acreditados em Luanda eram de opinião que os tumultos aí registados provinham do exterior e se suportavam na fabricação de um pretexto artificial que provocasse discussão na Assembleia Geral.³⁰²

Sem nada fazer prever, pois não houvera votação sobre o mesmo, verifica-se que o assunto de Angola solicitado pela Libéria tinha mesmo sido inscrito na ordem de trabalhos da Assembleia Geral da ONU, o qual foi prontamente repudiado pelo nosso

³⁰⁰ Cf. *Açores*, 3 de janeiro de 1961, p. 3.

³⁰¹ *Idem*, *ibidem*.

³⁰² *Idem*, 14 de fevereiro de 1961, pp. 1 e 2 “Os incidentes em Luanda”.

delegado Dr. Vasco Vieira Garin, alegando que esse assunto é do foro interno de Portugal, e nada dava permissão ou autoridade a que qualquer órgão exterior à jurisdição portuguesa tenha poder ou se arrogue ao direito para tal discutir, e que a Libéria que se cuidasse pois o que invocava contra Portugal fazia pior no interior do seu próprio território, mesmo no tocante à questão dos direitos humanos. Quanto aos assaltos que se verificaram em território português de Angola não eram razão para opor Portugal a qualquer Nação, e Angola não era de forma alguma ameaça à paz; logo a discussão proposta pela Libéria para ser discutida no Conselho de Segurança da ONU deveria morrer à nascença. Esta posição obtivera desde logo a simpatia do delegado do Chile, do representante inglês, da Turquia, do Equador e de muitos outros delegados.³⁰³

Na leitura que fizemos da notícia do jornal, atrás sintetizada, fica-nos a ideia de que o assunto de Angola não deveria ter qualquer viabilidade de ser inscrito na agenda de trabalhos, o que nos é contrariado três dias depois, a 15 de março de 1961, em um artigo de opinião quase em jeito de editorial, por se posicionar em primeira página no lado esquerdo, transcrito do “Diário Ilustrado”, não assinado, logo da responsabilidade do diretor, com o título “Conselho de Segurança ou de Agressão?”, onde se percebe muito bem, apesar das veementes críticas do seu autor à ONU, que o assunto de Angola estava mesmo inscrito para ser discutido no Conselho de Segurança dessa organização. Situação que, suportava o articulista na sua crítica cerrada a alguns tradicionais aliados de Portugal, que pareciam o ter deixado de ser: “temos assim contra nós aqueles que, oficialmente, consideramos inimigos, e alguns que, em muitas ocasiões, têm andado de braço dado connosco e consideramos amigos. Chuva de um lado e vento do outro”. Uns e outros serão a ruína da ONU, desprestigiando-a por atos para os quais não dispõem de autoridade para os concretizar. Quanto à “Liberia, que vive na mais degradante miséria e que não passa de uma herdade alugada a uma grande empresa americana...”, queixou-

³⁰³ Cf. *Açores*, 12 de março de 1961, pp. 1 e 2.

se de Portugal, acusando-nos de andarmos a espalhar o terror em Angola”. Apesar disso esta queixa não demoveu o presidente do Conselho de Segurança a não inscrever tal assunto na agenda de trabalhos. Situação que o condena na responsabilidade para com essa atitude, pelo que Portugal deveria “...rasgar a carta das Nações Unidas. Uma autêntica palhaçada...”. Refere também que esta era uma situação degradante para uma instituição internacional de grande prestígio. Termina o artigo de uma forma contundente e mordaz, atingindo interesses poderosos instalados na cena internacional, em defesa da honra Nacional dizendo: “Nós só temos que continuar a ser o que sempre fomos, trabalhando sem pressas e sem ruído no engrandecimento deste Portugal milagroso que se estende pelos cinco continentes e respondendo com a nossa unidade e a firme determinação de continuarmos portugueses aos que se deixaram invadir pela loucura e aos que namoram a África para alargarem os seus mercados ou pretendem atear mais uma fogueira para venderem mais umas quantas espingardas.”³⁰⁴

Seria o Embaixador de Portugal junto à ONU, Vasco Garin, que fizera a defesa da problemática inscrita para discussão no Conselho de Segurança, e vai enfrentar o russo Zorine, delegado da União Soviética no Conselho de Segurança, obtendo muitos aplausos nesse fórum, o que obrigou aos agentes da segurança interna a intervir restabelecendo a calma entre a assistência.³⁰⁵ Não sobressai que desta ação deste diplomata surtisse qualquer efeito, pois o jornal *Açores* faz referência em título do dia 24 de março de 1961, logo em primeira página ao centro, e com um certo desdém que “A injustiça impõe-se na ONU e faz triunfar o Comunismo Internacional: A Comissão Geral das Nações Unidas aprovou um pedido de 39 países afro-asiáticos para ser debatida na Assembleia Geral a Situação em Angola”. Esta aprovação é bastante curiosa aos olhos do direito vigente na própria ONU, sendo que a mesma houvera sido aprovada sem qualquer votação, apenas com o pedido de 39 países, pese embora a intransigente

³⁰⁴ Cf. *Açores*, 15 de março de 1961, pp. 1 e 2.

³⁰⁵ *Idem*, 17 de março de 1961, p. 1.

defesa feita pelo Embaixador português Vasco Garin referindo que o assunto de Angola era matéria da política interna de Portugal e como tal a ONU não se podia imiscuir nos assuntos internos dos países seus constituintes. Tal a acontecer seria ilegal o que faria da ONU corresponsável pelos acontecimentos futuros naquele território.³⁰⁶

Pese embora todos os esforços do diplomata atrás referido deu-se na Assembleia Geral a votação para o agendamento dos incidentes de Angola, a qual teve como resultado dois votos contra e oito abstenções.³⁰⁷ Para mal dos diplomatas e governantes portugueses em geral, ficava assim confirmado, a situação em Angola ia ser discutida, de que o seu resultado seria incerto.

Em outro jornal há a confirmação de que na sequência de um pedido feito na ONU por 39 países afro-asiáticos para que fosse discutido naquele fórum a situação de Angola, e apesar da intransigente defesa do Dr. Vasco Garin que alegou que a ONU não tinha legitimidade para se imiscuir nos assuntos internos de Portugal, tanto mais que Angola era parte integrante de um todo territorial português, o assunto de Angola foi mesmo agendado para ser discutido.³⁰⁸ Após esta dissertação sobre a temática de Angola e na reunião da Assembleia Geral da ONU do dia seguinte, e após várias considerações sobre a ilegalidade que esta organização estava a cometer, sem mais o representante português abandonou a sala.³⁰⁹

Ficamos a saber que principiara a 20 de abril de 1961 na ONU a discussão sobre Angola mas que “A delegação portuguesa não se encontra presente no debate por considera-lo uma interferência nos assuntos internos no nosso País, o que é contrário ao espírito da Carta da O.N.U. e às normas tradicionais do convénio internacional entre países civilizados. – E.N.”³¹⁰ Posição que foi corroborada pela própria Delegação

³⁰⁶ Cf. *Açores*, 17 de março de 1961, pp. 1 e 3.

³⁰⁷ *Idem*, 25 de março de 1961, p. 2.

³⁰⁸ Cf. *O Telégrafo*, 24 de março de 1961, p. 1.

³⁰⁹ Cf. *O Telégrafo*, 25 de março de 1961, pp. 1 e 4.

³¹⁰ Cf. *Açores*, 21 de abril de 1961, p. 3, último parágrafo da coluna do lado direito.

Portuguesa junto da ONU em nota enviada para a comunicação social e inserida no jornal *Açores* que referia em título que “a discussão sobre Angola na O.N.U. representa uma tentativa para desarticular um País membro”.³¹¹

Apesar dos protestos atrás referidos a situação de Angola foi discutida na ONU e inclusivamente foi aprovado um texto de resolução sobre o caso que sucintamente referia que a Assembleia Geral tomara nota dos acontecimentos em Angola, onde houve muitos mortos, e que a continuarem será esse território (Angola) considerado uma ameaça à conservação da paz internacional, porque os povos oprimidos aspiram à sua libertação através da autodeterminação e independência. Também se lembrou a Portugal que já em 14 de dezembro de 1960, na XV sessão da Assembleia Geral da ONU, havia sido declarado como inaceitável a subjugação de povos a potências estrangeiras, que isso era uma negação dos mais básicos direitos do homem e como tal uma negação aos princípios estatutários da Carta da ONU, pelo que se havia na altura solicitado que fosse imediatamente transferidos todos os poderes para esses povos, para que os mesmos pudessem viver em liberdade e independência. Igualmente foi lembrado a Portugal as resoluções 1541 e 1542 de 15 de dezembro de 1960 (XV), nas quais se apelava ao Governo português que adotasse as medidas necessárias em Angola tendo por objetivo o cumprimento integral da moção 1514 de 14 de dezembro de 1960 (XV). Foi também decidido nomear uma comissão constituída por cinco membros e que teria como missão principal a de se inteirar, pelos meios legais, da situação real que se vivia em Angola e informar a Assembleia Geral.³¹²

Sem se perceber em que data, ficamos a saber que quanto à questão do território angolano, enquanto fazendo parte do território português, constituir uma ameaça à Paz, era essa ideia radicalmente rejeitada pelo nosso embaixador junto da ONU “Portugal

³¹¹ Cf. *Açores*, 22 de abril de 1961, p. 1.

³¹² Idem, 29 de abril de 1961, pp. 1 e 3, “Este é o texto da resolução aprovada pela O.N.U. sobre Angola”.

não ameaça a paz e a segurança internacional – a paz e a segurança de PORTUGAL é que estão a ser atacados – afirmou o dr. Garin na O.N.U.”³¹³

Pelo que do lado português continuava a haver uma confiança reinante de que o assunto de Angola não seria mais discutido na ONU, é o próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros que na sua chegada ao aeroporto de Nova Iorque confirma “...que a Assembleia Geral das Nações Unidas não tinha competência para tratar do caso de Angola – é um princípio que Portugal decidiu defender.”³¹⁴ E com diplomacia responde, ao ser questionado sobre os tumultos raciais que estavam a acontecer no Mississippi: “a Carta da Organização das Nações Unidas contém um princípio precioso que proíbe a discussão dos negócios internos de um país soberano por outros.”³¹⁵ Tal sendo proferido onde foi não deixava de ser um grande recado para os governantes americanos, principalmente no que refere ao caso a que Portugal estava sendo sujeito na ONU e que não tinha tido a solidariedade necessária dos seus velhos aliados e amigos.

Sem resultados palpáveis por nada se vislumbrar na comunicação social sobre as resoluções proferidas na ONU, surge novo ataque no campo diplomático, que é a apresentação de uma moção contra Portugal nesse fórum promovido por onze membros dessa organização. Só que desta feita a parcela territorial em causa era Moçambique. No essencial estes países apontavam na sua petição que Portugal estava a empreender uma ofensiva armada naquele território com o propósito não só da repressão do povo como também de discriminação racial. No mesmo documento acrescentavam ainda os peticionários que a economia de Moçambique assentava essencialmente no trabalho forçado. Do ponto de análise de Portugal sobre este assunto considera-o como mais um descabro no seio da ONU, em que os países promotores de tal documento estavam agindo de má-fé e com falsidade. E tal afirmação podia ser facilmente constatada

³¹³ *A União*, 12 de junho de 1961, p. 1, em título.

³¹⁴ Cf. *Açores*, 5 de outubro de 1962, p. 1.

³¹⁵ *Idem*, *ibidem*.

porque são os próprios visitantes estrangeiros, onde se incluem jornalistas independentes que confirmavam o contrário, e mais importante ainda era que mesmo a OIT³¹⁶ que em relatório recente referia que naquele território não se verificava qualquer discriminação racial; e esta organização internacional que era independente logo insuspeita nos seus relatórios, portanto tudo o que no documento acusatório se dizia contra Portugal se revestia de uma mentira encenada. Por último quanto a este assunto se verificara que as sanções solicitadas nesta moção não foram aprovadas.³¹⁷

Este é um momento decisivo para Portugal. Por um lado está em desenvolvimento a Guerra em Angola, com a mobilização necessária dos meios humanos, técnicos e financeiros que tal situação exige. Por outro o surgimento de uma notícia a dar conta de reforço militar e repressão em Moçambique feita pelos portugueses, logo prontamente negado, deveria deixar o leitor do jornal confuso face às contrariedades expressas e por isso certamente propenso a se questionar: Se está em desenvolvimento uma guerra, porque se reforça com meios militares um território díspar e que não estava em guerra? A resposta surge-nos simples – tempestades fortes viriam e muito mais rapidamente do que se pudesse antever.

O mesmo não aconteceu com o Almirante Sarmiento Rodrigues que, enquanto deputado, chamava a atenção, na Assembleia Nacional, para a possibilidade de o que estava a acontecer em Angola se viesse a verificar na Guiné e em Moçambique, pelo que teria que se reforçar militarmente aquelas províncias portuguesas, empenhando todos os meios militares possíveis. Além da defesa militar, havia, sobretudo, que se encetar o desenvolvimento das províncias ultramarinas, principalmente ao nível do seu povoamento: “é preciso seguir vigorosamente com os planos de desenvolvimento económico e de elevação social entre os quais avulta o nunca por demais apregoado

³¹⁶ Organização Internacional do Trabalho.

³¹⁷ Cf. *Açores*, 11 de agosto de 1962, pp. 1 e 2, “Onze Países Membros apresentaram à Assembleia Geral uma Pérfida Moção”.

povoamento. Para que os anos não passem e nós não tenhamos somente conseguido passar o tempo”.³¹⁸

As ofensivas da ONU contra Portugal continuavam, e não se vislumbrava que qualquer decisão desse fórum internacional houvesse em algum momento sido respeitada. A questão estava em debate e as condenações contra Portugal sucediam-se em catadupa. Mas Portugal, através do então seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, não estava para ceder um milímetro relativamente aos seus territórios ultramarinos e particularmente os Africanos. Pelo que chegou a ser aventada por esse Ministro a forte possibilidade de Portugal abandonar a ONU. E isto ficou a saber-se na sequência de encontros deste com delegados africanos, para a troca de opiniões e ideias, o que acontecia com alguma regularidade. Quando questionado sobre a razão destes encontros e no decurso da conversa foi aludida a hipótese de Portugal poder abandonar as Nações Unidas, este diplomata terá respondido: “poderá com efeito vir a ser necessário dar um passo de tal forma drástico, se a Carta das Nações Unidas e a moralidade internacional não forem respeitadas.”³¹⁹ Este foi talvez o último grito de alerta da posição firme de Portugal contra as diversas condenações da ONU relativamente à questão ultramarina, mas como nos diz a História, tal não teve qualquer efeito no desfecho da situação.

O combate no palco da ONU iria assim durar durante vários anos, porque naquela época Portugal ainda tinha margem de manobra para a sustentação da guerra que ia proliferando em Angola e se adivinhava poder vir a eclodir em Moçambique. Nesse tempo as receitas ainda iam dando para as despesas, pois ao que podemos constatar as contas públicas iam sendo positivas, como se pode observar a 14 de agosto de 1962, numa demonstração de resultados referente ao ano anterior (1961) em que o

³¹⁸ *Diário da Assembleia Nacional*, sessão de 27 de Abril de 1961, in <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r2.dan&diary=anl7sl4n216-0881&type=imagem> (consultada em 2 de dezembro de 2012).

³¹⁹ Cf. *Açores*, 25 de outubro de 1963, pp. 1 e 3, artigo central de primeira página.

saldo se ficara pelo cerca de mil cento e sessenta e seis contos positivos. Nos anos seguintes a situação parecia manter-se, e para o ano de 1964 também se previa um saldo positivo do Orçamento Geral do Estado em 2100 contos.³²⁰

A questão pertinente a ser especulada pelos leitores mais atentos e público em geral era a de saber por quanto tempo mais continuaria Portugal a resistir, não à contenção das agressões contra si no terreno ou na ONU, mas sim em relação ao tesouro nacional. Facto era que o saldo das contas se apresentava positivo em anos sucessivos, pese embora o esforço financeiro que a guerra exigia.

8. A censura ao serviço da ideologia

Desde muito cedo é notada a ação da censura com o propósito de fazer tombar a favor da ideologia do regime o apoio da opinião pública, principalmente a portuguesa. Vejamos a título de exemplo que logo no dia em que foram a enterrar as primeiras vítimas do ataque de 4 de fevereiro de 1961 em Angola, se refere terem sido descobertos (por acaso) indivíduos suspeitos (certamente dos ataques). Esta situação originou a que os mesmos fossem “cercados pela polícia, os elementos subversivos dispararam indistintamente sobre os guardas e populares. Do tiroteio resultou a morte de quatro desordeiros, ficando sete feridos.”³²¹ Situação bastante estranha porque dos disparos indiscriminados dos terroristas não surtiu um único ferido ou morto entre os elementos que os cercaram ou o povo em geral.

Passou um mês desde que se reconhecera oficialmente ter tido início a luta armada em Angola. Muitas foram as notícias entretanto publicadas nos jornais, mas essas terão sido bem filtradas pela censura, de tal forma que surge em primeira página o seguinte grito de alerta: “A um mês de luta em Angola o balanço da situação mostra que

³²⁰ Cf. *O Telégrafo*, 31 de dezembro de 1963, p. 1, “Orçamento Geral do Estado para 1964”.

³²¹ Idem, 7 de fevereiro de 1961, p. 4, excerto do artigo “Os acontecimentos em Angola”.

se trata de um movimento de largas proporções.”³²² No desenvolvimento desta notícia nos dá conta com frontalidade e frieza, o correspondente da ANI António Pires, ao referir que apesar do muito que se tem escrito sobre o conflito muito mais ficou por dizer, e isto tem tido uma razão com culpa para vários lados onde se inclui a dos próprios jornalistas, que se dispuseram a pôr uma “cortina de caridoso silêncio em torno de tanta barbárie”. Vai mais longe ao afirmar “...não é honesto nem serve aos verdadeiros interesses nacionais afirmar diariamente que a ordem foi completamente restabelecida, que a situação é calma, que foi retomado o trabalho por toda a parte e que toda a gente se mostra tranquila e confiante.” A verdade no terreno mostrava-se um pouco diferente, com todos os acontecimentos que se deram se verificava que se estava perante um movimento de enormes proporções, o qual inicialmente na sua ação visava os distritos do Congo e Cuanza-Norte, mas que a seguir se ramificou aos distritos do Cuanza-Sul, de Malange, de Benguela e do Huambo. Facto era que se comprovara que o comando dessa organização não estava em território angolano mas sim do outro lado da fronteira a Norte.³²³ O Jornalista ao opinar desta forma e sendo esta notícia publicada sem cortes denota que a censura propositadamente não atuou. Porque sendo este um jornalista da ANI (Agência de Notícias e Informação), ou seja, de uma agência privada mas com apoio oficial, tal só se justificará porque terá sido o próprio regime a verificar que a continuada ocultação dos factos poderia funcionar ao contrário e ser prejudicial para com esse.

Esta posição é também defendida, em 13 de abril de 1961, na Assembleia Nacional, pelo deputado Cardoso de Matos. Com efeito, este deputado lamentava o facto de correr o boato de que a situação em Angola estava pacificada, pois não havia que “ocultar ou deturpar a verdade” afirmando normalidade onde ela não existia. Isto, para além de constituir uma injustiça para com os angolanos que sofriam os dramas dos

³²² Cf. *Diário Insular*, 16 de abril de 1961, p. 1 (título) e também p. 6 (conclusão).

³²³ *Idem*, 18 de abril de 1961, pp. 1 e 6.

ataques terroristas: “É boato que parte daqueles que mais contra ele deveriam lutar, muito ofendendo os Portugueses, que, na brecha, vivendo todos os perigos da situação presente, suportam, com estoica e tenaz valentia, as adversidades de toda a ordem que os assoberbam e que lhes não permitem qualquer sossego, que generosamente têm dado o seu sangue na defesa de um património comum e que, vivendo toda a tragédia que ainda se desenrola, não podem aceitar, não estão dispostos a perdoar, que se afirme normalidade numa situação tão anormal e em que tantos sofrem”. Além disso, havia que “formar a consciência nacional” para que se apercebesse da gravidade do momento e unisse esforços e vontades, pois só assim seria possível vencer o inimigo.³²⁴

Mas há outros sinais que denotam que a censura continua em grande atividade. E tal começa a notar-se com bastante afinco logo no segundo mês do início da guerra em Angola. Vejamos, as notícias nos jornais sobre o conflito já são muitas, diárias e chegam a ser mais do que uma por dia, as tomadas de posição do Governo português já produziram efeitos como a alteração dos Ministros da Defesa e do Ultramar, de que já demos nota, assim bem como a execução da ponte aérea entre Lisboa e Luanda, situação que se subentende para a época em que mais se viajava de barco, a urgência de movimentar pessoas e materiais de avião é sintomática de uma situação explosiva no terreno. Eis que nos deparamos com uma notícia característica da ação da censura que pautará a sua forma de atuar durante todo o conflito. Ou seja, as notícias dos acontecimentos negativos para Portugal são sempre acompanhadas de um contra ponto que fazia com que se pensasse que a situação no terreno estava controlada e pendia para o lado português, observemos este exemplo: “Em Angola – Os ataques terroristas intensificam-se mas os bandos são desbaratados e muitos bandidos feitos prisioneiros graças à valiosa ação das forças de segurança coadjuvadas por milícias de voluntários

³²⁴ Cf. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 13 de Abril de 1961. <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r2.dan&diary=anl7sl4n209-0569&type=texto> (consultada em 10 de dezembro de 2012).

brancos e de cor.”³²⁵ Com a distância que este nosso trabalho é agora feito e apresentado em relação ao início da Guerra do Ultramar (53 anos) verificamos quanto bem montado está este título. Nele está contido a constatação indiscutível de que estávamos em guerra, esta estava em crescendo em favor dos ditos terroristas, os mesmos são apelidados de meros bandidos sem escrúpulos, que são uma organização desorganizada pois são capturados com relativa facilidade, as nossas forças no terreno apresentavam-se como suficientes para dar conta dos acontecimentos, todos os portugueses residentes naquele território faziam parte da solução e em entreaajuda constituindo-se em milícias ajudavam as forças de segurança para estabilizar a situação; e não menos importante é a referência a que todos, brancos e de cor, eram parte integrante das milícias referidas. Está implícito a este título também a ideia de que Portugal além de pluricontinental é também plurirracial.

Ainda sobre a questão de um regime plurirracial, de que Portugal tanto se orgulhava de possuir, são inúmeros os exemplos que se podem aferir através da leitura dos jornais de que este é apenas mais um: “comandada por um cabo preto, uma pequena força de soldados nativos desbaratou ontem um grupo de terroristas que os atacou a poucos quilómetros de Úcua...”³²⁶ Este é mais um exemplo de uma notícia que servia em pleno os interesses do regime, porque nela se demonstrava que brancos e pretos eram irmãos de nacionalidade e agora de armas. Mas mais ainda, este grupo ao que nos deu a entender era constituído por nativos e até era em pequeno número, o que demonstra para os envolvidos a sua força e a sua capacidade de combate, e enaltecia o seu valor. Este é um típico exemplo de propaganda aliada à censura.

Entre muitos outros referimos mais este sinal do bom trabalho da censura promovida pelo regime que se pode encontrar nos jornais que pesquisamos, por nada se encontrar aí escrito sobre o tema, é o episódio da tentativa de Golpe de Estado

³²⁵ Título completo de uma notícia em primeira página no jornal *Açores* de 21 de abril de 1961.

³²⁶ Cf. *Açores*, 22 de abril de 1961, p. 2, “Mais uma derrota dos terroristas”.

promovida por Botelho Moniz. Aliás, não conseguimos vislumbrar por uma única vez o nome desse General em qualquer dos jornais que trabalhamos.

Assim se prova que a censura funcionou muito bem, apagando do conhecimento geral as fragilidades do próprio regime.

CAPÍTULO IV

MOVIMENTOS DE APOIO AOS MILITARES AÇORIANOS

1. As ações da Comissão de Assistência ao Soldado Açoriano (CASA)

Fundada a 1 de maio de 1961 em Lisboa por um grupo de senhoras açorianas aí residentes, o seu logotipo é uma ave de rapina regional, o milhafre ou açor, com as asas abertas e os pés assentes no escudo nacional, colocado por cima das letras CASA.³²⁷ Dizia o jornal que esta instituição não possuía receitas próprias, pelo que vivia e desenvolvia as suas atividades do que lhe davam, e queixava-se de que poucos ou nenhuns apoios vinham da parte das autoridades e firmas açorianas. Por essa razão e com o fim de obter fundos, decidiram realizar nas comemorações do seu terceiro aniversário uma angariação dos mesmos, na Casa dos Açores em Lisboa. Esse evento seria preenchido, como constava do seu programa, por uma pequena dissertação sobre a missão e a ação da Comissão; pela apresentação dos militares então condecorados pelos seus feitos na guerra do Ultramar; um desfile de trajes regionais açorianos e a eleição da Miss Açores 1964 (talvez em resposta ao repto lançado pelo *Açoriano Oriental* na sua edição de 14 de março de 1964 na página 1) de entre as jovens açorianas residentes em Lisboa; previa o programa que a sessão encerraria com um baile.³²⁸

Precisamente na sequência da falta de meios próprios, como atrás se refere, é que esta organização apelava através do jornal a todos os verdadeiros açorianos que patrocinassem a sua causa, porque era necessário apoiar os que estavam desterrados para o Ultramar e isso, além de meritório, era dever de todos; e que os açorianos em

³²⁷ *Açores*, 19 de novembro de 1964, p. 1, ao centro.

³²⁸ *Idem*, 10 de junho de 1964, p. 4 “A Comissão de Assistência ao Soldado Açoriano e o seu III aniversário”. Este anúncio sobre as comemorações também encontra eco no *Açoriano Oriental* de 13 de junho de 1964, na página 5.

primeiro lugar deveriam apoiar os “seus” conterrâneos militares, e esse apoio era mais conseguido objetivamente se tal fosse feito através da referida organização.³²⁹

A CASA teve como propósito desde a sua fundação o de apoiar de alguma maneira os militares açorianos que partiam para o Ultramar e as suas famílias, confirme-se: “São pequenas lembranças na hora da despedida e do regresso, visitas aos hospitais e às Unidades onde estão aquartelados antes da abalada, envio de encomendas, auxílio às famílias, resolução de assuntos particulares e muitas coisas.”³³⁰

Atestando o que atrás referimos veja-se a notícia da comunicação da morte de um soldado oriundo de São Miguel e natural da Freguesia de Ponta Garça, apesar de não ter sido em combate mas sim num acidente na sua própria unidade militar – a Bateria de Artilharia, que é feito não pelos serviços oficiais mas sim pela CASA.³³¹

Apesar dos bons propósitos referidos as ações desta comissão não eram muito visíveis, a julgar pelo que escrevia a comunicação social da altura. A tal comprovar, analisamos uma notícia de primeira página reportando-se a essa comissão na qual não encontramos nada de valoroso em prol dos seus propósitos, a não ser uma fotografia do seu secretário, Mendonça Furtado, ao lado de um militar açoriano que havia sido condecorado a 10 de junho, bem como referenciava que nessas comemorações estivera o mesmo em representação da Comissão, pela razão de que entre os condecorados se encontravam açorianos.³³²

Também se verificou que no dia do regresso a São Miguel dos militares expedicionários a Angola e por altura da celebração de agradecimento a Deus, que teve lugar em frente ao Santuário da Esperança, lado a lado com o MNF se encontravam senhoras pertencentes à CASA.³³³

³²⁹ Cf. *Açores*, 19 de novembro de 1964, p. 1.

³³⁰ *Idem*, 10 de junho de 1964, p. 4.

³³¹ *Idem*, 12 de março de 1965, p. 1 e 6.

³³² *Idem*, 5 de julho de 1964, p. 1.

³³³ CASA – Comissão de Auxílio ao Soldado Açoriano. Cf. *Jornal Açores*, 23 de julho de 1963.

Até novembro de 1963 as atividades da CASA estão relativamente sumidas, pelo menos em termos de tratamento jornalístico, o que nos leva a pensar que as mesmas se haverão confundido com as do MNF, visto que as duas instituições estavam a trabalhar para um fim similar. Tal pôde comprovar-se mais uma vez, aquando do regresso a São Miguel da Companhia de Caçadores 195, e que em primeira página abaixo de uma fotografia alusiva a esse regresso se pode ler “O Comandante da C. C. 195 e as Senhoras Presidentes da Comissão de Assistência ao Soldado Açoriano e do Movimento Nacional Feminino trocam ramos de flores.”³³⁴ Esse gesto resulta de uma homenagem que fora feita pelo Comandante da força expedicionária Capitão Arnaldo Manuel de Medeiros Ferreira³³⁵, às senhoras Baronesa da Fonte Bela, Presidente do MNF; e Dona Josefa Gabriela Correia Hintze Ribeiro, Presidente da CASA, por tudo o que estas dirigentes associativas tinham feito em benefício dos soldados micalenses que haviam combatido em Angola - O gesto foi recíproco.³³⁶

Ficaram os açorianos a saber através das páginas do jornal que a Comissão Central da CASA, prosseguindo os seus objetivos, fez diversas visitas a soldados açorianos hospitalizados no continente, e a todos distribuiu pequenas lembranças, como bolos, bolachas, livros, revistas, artigos de uso pessoal e cigarros. Momento que havia sido aproveitado para desejar a esses bravos um Bom Natal, porque com espírito de sacrifício e patriotismo eram o exemplo vivo do bom português.

Nesta sua ação também não foram esquecidos os militares açorianos destacados no Ultramar, aos quais, através das delegações da CASA nessas regiões terão recebido

³³⁴ *Açores*, 14 de novembro de 1963, p. 1.

³³⁵ Esse militar foi louvado e agraciado com a Cruz de Guerra pela sua ação relevante enquanto oficial cumpridor, dinâmico, inteligente e sabedor, que contribuiu com a sua ação para um bom êxito das operações que lhe haviam sido confiadas durante a sua estada no Teatro de Operações, nomeadamente nas regiões de Lefunde, Lueca, Goge, Bitebite-Andimba, Uíge, Ganzundo e Quitoque, localizadas no setor I em Angola. Cf. *Açores*, 13 de Novembro de 1963, p. 1, com fotografia ao centro.

³³⁶ Cf. *Açores*, 14 de novembro de 1963, pp. 1 e 3.

milhares de cigarros, e também foram enviados 750 quilos das mais diversas encomendas, remetidas pelas famílias, e que esta organização se encarregara de remeter.

Além destas houve uma ação de enorme relevo que vinha a ser feita pela CASA que era a de tentar arranjar emprego para os desmobilizados, os quais eram bem merecedores desse.³³⁷

A 30 de novembro de 1965 havia sido celebrado em Lisboa a passagem do 4º aniversário da CASA, sendo que esta instituição tinha sido fundada em data diferente desta (1 de maio), mas que nessa não tinha sido possível a sua comemoração. De qualquer maneira, e com a casa cheia, naquele dia mais uma vez se prestou homenagem aos soldados condecorados no dia 10 de junho. Nessa sessão muito se disse e alguns foram os oradores que a abrilhantaram. O Tenente-Coronel Pamplona Corte Real, a quem fora dada a palavra, começou por elucidar no seu entender a razão da existência desta comissão feminina, que era por causa dos acontecimentos de 15 de março de 1961, e que provocaram a partida logo dois meses depois de um contingente militar açoriano, constituído pelas Companhias de Caçadores 110 e 111, que vieram a integrar-se no Batalhão de Caçadores 109. Continuou dizendo que aquela situação era difícil de viver, quer pelos militares como pelas suas famílias, o que exigia da sociedade civil um apoio suplementar às mesmas, pelo que terá surgido este movimento. Assim, pelo orador, muitas foram as referências elogiosas feitas às senhoras que compunham aquela organização, pelo desenvolvimento da sua ação no campo assistencial, com o objetivo de melhorar o moral e o bem-estar dos soldados açorianos, com especial relevância aos que se encontravam no Ultramar. Para desenvolver este propósito era exigido às suas constituintes um sólido espírito de sacrifício, o qual resultava na devoção e no amor ao próximo, e que tinha efeito na sua notável atividade no campo assistencial. E pela sua ação o soldado português e as suas famílias sentiam-se mais confortadas. Também

³³⁷ Cf. *Açoriano Oriental*, 15 de fevereiro de 1964, p. 5.

fizera uma referência ao secretário da instituição, seu braço direito, que juntamente com as suas dirigentes e colaboradoras eram merecedores de uma justa homenagem pela sua admirável prestação enquanto irmanados na mesma causa - o apoio ao soldado açoriano.³³⁸ Mais disse que uma das suas primeiras razões para ali se encontrar naquele dia era a de prestar a sua homenagem de viva voz aos quatro soldados açorianos que haviam sido louvados no passado dia 10 de junho e que por razões diversas não podiam naquele dia se encontrar presentes. Mais referiu que, eles representavam o que de melhor temos, pelas suas qualidades inextinguíveis, coragem, bravura, abnegação, heroísmo e outras, que fizeram deles na sua juventude os melhores de entre os melhores, lutando para a defesa dos territórios portugueses no Ultramar. Eram por isso uns verdadeiros patriotas, que pelos seus feitos bem mereciam a admiração e o respeito de todos, disse. E para terminar a sessão usou da palavra o secretário da instituição agradecendo ao ilustre orador a sua dissertação, e retribuiu aos presentes a sua compreensão e bondade pelas generosas ofertas que haviam feito, contribuindo dessa maneira para a facilidade da continuidade da prossecução dos objetivos da CASA. A sessão prosseguiu com um espetáculo de variedades e terminou com um baile animado, que haveria de durar até às cinco horas da madrugada.³³⁹

Todos esses eventos promovidos pela CASA tiveram muito significado, mas os de maior relevo terão sido os que visavam o Natal. Por isso é que desde o início da mobilização de militares açorianos para Angola, as famílias e sociedade em geral estavam perfeitamente cientes de que o Natal seria sempre uma época de muito sofrimento para os militares em campanha. A festa da família vivida longe, muitas vezes em situações precárias ou desprovidas de qualquer tipo de conforto, em clima de insegurança física e de tensão emocional, seria certamente muito dolorosa para aqueles jovens. Assim, logo em novembro de 1961 uma Comissão de Assistência ao Soldado

³³⁸ Cf. *Açores*, 14 de dezembro de 1965, p. 4.

³³⁹ *Idem*, 15 de dezembro de 1965, pp. 1 e 8.

Açoriano (CASA) sedeada nas Lajes do Pico tem a iniciativa de angariação de fundos exclusivamente com o fim objetivo de se destinar ao Natal dos soldados açorianos. Nos concelhos de S. Roque e da Madalena os fundos recolhidos nessa altura para o fim referido cifraram-se em 2.829\$00.³⁴⁰

Já em novembro de 1962, na continuidade das ações que a CASA desenvolvia foi pedido com a antecedência devida para que as pessoas interessadas no envio de lembranças ou artigos para ofertar aos seus familiares, que os mesmos deviam ser enviados via CTT com destino à sede desta organização a fim de serem reexpedidos rapidamente, de tal forma que estas lembranças chegassem a tempo aos seus destinatários. E mais recomendava que essas encomendas fossem bem identificadas a quem se destinavam e que entre os artigos a enviar não se incluíssem os facilmente perecíveis, porque a viagem até ao destino final era longa, e o objetivo dessas encomendas era o de fazer com que os soldados açorianos tivessem uma boa consoada.³⁴¹

Tudo se repete em novembro de 1964, pois conseguimos vislumbrar, inserido numa notícia uma nota de apelo ao eventual apoio para os nossos soldados espalhados por todo o território nacional, incluindo o Ultramar. Isto porque se aproximava o Natal e essa era uma época que seria da maior importância ser vivida com entusiasmo, e para isso se apelava às pessoas que contribuíssem com o que lhes fosse possível, para enviar aos soldados. O pedido não exigia nada em particular, tudo servia para um soldado, uma esferográfica, cigarros, papel de carta ou mesmo doces. O que importava era contribuir para minorar o sacrifício a que esses militares estavam a ser sujeitos, para a manutenção

³⁴⁰ Cf. *O Dever*, 18 de novembro de 1961, p. 1.

³⁴¹ Cf. *Açoriano Oriental*, 10 de novembro de 1962, p. 1.

da integridade territorial, e esta deveria ser uma razão de monta a que todos os açorianos se mostrassem disponíveis para contribuir.³⁴²

Nas suas visitas a hospitais e sanatórios, no cumprimento da sua missão assistencial e amiga, as senhoras dirigentes deste movimento eram sempre portadoras de uma lembrança ou de um mimo. E o jornal salientava que estando-se prestes do Natal havia que apelar mais uma vez ao apoio desinteressado de todos para que elas pudessem continuar a desenvolver os seus propósitos assistenciais, que eram os de todos os açorianos.³⁴³

Também na cerimónia da comemoração da passagem do IV aniversário da CASA, e aquando do uso da palavra, o Tenente-Coronel Pamplona Corte Real aproveitou, entre as muitas referências à ação do movimento, para relatar que se aproximava um momento único no nosso calendário, a festa mais querida para todos, que era o Natal, e esse ia ser dificilmente vivido pelos nossos militares, principalmente os que estavam no Ultramar, e para isso, solicitou aos presentes naquela cerimónia, para que aquela festa pudesse ser vivida com uma certa normalidade por esses militares que seriam necessários, para além do apoio moral que aquela instituição vinha fazendo, apoios materiais, e para isso o mesmo contava com a generosidade de todos os presentes e de todos os açorianos, contribuindo com o que pudessem, em géneros ou mesmo em dinheiro, e este serviria além do mais também para aumentar o fundo assistencial, com o propósito de melhor servir. Este apelo, vindo de quem vinha, deverá ter feito muito eco entre os presentes, isto porque o Tenente-Coronel Pamplona Corte Real era já um veterano de guerra, embarcado na mesma viagem que os primeiros açorianos, na qualidade de 2º Comandante do Batalhão de Caçadores 96.

³⁴² Cf. *Açores*, 19 de novembro de 1964, pp. 1 e 8, “Os Açorianos ainda não compreenderam a ação da CASA”.

³⁴³ *Idem*, 14 de dezembro de 1965, pp. 1 e 4.

2. Os apoios do Movimento Nacional Feminino (MNF)

Para que um País envolvido num conflito avente a ter sucesso é solicitado que todos se envolvam nele, de qualquer forma: dirigindo, participando, financiando, e até apoiando moralmente. Foi precisamente isto que fez um grupo de mulheres portuguesas ao fundar o Movimento Nacional Feminino (MNF), o qual se estendeu nos anos sessenta do século XX a várias parcelas do território nacional e ultramarino, onde os Açores não ficaram esquecidos. É nesse contexto que surge no jornal o seguinte apelo: “Movimento Nacional Feminino: Reunião das mulheres de S. Miguel no Salão Paroquial de S. José hoje, às 21 horas.”³⁴⁴ O dia de hoje a que nos referimos reporta-se a 23 de agosto de 1961. Nesse artigo, que merece honras de primeira página, referia-se que aquele era um evento que serviria para apelar de uma forma forte e sentida a todas as mulheres micalenses que se disponibilizassem para seguir os propósitos daquela organização, afiliando-se a ela e sendo “Madrinhas” para apoiar os nossos militares embarcados para o Ultramar, e poderem também prestar apoio moral e material às famílias dos soldados açorianos. Tratava-se de um imperativo verdadeiramente cristão e esse não era alheável da verdadeira mulher portuguesa. Além do mais, afirmava-se no artigo, todas as mulheres eram mães ou esposas ou irmãs de algum desses militares, e a que não tivesse ligação no imediato certamente viria a ter, porque a defesa da soberania nacional era um imperativo, logo, mais cedo ou mais tarde tocaria a todos. Esses eram os propósitos essenciais dessa organização feminina, e para que a mesma pudesse prosseguir os seus intentos estava a tentar instalar em S. Miguel um núcleo e para tal contava com as mulheres micalenses. Para isso é que se convocava uma reunião para aquele dia (23 de agosto de 1961) no Salão Paroquial de S. José, momento em que se acreditava pudesse vir a nascer um núcleo para atuar na cidade (Ponta Delgada) e que

³⁴⁴ *Açores*, 23 de agosto de 1961, p. 1.

mais tarde se poderia alastrar a outras localidades da ilha de S. Miguel. Por um propósito tão nobre era esperado que as micaelenses estivessem presentes naquela iniciativa, e que naquele momento tão difícil pusessem de lado as diferenças e os interesses pessoais, porque estes eram díspares da gravidade do momento que se vivia, em que a generosidade poderia fazer a diferença.³⁴⁵

Sem conseguirmos perceber com firmeza que em resultado desta reunião se instalou ou não o tal pretendido núcleo somos levados a acreditar que sim por uma notícia intitulada “Movimento Nacional Feminino – Donativos recebidos.”³⁴⁶ Não é descabido se nomearmos que as dádivas iam de maços de cigarro a retalhos de flanela, passando por livros e miniaturas de licor. Dá-nos a ideia de que tudo serve para ajudar. Na mesma notícia mas em subtítulo “Sorteio” apercebemo-nos que este já havia sido precedido da venda de senhas, porque se identificava o vencedor de um equipamento doméstico, por ser possuidor de senha com o número ganhador. E estes eram indícios dos serviços e do trabalho em desenvolvimento por esse movimento em favor dos soldados que prestavam serviço em Angola.

Também se constata que foi promovido pelo MNF e estava em curso uma campanha para a angariação dos mais diversos artigos destinados aos soldados que no Ultramar defendiam a integridade territorial.³⁴⁷

Em outra campanha de alcance nacional promovido pelo MNF foram angariados 100 contos para o Natal do Soldado no Ultramar, doados pelos administradores, empregados e operários das minas de Aljustrel e S. Domingos.³⁴⁸

Às atividades do MNF é-lhes dada grande visibilidade na imprensa pelo que merecem repetidamente destaque de primeira página, por menores que fossem; porque tudo era necessário fazer que elevasse o espírito dos que ficavam na Metrópole, onde se

³⁴⁵ Cf. *Açores*, 23 de agosto de 1961, pp. 1 e 2.

³⁴⁶ Idem, 23 de novembro de 1961, p. 5, coluna da esquerda ao centro.

³⁴⁷ Cf. *Diário Insular*, 4 de agosto de 1961, p. 1.

³⁴⁸ Cf. *Açores*, 29 de outubro de 1961, p. 11, coluna da direita ao centro.

incluíam as Ilhas Adjacentes. Nessas atividades pressupomos serem por norma convidadas as famílias dos combatentes açorianos no Ultramar - confirmemos a propósito de uma dessas ações: “desnecessário realçar o intuito da festa, porque tudo o que seja contribuir para o Movimento Nacional Feminino, reveste carinho da presença e auxílio junto das famílias dos nossos combatentes de África. Mas há também a parte social, na qual as crianças vão confraternizar no mais agradável ambiente, numa quadra de diversões carnavalescas, que são a festa por excelência da juventude.”³⁴⁹ Este é um dos exemplos, entre muitos outros, dos esforços feitos por essa organização feminina em propiciar algum bem-estar junto aos familiares dos ditos militares mobilizados, minorando o seu lamento pela ausência dos seus entes mais queridos. E estas ações desenvolvidas por mulheres pertencentes ao MNF, ligou-as em definitivo aos objetivos do poder instalado e do regime então vigente.

Este movimento depreende-se ter tido bastante influência junto à sociedade civil, desde logo porque era dirigido por senhoras de classe alta, logo, todas as ações por ele realizadas tinham quase certo o sucesso garantido desde o início. E a facilidade do contacto com personalidades de visibilidade internacional, que aumentava o prestígio interno do MNF também se verificou, pelo menos por uma vez, aquando do trânsito do ator do cinema americano Jonh Wayne, que na sua passagem pelos Açores, concretamente em São Miguel, teve a oportunidade de estar presente num baile organizado por esse movimento, tendo o mesmo referido o gosto que tivera por aí ter estado, e disse ter-se sentido satisfeito em ajudar naquilo que lhe era possível.³⁵⁰

Foram de grande significado muitas das ações levadas a cabo pelo MNF, mas há uma de grande valia e visibilidade que foi aquando do regresso do primeiro contingente de militares expedicionários à Ilha de São Miguel, lá estavam à sua espera muitas

³⁴⁹ Cf. *Açores*, 10 de fevereiro de 1963.

³⁵⁰ Cf. *O Telégrafo*, 2 de julho de 1963, última página, coluna da direita em baixo.

senhoras desse movimento acolhendo e brindando com cigarros e *drops* (vício dos mais novos) todos os que regressavam.³⁵¹

Em novembro do ano de 1963 podemos constatar que mais uma vez, e servindo os seus princípios, estava a movimentar-se o MNF ao anunciar que, brevemente chegavam valorosos soldados açorianos que regressavam da sua missão no Ultramar, e que os iríamos novamente bem receber. Para isso era solicitado a todas as senhoras que pertencessem à Comissão Distrital daquele movimento que tivessem vontade em fazer parte do comité de boas vindas, se dirigissem ao lugar previamente acordado a fim de receberem os braçais do MNF. Isto porque unicamente as portadoras destes braçais seriam autorizadas a entrar no Cais de desembarque.³⁵²

No prosseguimento da sua atividade o MNF junta-se à população de Angola, que organizara uma jornada de homenagem aos militares falecidos na defesa dessa província, tendo decidido enviar para aí flores, que simbolicamente seriam colhidas em todos os distritos da Metrópole e transportadas por meios aéreos. O propósito dessas flores era a de virem a ser colocadas no monumento que se situava próximo do Quartel Geral de Luanda e que recordava os que tombaram em defesa da Pátria.³⁵³

Como se verifica o trabalho e a ação do MNF foi sempre em prol dos outros, militares portugueses, que pela sua condição de expedicionários em terras do Ultramar precisavam de um apoio acrescido que as famílias não conseguiam dar. Também apoiavam militares que estivessem em hospitais em convalescença ou mesmo os que estavam em quartéis fora da sua região de origem. Para levar a efeito as suas ações esse movimento precisava do auxílio de terceiros, viessem de qualquer parte. E essa ajuda foi muitas vezes conseguida à custa da sociedade civil que se disponibilizava desinteressadamente nas mais variadas realizações, de que damos última nota este

³⁵¹ Cf. *Açores*, 23 de julho de 1963, p. 1, coluna da direita, penúltimo parágrafo.

³⁵² *Idem*, 6 de novembro de 1963, pp. 1 e 3.

³⁵³ Cf. *O Telégrafo*, 29 de abril de 1964, p. 1.

evento o qual tinha sido promovido por professores do Rosário da Lagoa, em São Miguel, contando com o apoio da Câmara Municipal local e do proprietário de uma casa de espetáculos: “Na última quarta-feira teve lugar no Salão Cine Lagoense, gentilmente cedido pelo proprietário, uma récita infantil, cujo resultado reverteu a favor do Movimento Nacional Feminino.”³⁵⁴

Pela sua ação a mulher portuguesa, na Metrópole e no Ultramar, tornou-se basilar no desenrolar da guerra. Verificamos como apontamento dessa realidade a intenção que o governo português da altura, por sugestão do Ministro do Ultramar, pretendia levar a cabo a execução em Moçambique de um monumento que honrava a postura firme da mulher portuguesa na defesa do Ultramar; e que para tal já havia sido realizado um concurso para a construção do referido monumento.³⁵⁵

Pela mesma razão da valia feminina como basilar no conflito e o envolvimento das mulheres nesse (voluntária e involuntariamente), e por razões da inexistência até àquela data (junho de 1962) de qualquer condecoração específica atribuível às mulheres, decidiu a Presidência do Conselho e os Ministérios do Exército e da Marinha em criar uma medalha significativa para premiar o “Mérito Feminino – Pela Pátria”. Esse galardão, que poderia ser em bronze, ouro ou prata, destinava-se a condecorar a mulher portuguesa que se distinguisse pelas suas ações na defesa da integridade nacional – patrimonial ou moral.³⁵⁶ Portanto não havia que duvidar, a mulher portuguesa era basilar no confronto de Angola, quer pelas ações no terreno, quer pelo facto de ter dado os seus filhos para aí combaterem ou até pelo conforto moral que se prontificaram a dar a qualquer um dos militares mobilizados que o solicitasse. Assim se comprovava o envolvimento de todos naquela guerra, homens e mulheres, porque o bem que exigia proteção era maior do que esses – a Pátria.

³⁵⁴ *Correio dos Açores*, 24 de junho de 1962, p. 1.

³⁵⁵ Cf. *Açores*, 7 de agosto de 1962, p. 1, 2ª coluna da esquerda em baixo.

³⁵⁶ *Idem*, 6 de junho de 1962, p. 1, “É criada a medalha ‘mérito Feminino – Pela Pátria’ destinada a galardoar a mulher portuguesa.”

3. Outras iniciativas

Como forma de apoiar moralmente ou materialmente os açorianos que tinham familiares, amigos ou conhecidos em África, e as vítimas do terrorismo, além das instituições já referidas foi a sociedade em geral que desenvolveu ações da mais variada índole, principalmente através das associações católicas ou similares, debatendo questões africanas e principalmente angariando fundos para a causa. Para isso desde cedo se mobilizou a sociedade civil, que os fez encaminhar para a Cruz Vermelha Portuguesa, que se encarregara de os utilizar da forma que melhor servisse o interesse dos militares e vítimas do terrorismo de Angola. Para tal propósito se fica a saber através das páginas do jornal que logo a 27 de Abril já estavam em marcha em Ponta Delgada e Angra diversas campanhas que tinham como propósito angariar donativos para auxiliar as infelizes vítimas da barbárie que vinha assolando Angola. Esperava-se que tais iniciativas chegassem rapidamente ao Faial, que era exímio na participação naquele tipo de campanhas.³⁵⁷ A esse propósito logo dois dias depois se dava nota de uma iniciativa do Fayal Sport Club que iria organizar um torneio de futebol de cinco, que se esperava muito concorrido, em que o produto da sua receita reverteria integralmente a favor do auxílio às vítimas do terrorismo em Angola.³⁵⁸ Ao constatar-se este tipo de notícias, fica-se com a noção de que, desde o início do conflito a sociedade se mobilizou para encontrar soluções de apoio aos afetados, em especial com campanhas de angariação de fundos e bens.

Com este intento se verifica que estava previsto para o dia 22 de maio de 1961 às 14 horas, organizado pelos Finalistas do Liceu Nacional da cidade de Ponta Delgada, com o propósito de angariar fundos a favor das vítimas do terrorismo em Angola, um evento que contava com diversas atividades desportivas, de que se destacavam: gincana

³⁵⁷ Cf. *O Telégrafo*, 27 de abril de 1961, p. 1, “Auxílio às vítimas do terrorismo em Angola”.

³⁵⁸ Idem, ibidem, “Torneio de Futebol a favor das vítimas de Angola”.

de motos e bicicletas, corridas dos 100 e 400 metros, salto em altura e comprimento, e um jogo de futebol que poria frente a frente uma equipa do Liceu e outra da Escola Industrial. O custo do bilhete seria de 5\$00.³⁵⁹

Outra iniciativa de grande alcance havia sido organizada pela Corporação dos Espetáculos a qual tomara a decisão da atribuição de todo o dinheiro bruto conseguido com a realização de todos os espetáculos a acontecer em 10 de Junho de 1961. Esta receita reverteria na totalidade a favor das vítimas do terrorismo em Angola, e seria entregue à Cruz Vermelha Portuguesa.³⁶⁰

Também iriam ser organizadas, por ilustres senhoras da Ilha de São Miguel, umas verbenas com o propósito de angariar fundos, com a finalidade de colmatar os estragos provocados pelos terroristas em Angola aos portugueses afetados. Apelava-se portanto à participação de todos os micaelenses naquela tão nobre iniciativa.³⁶¹

Muitas foram as outras iniciativas levadas a cabo por nacionais portugueses da metrópole e das ilhas com o intuito de minorar o sofrimento dos que em Angola foram ou eram vítimas dos sangrentos ataques terroristas, e que iam sendo vislumbradas em pequenas notas inseridas em notícias do jornal relativas ao desenvolvimento da guerra. Estes são apenas alguns exemplos do que pretendemos elucidar:

Anunciava-se que no Salão Paroquial de São José a 20 de outubro, dia coincidente com o do Missionário, se realizaria uma conferência, a qual seria proferida pela Sr.^a D. Maria Luísa Forjaz Sampaio Pacheco de Castro, e tinha por assunto “O Açoriano em África”.³⁶²

“Tourada à corda no Monte Brasil em 4 de junho a favor das vítimas de Angola.”³⁶³ No desenvolvimento desta notícia ficamos a saber que seria promovido pelo

³⁵⁹ Cf. *Açoriano Oriental*, 20 de maio de 1961, p. 4.

³⁶⁰ Cf. *Diário Insular*, 30 de maio de 1961, p. 1, ao centro em baixo.

³⁶¹ Cf. *Açoriano Oriental*, 17 de junho de 1961, p. 1.

³⁶² Cf. *Açores*, 18 de outubro de 1963, p. 1, coluna da esquerda.

³⁶³ *A União*, 29 de maio de 1961, p. 1.

Rádio Clube de Angra uma tourada que tinha como propósito angariar fundos para apoiar as vítimas do terrorismo em Angola. Tal acontecimento não traria despesas para a organização pois que os toiros eram uma oferta de um ganadeiro local.

“Solidariedade Nacional: Os ferroviários que prestam serviço na Beira e Moçambique ofereceram 161 contos para as vítimas do terrorismo em Angola.”³⁶⁴

“Notícias da noite: Lisboa, 20. n. – Ascende já a 220 contos o total de donativos angariados em Macau por uma comissão de senhoras a que preside a esposa do Governador da Província, destinados a socorrer os que em Angola sofreram as consequências do terrorismo.”³⁶⁵

“Solidariedade Nacional: As entidades patronais das indústrias de cerâmica de Coimbra vão conceder um subsídio mensal às famílias dos seus trabalhadores que se encontram a prestar serviço militar nas províncias ultramarinas.”³⁶⁶ Apelo que seria repetido e reforçada a sua importância, com honras de primeira página logo no dia seguinte pelo mesmo jornal.

Nesse mesmo dia mas em outro jornal ficamos a saber que havia um peditório em curso a favor das vítimas de Angola, o qual tinha sido referido em edições anteriores, mas que só naquela altura era mais merecedor de nota porque se ficara a saber que tal donativo provinha da Comissão do Império do Espírito Santo da Ribeirinha, Ilha Terceira.³⁶⁷

“Solidariedade Nacional: 216 contos foi o montante da contribuição do Município de Cascais para as vítimas do terrorismo em Angola. A quantia foi já enviada à Cruz Vermelha por intermédio do Governador Civil de Lisboa.”³⁶⁸

³⁶⁴ *Açores*, 20 de julho de 1961, p. 5.

³⁶⁵ *Idem*, 21 de julho de 1961, p. 2.

³⁶⁶ *Idem*, 23 de julho de 1961, p. 9.

³⁶⁷ Cf. *A União*, 23 de junho de 1961, p. 1.

³⁶⁸ *Açores*, 26 de julho de 1961, pp. 1 e 3.

Também promovida pelo jornal *O Século* estava em curso uma campanha de angariação de cigarros para remeter às Forças Armadas portuguesas no Ultramar.³⁶⁹

Os apoios para as vítimas do terrorismo chegavam de todo o lado, até do Brasil, em que os portugueses aí radicados promoveram uma subscrição para o fim referido, tendo atingido naquela altura a quantia de 50 milhões de cruzeiros. Sustentava aquela comunidade portuguesa radicada no Brasil que apesar da sua condição não esqueceram as suas raízes, pelo que a atribuição do referido apoio, conseguido através da mais ampla subscrição, para as vítimas de Angola, era também um imperativo daquele momento, em que o sofrimento de qualquer português em qualquer parte do mundo é o sofrimento de todos os portugueses, onde quer que esses se encontrassem.³⁷⁰

Por iniciativa das senhoras da CASA, é proposto que em todas as ilhas dos Açores fosse erguido um monumento que perpetuasse para memória futura todos os combatentes desta parcela territorial portuguesa que passaram pelo Ultramar em defesa da Pátria. Tal intenção fica a saber-se em fevereiro de 1964, no jornal em caixa fechada que “Para orgulho do povo açoriano, esperando que seja perpetuado no duro mármore, para que os vindouros os tenham como exemplo, devendo escolher-se o melhor local em cada uma das ilhas onde se erga um padrão alegórico à intervenção e colaboração dos jovens açorianos na defesa da integridade e independência desta ditosa Pátria que tais filhos tem.”³⁷¹ Como se sabe esta proposta nunca se materializou.

³⁶⁹ Cf. *Diário Insular*, 4 de agosto de 1961, p. 1, lado direito em baixo.

³⁷⁰ Idem, 27 de outubro de 1961, pp. 1 e 3, no artigo “A solidariedade dos portugueses no Brasil para com os portugueses de Angola”.

³⁷¹ *O Telégrafo*, 13 de fevereiro de 1964, p. 1.

CONCLUSÃO

Findo este percurso de investigação, em que se consultaram e analisaram um conjunto de fontes primárias manuscritas (as histórias de unidade, arquivadas no RG2) e obtiveram relatos orais (entrevistas a dois antigos combatentes, veteranos de guerra, incorporados na primeira unidade mobilizada nos Açores com destino a Angola), jornais, revistas e a bibliografia disponível, que com o passar do tempo vai crescendo de importância e qualidade, podemos afirmar que as visões sobre a Guerra do Ultramar são bastante díspares. Isto resulta, não só dos objetivos visados pelas fontes e bibliografia a que tivemos acesso, mas também do período em que as mesmas foram produzidas, e das influências ideológicas e políticas dos respetivos autores. Por exemplo, uma “história da unidade” tem objetivos definidos, quer justificativos e legitimadores de determinadas ações, quer com o sentido de exaltação da unidade e/ou dos seus comandos e até de uma certa preocupação com a possível avaliação pela “posteridade”.

Isto, naturalmente, não quer dizer que pela documentação e bibliografia disponíveis nunca se atingirá a *verdade*. Atinge-se parcelas da verdade a partir de diferentes ângulos de enfoque da realidade. Mesmo os documentos que aparentemente são mais fidedignos, mais próximos do que “verdadeiramente aconteceu” transportam debilidades em termos de objetividade. Um relatório de operações, por exemplo, ou seja, um documento militar manuscrito, pensado e elaborado por militares, em princípio, “em cima do acontecimento” ficava muito a dever à capacidade de o autor, de forma isenta, em avaliar, analisar e relatar os factos. Mesmo tendo estado presente na ação, não a abrangeu na sua totalidade. Isto para não falar em possíveis intenções de natureza ideológica, de carreira profissional ou outra.

Contudo, com o distanciamento temporal de mais do que 50 anos em relação ao início da Guerra do Ultramar, através dos documentos que vão sendo recolhidos e

publicados; os livros de memórias de guerra; as obras de ficção baseadas em experiências de guerra; os colóquios; os congressos e exposições realizados sobre a temática, permitem já, de algum modo, uma investigação histórica mais rigorosa sobre esse acontecimento.

É evidente, como atrás salientámos, que abordamos as fontes com o rigor crítico possível, tendo-se em atenção que se vivia então um regime autoritário com um sistema de censura bastante duro à imprensa da época. De qualquer modo, a consulta a essa fonte de informação, quer pelo que publica quer pelo que esconde ou enviesa sobre os acontecimentos é fonte essencial para a investigação histórica sobre aquele período – o mais importante, certamente, do século XX português.

O caso do Batalhão de Caçadores 109, por exemplo, teve tratamento quase nulo na imprensa regional, sendo certo que foi a primeira unidade açoriana mobilizada para Angola logo no início do conflito. Excetuando as reportagens da partida e regresso, pouco ou nada se publicou na imprensa sobre a atuação daquele batalhão no teatro de operações. De facto, a imprensa açoriana limitou-se a dar algum destaque aquando da preparação e partida desse contingente, momento duro e difícil de enfrentar pelos próprios e suas famílias, sendo que esses partiram mal preparados, não armados e com a perspectiva de um regresso incerto, o que a imprensa não refere; mas essa faz uma descrição detalhadíssima aquando do regresso desse Batalhão, momento de grande júbilo para os envolvidos, e bem refere o louvor coletivo que a Companhia de Caçadores 111 nele incorporada e oriunda de São Miguel fora alvo por parte do Comandante de Batalhão, e os 45 louvores atribuídos a título individual.

Por esta e muitas mais razões que fomos identificando ao longo da nossa investigação podemos confirmar que, em geral e relativamente à Guerra do Ultramar, a imprensa açoriana foi uma forte aliada do regime vigente, como não podia deixar de ser, pela sua sujeição à ação da censura, e um veículo privilegiado da mensagem política do

governo do Estado Novo, através da propaganda; transformando, por exemplo, as ações concretas de guerra no terreno, de elevada perigosidade e altamente negativas para a imagem de Portugal, em atos de mera gestão corrente dos assuntos do Estado. Ou seja, para o povo e opinião pública em geral tudo naquele início do conflito deveria parecer normal, o que não correspondia ao que na verdade então se passava no terreno. Isto obrigou, naturalmente, ao recurso à bibliografia disponível para que melhor pudéssemos complementar ou esclarecer alguns assuntos ou pontos de vista. Tanto mais que foi muito fácil verificarmos na imprensa, em geral, que a esmagadora maioria dos artigos de opinião aí expressos são de sentido único, que se resumiam a “tudo pela Nação e nada contra a Nação”, o que muito bem servia aos propósitos do regime instituído.

Esse facto não menospreza de forma alguma a grande utilidade que a imprensa teve na informação geral às populações do que se ia passando no terreno, pois esta foi mesmo de capital importância porque, com mais ou menos censura, desde o seu começo, o conflito ia sendo divulgado diariamente e muitas vezes com mais do que uma notícia, situação que se manteve até finais de outubro de 1961, ao que se seguiram três meses de secundarização da temática da guerra na imprensa escrita, situação que voltou ao normal a partir de fevereiro de 1962.

Durante o período estudado verifica-se que a esmagadora maioria das informações sobre a guerra eram divulgadas na imprensa, mas normalmente de forma difusa e até confusa, como aconteceu logo no início do conflito, em que as notícias do que ia acontecendo no terreno, manipuladas ou não, eram de facto dadas, mas em muitas dessas e em jeito de remate às mesmas já ia contemplada a justificação de que, apesar do conflito relatado, a normalidade já estava a regressar. Essa meia verdade, que inicialmente fora divulgada através da imprensa, fazia com que o público ficasse em aflição porque apenas se conseguia aperceber de que havia algo mais do que

escaramuças graves a acontecer em Angola mas que as autoridades portuguesas estavam bem a dar conta do que se estaria a passar.

E segue a mesma linha o discurso oficial do regime, ao defender que a retaliação feita pelos portugueses de contenção aos agressores e à conseqüente rebelião em desenvolvimento não era admitida como “ações de guerra”, mas sim considerada como de policiamento; mas com o passar do tempo o que inicialmente se designou por operações de polícia, porque essa força militarizada foi importantíssima para a contenção imediata e inicial da rebelião, rapidamente evoluiu para operações militares concretas, de guerra verdadeira. Portanto, as ações em curso desde o início do conflito eram de cariz militar. Pese embora o discurso oficial que queria passar a imagem para o exterior de que o conflito em Angola não era mais do que uma situação de polícia. Adriano Moreira, de forma corajosa, logo na tomada de posse como Ministro do Ultramar, em relação a este assunto refere o seguinte “... receio que haja alguém que não se tenha apercebido de que estamos em clima de guerra...”³⁷² Mesmo sendo proferida por quem foi esta afirmação é inserida “apenas” na página 13 do jornal *Açores*, o que denota que o regime não quer que se dê realce a tal constatação.

Situação que não inibiu contudo a que a polícia continuasse a ajudar no que podia e devia na contenção da rebelião, apenas confirma o facto de as ações no terreno serem de guerra. Apesar disso era frequente que em algumas edições jornalísticas se vislumbrassem notícias como esta: “Em Luanda forças da Polícia e do Exército prenderam bandoleiros vindos de Nambuangongo...”³⁷³. Mas tal só confirma que a rebelião era muito forte e brutal e para a sua contenção era necessário o apoio das diversas forças militarizadas disponíveis no terreno, às quais se juntaram voluntários, de fundamental importância para ajudar na contenção do conflito desde o início, valendo e acudindo às populações antes mesmo de qualquer intervenção militar ou militarizada.

³⁷² Cf. *Açores*, 14 de Abril de 1961, p. 13.

³⁷³ *O Telégrafo*, 29 de junho de 1961, p. 1, “Notícias de Angola”.

Pese embora as muitas tentativas iniciais de desagravo, feitas pelas chefias militares e expressas na imprensa, ao que se estava a passar no Ultramar a verdade é que em Angola a situação no terreno foi muito complicada desde o início do conflito, o que levou inclusivamente a que vários grupos de voluntários tivessem tido um papel preponderante na ajuda à contenção inicial da rebelião. Ao mesmo tempo a situação política interna Metropolitana estava em convulsão, tendo por essa altura quase acontecido um Golpe de Estado promovido pelo General Botelho Moniz, episódio que não viu relatado na imprensa uma única linha, e que poderia ter alterado por completo o resto do conflito que aconteceu. Tal situação grave levou o Presidente do Conselho a promover uma remodelação governamental urgente logo a 13 de abril de 1961, em que Adriano Moreira é nomeado Ministro do Ultramar e foi o próprio Salazar que assumiu a pasta da Defesa Nacional.

Pelas ações desenvolvidas enquanto governante consideramos que Adriano Moreira foi um Ministro reformador conforme constatamos, e enfrentou o regime e os *lobbies* económicos, ao acabar com o Estatuto do Indigenato e a obrigatoriedade da cultura do algodão. No primeiro caso transformando juridicamente os portugueses das Colónias ou da Metrópole como iguais perante a lei portuguesa; no segundo, desinibindo os nativos das então Províncias Ultramarinas para que pudessem desenvolver outras culturas nas suas terras, como forma de obterem melhores rendimentos. Foi portanto tão positiva a sua ação em defesa do Ultramar como o seu pensamento no que diz respeito à questão da forma como se fez a assimilação dos povos autóctones, comprove-se pelas suas palavras: “A nossa ação assimiladora não se exerceu de maneira violenta, antes, pelo contrário, procuramos adaptarmo-nos aos ambientes naturais e sociais respeitando os estilos de vida tradicionais.”³⁷⁴

³⁷⁴ *Diário dos Açores*, 22 de abril de 1961, p. 1. Parágrafo retirado do artigo “Portugal Ultramarino”, que contém excertos de várias conferências proferidas pelo Doutor Adriano Moreira.

Por seu lado, Salazar, logo no seu discurso de tomada de posse reconfirmou aos portugueses o seu pensamento e a sua política, que era a mesma do regime corporizada pelo Governo, que era a política da Nação, que por tão convincente era naturalmente apoiada por figuras ilustres de Portugal, como se prova pelas palavras proferidas pelo Dr. Ramada Curto aos microfones da Emissora Nacional, referindo em suma que, para se conseguir ultrapassar o problema da guerra só com a união de todos os portugueses.³⁷⁵ Como linhas gerais Salazar definiu como prioridade da sua nova magistratura a defesa do Ultramar português, visto a integridade territorial, a multiculturalidade e a multirraciedade ser um imperativo nacional. Esta posição dura e inflexível do regime acabará por cristalizar a sua política, o que levará a que Portugal, por vários anos, fique isolado, “orgulhosamente só”, nas *Relações Internacionais*.

Apesar disso as palavras de Salazar fazem eco no todo nacional e internamente de imediato começam a tomar-se as medidas necessárias e imperiosas à eventual contenção da rebelião no terreno, através da mobilização maciça de homens (militares).

Neste processo os Açores não ficam de fora e deram também o seu contributo para o esforço de guerra, logo desde o início do conflito, com a urgente mobilização da Companhia de Caçadores 111 de São Miguel e a Companhia de Caçadores 110 da Terceira. Esforço que não se ficou por este movimento inicial, como se sabe, durante todo o período da guerra foram mobilizados a partir dos Açores 71 Companhias e 4 Batalhões completos, tudo num total estimado de 9.200 homens; além destes também se estima que outros 4.600 açorianos tivessem sido incorporados em Companhias a partir do território continental. De entre esses 151 é o número dos que não regressaram com vida aos Açores, fazendo com que “Assim o sangue e as vidas dos micalenses

³⁷⁵ Cf. *O Telégrafo*, 26 de abril de 1961, p. 1, “A hora é incerta e grave”.

(açorianos), cruelmente imoladas à sanha destruidora dos terroristas, juntam o seu contributo à luta que Portugal trava em defesa do seu património ultramarino.”³⁷⁶

Na defesa intransigente do território nacional ultramarino a morte de militares ou outros envolvidos no conflito, do lado português, foi sempre entendida como um *supremo sacrifício* que se fazia pela Pátria, que em nada se comparava com o objetivo superior que era o bem-estar geral e a independência da Nação. Situação que igualmente era sublimada pelos governantes e militares de alta patente da altura, que bem está espelhada no jornal *A União* de 13 de julho de 1962 na página 1, e que reproduz as palavras do Coronel Rui Cesário numa conferência que proferira sobre a problemática do Ultramar, que são do seguinte teor: “O magnífico sacrifício dos homens no Ultramar fará com que Portugal seja sempre Portugal”.

A morte de militares no Teatro de Operações, de que o regime e a censura muito bem se encarregaram para que não fosse dada grande visibilidade na imprensa, o que fez com que a opinião pública duvidasse de tais informações, por tão escassas referências a esse malogro que vinham sendo referidas nos jornais, situação que levou a que as Chefias Militares se sentissem na obrigação de fazer um esclarecimento público sobre o assunto, negando-o³⁷⁷, o que mesmo assim não era norma na altura.

Tal tragédia, a morte, era amenizada de várias formas, desde logo por diversos artigos de opinião expressos na imprensa da altura que elevavam a valia e os feitos dos falecidos, mas muito mais sentidamente através da poesia popular açoriana que muito exaltava os homens valorosos participantes no conflito³⁷⁸, ou até os considerando como *imortais*, como de forma sublime os catalogou Victorino Teixeira a 22 de julho de 1963 na página 2 do jornal *Açores*.

³⁷⁶ Cf. *A Ilha*, 15 de julho de 1961, p. 1. A expressão “açorianos” colocada entre parenteses é da nossa responsabilidade.

³⁷⁷ Cf. *Açores*, 21 de setembro de 1962, p. 3.

³⁷⁸ A título de exemplo confirme-se pelo poema inserido neste trabalho, da autoria de José Barbosa “*A Canção do Expedicionário Açoriano*”.

Igualmente pela atribuição de condecorações aos familiares dos falecidos, nas imponentes cerimónias do 10 de junho, principalmente a partir de 1962, porque esta data simbólica, património da História de Portugal, até ao ano de 1961 era comemorada de forma corriqueira e mais virada para a sociedade civil, como se prova pela imposição de insígnias a 41 professores nesse ano de 1961³⁷⁹. A partir de 1962 o 10 de junho muda de cariz e passa a ser “palco” de imposição de condecorações – a militares que se destacavam no cumprimento da sua missão, com coragem, esforço, abnegação e espírito de sacrifício; como se prova pelas palavras do Chefe de Estado-Maior da altura ao referir-se de forma exuberante à ação patriótica que vinha sendo desenvolvida pelos militares portugueses no Ultramar.³⁸⁰ Nos anos seguintes as cerimónias desse dia ganham ainda mais visibilidade em favor dos que combatiam e morriam no Ultramar.

Também muito ajudou à concretização deste propósito o Movimento Nacional Feminino, e de uma forma geral as próprias mulheres portuguesas, que por tão importantes acabaram por merecer por parte do Estado Português a instituição de uma condecoração excepcional, consagrada no Decreto-Lei 44566 de 12 de setembro de 1962, que no seu preâmbulo bem enaltecia as qualidades da mulher portuguesa, enquanto esposa ou mãe, apesar do momento difícil que então se vivia, por se manter firme no apoio à Nação, apesar de que alguns dos seus filhos já houvessem morrido no conflito.

O mesmo aconteceu com a Comissão de Assistência ao Soldado Açoriano (CASA) – organização que surge logo a 1 de maio de 1961, que teve um papel do maior relevo neste processo, pois desde o início se preocupou, como era seu propósito, com os seus conterrâneos desterrados para o Ultramar; através do conforto moral e material a esses e aos seus familiares; fazendo visitas aos hospitais quando nesses se encontrava algum açoriano, distribuindo pequenas lembranças e confortando-os. Ocasionalmente houve em que esta Comissão teve o difícil encargo de fazer a comunicação às famílias da

³⁷⁹ Cf. *A União*, 12 de junho de 1961, p. 1.

³⁸⁰ Cf. *Açores*, 12 de junho de 1963, p. 1.

morte de algum dos seus familiares, como por exemplo se comprova pelo jornal *Açores* de 12 de março de 1961, nas páginas 1 e 6.

Neste processo de suavizar a dor igualmente tem um papel de grande relevo a Igreja Católica, a qual deu uma preciosa ajuda ao regime, desde logo aliando-se a esse ao promover a “entronização” dos que iam partir, através da consagração dos mesmos em Missas de elevado simbolismo como as que se verificavam em diversos lugares dos Açores, mas especialmente no Santuário da Esperança - Igreja do Senhor Santo Cristo dos Milagres, figura maior venerada pela esmagadora maioria dos açorianos. As mesmas eram sempre presenciadas por figuras gradas da governação, militares em funções e civis em geral, o que fazia denotar a importância que teve a Igreja Católica como poderosa aliada do regime do Estado Novo.

O conflito que se iniciou de forma brutal e por um agressor aparentemente desorganizado é desde logo aproveitado pelas autoridades portuguesas para minorar a sua importância ao considerar os seus autores como terroristas, e transmitir ao público em geral, através da imprensa, que o mesmo era desenvolvido por forças provenientes do exterior do território angolano, as quais atuavam de forma desordenada, pelo que se previa que tal conflito fosse de curta duração - o que hoje sabemos não ter acontecido. Neste aspeto a propaganda do regime, inadvertidamente, é desmentida pelos factos, pois no *Correio dos Açores* a 7 de Abril de 1961 se faz referência aos ataques surpresa dos terroristas, os quais estão municiados de armas automáticas e não dão tréguas às tropas portuguesas. E esta situação reconfirma-se na imprensa escrita açoriana em julho de 1961, porque nela se faz referência aos terroristas como relativamente organizados e até possuidores de armas automáticas; e um mês mais tarde se dá nota que os mesmos pertencem à UPA. Assim se comprova que da desorganização inicial dos insurretos, como eram catalogados pelas autoridades portuguesas, se passou para uma situação de uma estrutura insurreta que por tão bem organizada, foi muito difícil de suster.

A acreditar na imprensa, como já referido, por volta de outubro de 1961 as operações militares estavam em declínio³⁸¹, o que teve repercussões imediatas na sociedade portuguesa da época, pois as viagens marítimas que tinham tido um enorme recuo até essa altura então se encontravam esgotadas até finais de Janeiro de 1962³⁸²; e em Angola muitos foram os autóctones que regressaram às suas sanzalas. Pese embora estas notícias bombásticas, o retrocesso do conflito referido não se mostrou ser verdade; pois, a guerra que se viveu e que os dirigentes políticos e militares portugueses previam que durasse uns meses iria pelo contrário durar vários anos.

Portugal, através das políticas implementadas pelo regime vigente, sentia estar dotado de um direito que lhe permitia por todos os meios defender os seus territórios ultramarinos; atitude institucional que até ao fim do Estado Novo não se alterou, apesar das diversas sanções que a ONU lhe ia impondo, que desde a década de 50 do século XX, num quadro internacional de libertação dos povos oprimidos, apoiou o princípio da autodeterminação e independência conforme pretendiam os autóctones das possessões portuguesas no continente africano.

Pese embora os excelentes préstimos dos diplomatas portugueses da altura a verdade é que, ao assinar a Carta da ONU a Portugal fora imposto livremente um novo direito internacional que se pressupunha não prejudicar os seus interesses, e que deveria ser respeitado. Com o passar dos anos esse direito acabou por se mostrar prejudicial e um entrave aos intentos de Portugal em relação às suas possessões ultramarinas.

Em suma, nesse conflito diplomático, a ONU pretendia ver implementado nos territórios portugueses ultramarinos o que está consagrado no capítulo XI artigo 73º da sua Carta; e Portugal por seu lado defendia-se para o não cumprimento deste pressuposto com base no artigo 2º nº7 da mesma Carta. Facto é que durante o Estado Novo a ONU nunca conseguiu levar a sua pretensão adiante, e Portugal ficou isolado do

³⁸¹ Cf. *Diário Insular*, 10 de outubro de 1961, p. 1.

³⁸² *Idem*, 25 de outubro de 1961, p. 1.

convívio internacional adiando o seu desenvolvimento geral, o que se comprova por sinais expressos na imprensa, de que este deverá ser dos mais clamorosos que encontramos, reportando-se ao Orçamento Geral do Estado para o ano de 1964, que como tanto outros que se fizeram e que conhecemos é precedido de um preâmbulo que clarifica e justifica as opções tomadas, e que darão azo às receitas e despesas respetivas: “Depois de garantidos os meios requeridos pelas forças militares destacadas no Ultramar, interessa ao Governo assegurar a integridade e intensificação do esforço e desenvolvimento económico e social; a prioridade das despesas militares não representa necessariamente compressão drástica do consumo nacional nem sacrifício total do investimento. Nas atuais circunstâncias e no pensamento do Governo, essa prioridade significa simplesmente que parte dos recursos que poderiam ser orientados para o bem-estar geral das gerações presentes e sobretudo das futuras, é destinado a assegurar a integridade da Nação.”³⁸³ Certamente que esta afirmação teve origem nos serviços oficiais, logo era possível de ser confirmada no Diário do Governo, fazendo dessa forma com que não fosse passível de ser censurada pelos respetivos órgãos. Facto é que a mesma não servia os interesses do regime de então, porque nela está implícito que, mesmo não o querendo divulgar à opinião pública nacional, o Governo português confirmava o que nós aqui e agora concluímos, que esta é uma constatação objetiva de que algum, ou mesmo muito desenvolvimento ficava impossibilitado de acontecer, maioritariamente por culpa da sustentação financeira do esforço de guerra.

Tal poderia ter levantado a questão pertinente de se saber nessa altura por quanto tempo mais continuaria Portugal a resistir, não à contenção das agressões militares ou terroristas contra os seus interesses no terreno ou no campo diplomático da ONU, mas sim em relação ao seu tesouro. Este terá sido um caso que certamente foi muito discutido nos corredores do poder e de que a comunicação social, propositadamente e

³⁸³ *O Telégrafo*, 31 de dezembro de 1963, pp. 1 e 3.

certamente com intervenção da censura, nunca deu nota. A verdade era o facto de que o saldo das contas públicas de Portugal se apresentaram positivos em anos sucessivos, pese embora o esforço financeiro que a guerra exigia, como a título de exemplo se comprova pela constatação no jornal de que, sobre essa matéria, para o ano de 1964, *também* se previa um saldo positivo do Orçamento Geral do Estado em 2100 contos.³⁸⁴

Até ao início dos anos sessenta do século passado em todo o território português vivia-se em clima de paz. Assim é com naturalidade que, não só mas também por essa razão, hoje possamos afirmar que inicialmente Portugal estava mal preparado para o conflito ultramarino, de que as primeiras mobilizações feitas para seguirem para a defesa desses territórios muito bem estão espelhadas na forma como se organizou e preparou o Batalhão de Caçadores 109, que fora integrado com duas Companhias de Caçadores mobilizadas a partir dos Açores – a 110 com origem na Terceira e a 111 com origem em São Miguel. Desde logo porque em Tomar, local de concentração e origem deste Batalhão, se deveria ter procedido a um treino específico, para que os homens ficassem melhor preparados para enfrentar o terreno adverso do Ultramar, tal não aconteceu. Relativamente aos meios de transporte a mobilizar para Angola que deveriam servir este Batalhão, tão importantes para trilhar caminhos difíceis e desconhecidos, são-lhe fornecidas viaturas impróprias.³⁸⁵

De forma atribulada a viagem desse Batalhão com destino ao Ultramar tem o seu início sem que os militares sejam portadores de alguns equipamentos e armamentos, básicos pertences de um militar que vai para uma zona sublevada, os quais só mais tarde foram expedidos rumo ao seu destino, facto que por si só fez com que os homens do BC109 ao chegarem a Luanda tivessem de ficar aquartelados durante três semanas à espera destes equipamentos. Só após isso é que se deu início à atividade operacional.

³⁸⁴ Cf. *O Telégrafo*, 31 de dezembro de 1963, p. 1, “Orçamento Geral do Estado para 1964”.

³⁸⁵ Cf. Mário Fernandes da Ponte *Guerra em Angola – Luzes e Sombras*, p. 21.

Esta referência elucida bem que no início do conflito a tropa portuguesa não estava preparada para um embate de contenção de uma rebelião brutal em curso no terreno. Apesar destas dificuldades e faltas relatadas, e outras que hoje se conhecem, a tropa portuguesa foi-se adaptando ao terreno hostil fazendo rigoroso uso dos armamentos e equipamentos e valendo-se desses precários meios de que dispunha e acabou por conseguir aguentar com relativo sucesso por largos anos a guerra ultramarina, em três palcos distintos, não sem que muitos rapazes perecessem.

Uma guerra envolve diversas partes, e na defesa dos seus interesses a mesma é considerada justa por qualquer dos intervenientes. Foi exatamente o que aconteceu entre Portugal, os grupos guerrilheiros e a ONU; o que levou ao arrastar de uma situação dramática por longos e penosos anos com consequências trágicas.

O início desse conflito que através da imprensa nos encarregamos de estudar “A Guerra do Ultramar”, que marcou o quotidiano e a forma de vida de toda uma geração da sociedade portuguesa dos anos 60 e parte dos anos 70 do século XX, não só pelas privações, angústias, incertezas, desesperos e perigos vivenciados, como também pela sua coragem, bravura e abnegação, transformou homens açorianos comuns em verdadeiros *heróis*, que ainda hoje connosco convivem, e não o foram porque procuraram qualquer tipo de protagonismo, mas sim por causa do dever implícito e obrigatório a que todos os homens portugueses (na casa dos vinte anos) daquela época tinham que se sujeitar, não apenas conforme aprendido e inculcado desde os bancos da escola primária, do seu dever e obrigação de servir Portugal, como também pela exigência das circunstâncias operacionais da altura, por vezes tendo excedido em esforço mais do que lhes fora demandado – o que fizeram com muito orgulho, e que incompreensivelmente a imprensa regional açoriana nunca deu nota, mas que esta dissertação procura agora, ainda que modestamente, recuperar.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV, Coordenação de José Manuel Cardoso Lourenço (Coronel de Infantaria), *A Academia Militar e a Guerra de África*, Co-edição Academia Militar, Lisboa, 2010.
- AFONSO, Aniceto, e GOMES, Carlos de Matos, *Os Anos da Guerra Colonial 1961.1975*, Quidnovi, Lisboa, Novembro de 2010.
- IDEM, *Guerra Colonial*, Editorial Notícias, Lisboa, Outubro 2000.
- ALEXANDRE, Valentim, *Os Sentidos do Império – Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Afrontamento, Porto, 1993.
- ANTUNES, José Freire, *A Guerra de África*, Temas e Debates, Lisboa, 1996.
- IDEM, *O factor africano, 1890-1990*, Bertrand, Venda Nova, 1990.
- BETHENCOURT, Francisco, e CHAUDURI, Kirti, *História da Expansão Portuguesa – volume 5*, Temas e Debates, Navarra, Espanha, Agosto de 2000.
- CABRITA, Felícia, *Massacres em África*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2008.
- COSTA, Matias Fiuza Álvares da, *As impressionantes verdades do Capitão Fiuza*, Agência Portuguesa de Revistas, Lisboa, 1987.
- EVANGELISTA, Júlio, *Portugal Perante as Nações Unidas, O Relatório dos Seis e a Convenção 107*, Livraria Sam Carlos, Lisboa, 1960.
- FERREIRA, José Brandão, *Em Nome da Pátria, Portugal, o Ultramar e a Guerra Justa*, Dom Quixote, Alfragide, 2009.

FERREIRA, José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares: Forças Armadas e Regimes Políticos do Século 20*, Estampa, Lisboa, 2001.

FIGUEIREDO, António de, *Portugal: Cinquenta anos de Ditadura*, Dom Quixote, Lisboa, 1975.

KAPUSCINSKI, Ryszard, *Mais Um Dia de Vida – Angola 1975*, Campo de Letras, Porto, 1997.

LEMOS, Carlos Henrique Viana Dias de (Coronel), *Dois Crises 1961 e 1974*, Nova Gente Lda., Amadora, Janeiro de 1977.

LIGA dos Amigos do Museu Militar, *Testemunhos de Guerra, Angola, Guiné, Moçambique, 1961-1975*, Liga dos Amigos do Museu do Porto, Porto, 2000.

MARTINS, Fernando Manuel Santos, *Portugal e as Nações Unidas, Uma história da política externa e ultramarina portuguesa no pós-guerra (Agosto de 1941 – Setembro de 1968)*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 1995.

MARTINS, José M. Salgado, *Regimento de Guarnição N.º 2 de São Brás (1555) aos Arrifes (2010)*, Nova Gráfica, Ponta Delgada, 2011.

MATEUS, Dalila Cabrita, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial: 1961-1974*, Terramar, Lisboa, 2011.

IDEM, *Angola 61 Guerra Colonial: Causas e Consequências, O 4 de Fevereiro e o 15 de Março*, Texto Editores Lda. Alfragide, 2011.

MELO, António, *Colonialismo e lutas de libertação*, Afrontamento, Porto, 1974.

MELO, João de, *Os anos de Guerra 1961-1975: os portugueses em África, crónica, ficção e revista*, Dom Quixote, Lisboa, 1998.

MOREIRA, Adriano, *Provocação e Resposta*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1961.

IDEM, *Velada de armas*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1961.

IDEM, *Problemas Sociais do Ultramar*, Panorama, Lisboa, 1960.

IDEM, *Estudos Sobre as Campanhas de África*, Instituto de Altos Estudos Militares, S. Pedro do Estoril, 2000.

IDEM, *A Espuma do Tempo: Memórias do Tempo de Véspera*, Almedina, Coimbra, 2009.

IDEM, *Ensaio*, Panorama, Lisboa, 1961.

MÚRIAS, Manuel Beça, *O Salazar nunca mais morre, cartas de África em tempos de guerra e amor*, Grupo Planeta, Lisboa, 2009.

NOGUEIRA, Franco, *Diálogos interditos: A política externa portuguesa e a guerra de África*, Intervenção, S.I., 1979.

IDEM, *As Crises e os Homens*, Editora Civilização, Porto, 2000.

IDEM, *Salazar - O Ataque*, volume IV, 4ª edição, Livraria Civilização Editora, Barcelos, 2000.

IDEM, *Salazar, A Resistência (1958-1964)* – volume V, Editora Civilização, Barcelos, 2000.

IDEM, *Juízo Final*, Editora Civilização, Porto, 2000.

OLIVEIRA, Pedro Aires, REZOLA, Maria Inácia, Coordenação de, *O Longo Curso – Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*, Tinta da China, Lisboa, 2000.

PINTO, António Costa, *O Fim do Império Português: a cena internacional, a guerra colonial, e a descolonização: 1961-1975*, Horizonte, Lisboa, Abril de 2001.

PINTO, Jaime Nogueira, *O fim do Estado Novo e as origens do 25 Abril: Portugal – os anos do fim*, Miraflores, Difel, 1999.

PONTE, Mário Fernandes da, *Guerra em Angola – Luzes e Sombras*, Norprint, sl, 2010.

PORTUGAL, Estado-Maior do Exército – Comissão para o Estudo das Campanhas de África, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África*, 1º volume, Lisboa, 1988; 2º volume, Lisboa, 1989; 6º volume, Lisboa, 1998

IDEM, *Subsídios para o Estudo da Doutrina aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*, Lisboa, 1990.

REIS, António, (dir.), *Portugal Contemporâneo 1958-1974 – Volume V*, Alfa, Lisboa, 1989.

ROSAS, Fernando, e BRITO, J. M. Brandão de, (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo – Volume I*, Editora Bertrand, Venda Nova, 1996.

SALAZAR, António de Oliveira, *Portugal e a campanha anti-colonialista*, Secretariado Nacional de Informação, Lisboa, 1960.

IDEM, *O Ultramar Português e a ONU*, Secretariado Nacional de Informação, Lisboa, 1961.

IDEM, *Apelo ao Povo*, Secretariado Nacional de Informação, Lisboa, 1961.

SILVA, Mário Jesus da, *Sortilégio da Cobra – Descolonização Obrigatória*, Editora Esquilo, Lisboa, 2005.

STOCKER, Maria Manuel, *Xeque Mate a Goa*, Temas e Debates, Lisboa, Julho de 2005.

TABORDA, Armando Magalhães, *Angola: da subjugação à Liberdade*, A. M. Taborda, SL, 2004.

TEIXEIRA, Rogério Cardoso, *Angola. História do Batalhão de Caçadores 109 (1961-1963)*, 2.^a edição, Lisboa, ed. do autor, 2011.

TEIXEIRA, Rui de Azevedo, organização de, *A Guerra Colonial: Realidade e Ficção, Livro de Actas do I Congresso Internacional*, Notícias, Lisboa, 2001.

BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir.), *Nova História de Portugal*, vol. V, Círculo de Leitores, Lisboa, 2003.

VAZ, Nuno Mira, *Opiniões públicas durante as guerras de África: 1961-1974*, Quetzal, Lisboa, 1997.

WHEELER, Douglas, e PÉLISSIER, René, *História de Angola*, Tinta-Da-China, Lisboa, Novembro de 2009.

JORNAIS

Açores, Ponta Delgada, São Miguel, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965.

Açoriano Oriental, Ponta Delgada, São Miguel, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965.

A Ilha, Ponta Delgada, São Miguel, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965.

A União, Angra do Heroísmo, Terceira, 1961, 1962, 1963.

Correio dos Açores, Ponta Delgada, São Miguel, 1961, 1962, 1963.

Diário dos Açores, Ponta Delgada, São Miguel, 1961.

Diário Insular, Angra do Heroísmo, Terceira, 1961.

O Dever, Pico, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965.

O Telégrafo, Horta – Faial, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965.

REVISTAS

Análise Social, volume XXX (130), 1995 (1º).

Única, Expresso, “Angola, Memórias de quem viveu o início da Guerra Colonial”, s.l., 1997, reedição de 5 Fevereiro de 2011.

Visão, História, “Angola 1961 O Começo da Guerra Colonial – Os antecedentes, os protagonistas e as histórias”, Lisboa, Junho 2011.

FONTES MANUSCRITAS

PONTE, Mário Fernandes da, *História do Batalhão de Caçadores 109*, Ambrizete – Angola, 1963.

Regimento de Guarnição n.º 2, *Histórias das Unidades mobilizadas entre 1961 e 1965*.

Fundo do Governo Civil – *correspondência entre 1961 e 1965*.

FONTES ORAIS

Jeremias Santos Ferreira (incorporado no Batalhão de Caçadores 109 em 1961).

Manuel Redondo Cabral (incorporado no Batalhão de Caçadores 109 em 1961).

SÍTIOS ELETRÓNICOS

<http://ultramar.terraweb.biz/>

<http://www.ligacombatentes.org.pt/>

<http://www.apvg.pt/>

<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=6012>

<http://www.projecto10.pt/arquivo-3-cs-livre.htm>, consultado em 25.03.2011, artigo “O Debate no Palco da ONU” de Ana Lobato Castanheira.

[http://www.wikipedia.org/wiki/Estadista Colonialismo Português:](http://www.wikipedia.org/wiki/Estadista_Colonialismo_Português)

<http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=11200&doc=19621613%20&v02=&v01=2&v03=19000101&v04=30001221&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11='Decreto-Lei'&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>, consultado em 05 de novembro de 2012.

<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r2.dan&diary=an17sl4n2170923&type=texto>, consultado em 15 de dezembro de 2012.

<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r2.dan&diary=an17sl4n2160881&type=imagem>, consultado em 2 de Dezembro de 2012.

<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r2.dan&diary=an17sl4n2090569&type=texto> (consultado em 10 de Dezembro de 2012).

<http://estrolabio.blogs.sapo.pt/tag/salazar> (consultado em 8 de Dezembro de 2012).

<http://estrolabio.blogs.sapo.pt/872584.html> (consultado em 15 de Dezembro de 2012).

ANEXO 1

Entrevista / Depoimento

Manuel Redondo Cabral

O meu nome é Manuel Redondo Cabral; sou natural da Freguesia de Água Retorta, Concelho da Povoação. O meu número mecanográfico era o 155/60, e o meu posto foi 2º cabo. Sobre a questão da minha tropa na qual fui mobilizado para o Ultramar, sinto-me muito à vontade para falar dessa experiência de vida.

Começando pelo princípio quero dizer que antes de ir para a tropa, na minha terra, eu era trabalhador rural, trabalhava no campo e nas vacas. Meu pai era doente e como eu era o filho mais velho tinha que ajudar para casa, por isso estive na escola só até 4ª classe, mesmo assim reconheço que aprendi muito da geografia e principalmente da História de Portugal, e a ideia que tinha do Ultramar nessa altura era que esse seria um território muito atrasado. Trabalhava muito e a minha liberdade era pouca; mesmo assim, e como forma de emancipação, decidi ocupar os meus tempos livres aprender música na filarmónica local – a Penha de França. Éramos bastante pobres naquela altura, não havia rádio ou televisão, e os telefones eram três em toda a freguesia, e os transportes públicos só tocavam aquela localidade duas vezes por semana. Esse isolamento geral talvez fosse a razão da intensa convivência entre as pessoas, havia muita amizade entre essas.

No dia da inspeção, 01 de Julho de 1959, fui a pé da minha Freguesia até à Povoação, fazendo cerca de 20 quilómetros – fiquei apto. No dia de assentar praça, 04 de Abril de 1960, fui a pé de Ponta Delgada até aos Arrifes.

No meu primeiro contacto com a tropa tudo me parecia muito mal, o refeitório cheirava mal, as comidas eram de inferior qualidade; era um outro ambiente a que não estava habituado. Era tudo diferente, gente desconhecida, e não confiávamos muito uns

nos outros até nos conhecermos. Com o passar do tempo e a convivência da recruta, que foi muito dura para alguns, facilmente fiz amigos, que foram para toda a vida. Era uma idade e um tempo de despreocupação com a vida, tudo dava certo.

Quanto ao Ultramar era um assunto de que nem se falava naquela altura. Situação que se alterou radicalmente a partir do assalto ao Navio Santa Maria, a 22 de Janeiro de 1961. Começamos logo a entrar de piquete, de prevenção, prontos para o que fosse necessário. Foi um período de alguma tensão que se viveu no quartel.

Tinha-me esquecido de referir que era corneteiro, e entre as minhas incumbências tinha a de, sempre que o Comandante do BII18 - Armando Maçanita chegava eu dava um determinado toque de *sentido*. Naquele distante 13 de Abril de 1961, como costume, ia tocar quando ele se me aproximou, eis que bruscamente faz-me sinal para não o fazer. Obedeci. Abrindo a porta da viatura com vigor saiu e disse-me cabisbaixo para não tocar porque vamos todos para Angola.

Estava assim confirmado nesse 13 de Abril de 1961 que íamos para o Ultramar. Deu que pensar e psicologicamente todos se foram abaixo; o clima era de um generalizado descontentamento entre nós, mas ninguém desertou. Os nervos e a ansiedade eram muitos e tudo o que queríamos naquele momento era ir a casa, sentir o conforto dos que nos eram mais queridos. Houve um amigo meu que me disse que se adivinhasse que ia morrer no Ultramar preferia atirar-se já para debaixo de uma camioneta. Havia um sério receio de partir. Mas bem no fundo, como se aprendia na escola, todos os homens sentiam que valia a pena ir para o Ultramar para defender aquela ou qualquer outra colónia portuguesa, porque isso era defender a Pátria.

Não tenho ideia nenhuma de como se organizou a Unidade a que pertencia para fazer face àquele momento, aos meus olhos as coisas aconteciam simplesmente.

Quanto às cerimónias públicas de despedida são as que se conhece pelos jornais, de grande significado e impacto na sociedade, com momentos chocantes, como pude testemunhar no dia anterior à partida pela missa campal no Santo Cristo.

Não havia discurso oficial dos nossos superiores sobre aquele momento. Com exceção aquando da chegada dos regressados da Índia, dirigiu-se a nós todos em parada, o Comandante da Região Militar dos Açores; aos que chegaram elogiou grandemente os seus préstimos em favor da Pátria, e aos que brevemente iam partir motivou-os referindo que era um momento difícil que Portugal estava a viver e precisava de nós.

Nessa altura ainda vivia em casa de meus pais, não era casado, já namorava. Mesmo assim e após a tomada da decisão oficial da nossa mobilização deram-nos 4 dias seguidos de folga (de quarta à noite a segunda de madrugada), para nos irmos despedir das nossas famílias, o que fiz.

Sabendo as nossas famílias que íamos para o Ultramar o ambiente em casa no momento da despedida foi de profunda tristeza. Ao chegar a casa a minha mãe gritava, porque um amigo meu já a tinha dito o que se ia passar. No domingo fomos à missa. Toda a freguesia chorou, eram três filhos da terra que iam para Angola.

Foi penosa e de semblante muito carregado a viagem de casa até ao quartel.

Para nos animar, dois dias antes da partida, juntaram todos os que iam abalar na casa de cinema dos Arrifes, onde foi exibido um filme com a vida de Cristo.

Íamos nos apresentar a bordo só fardados, sem armas. Por curiosidade um militar foi portador de uma pistola de guerra, que tinha furtado no quartel.

No dia do embarque estávamos todos muito receosos, pela partida e pela situação desesperada em que se encontravam as nossas famílias, a ponto do Exército não ter permitido aos familiares de se despedirem de nós no Molhe Salazar.

A viagem de barco até Lisboa foi de início um pouco atribulada, com a procura da tal pistola roubada no quartel, mas depois de resolvido este assunto, tudo normal.

Em Lisboa esperava-nos Mário César Teixeira, Capitão, Comandante da Companhia de Caçadores 111. Seguimos para Santa Margarida onde ficamos aquartelados durante três semanas. Nunca tivemos instrução, era um tédio ao que eu e alguns homens fizemos uma excursão a Fátima, paga a expensas nossas.

Sentíamos não estar preparados para um terreno adverso. Houve um Tenente que nos disse reear a nossa preparação para enfrentar a nova situação do Ultramar.

Antes da partida para Angola deram aos homens os equipamentos que iam levar, que era uma farda amarela com cáqui, em troca com a que se levava de São Miguel. Todos foram fardados para bordo.

A única cerimónia pública de despedida que tivemos foi uma formatura no Cais de Alcântara, encabeçada pelos respetivos Comandantes de cada companhia, a fim de um melhor ordenamento na entrada a bordo. Havia uma multidão para se despedir de nós, destacando-se nessa algumas figuras gradas do Exército e também do Governo!

Largamos e iniciamos a viagem. Para ocuparmos o tempo eram exibidos filmes, fazíamos ginástica e tínhamos instrução, depois muitos jogavam às cartas, etc.

Mesmo com cerca de 4000 homens a bordo não havia grande confusão, bem pelo contrário, tudo era muito fácil e bem ordenado militarmente. Mesmo no refeitório havia uma grande organização em que comiam 500 homens de cada vez. Como curiosidade posso referir que a comida era muita e boa.

Nunca me apercebi de nada de extraordinário em toda a viagem, muito menos uma tentativa de rebelião a bordo com a intenção de fazer mudar de rumo do barco.

A receção no porto de Luanda foi indiscritível, uma multidão imensa que gritava de alegria aos nos ver chegar. Esperava-nos o General Monteiro Libório, Comandante da Região Militar de Angola. De seguida fizeram uma enorme formatura e entramos na Avenida Marginal a marchar. No fim do desfile foi oferecido um beberete, pago pelos civis, e muitos foram os que nos abraçaram.

Mas naquela terra distante e desconhecida tudo era diferente. Tantos pretos que me pareciam todos iguais, a própria terra mais avermelhada, outro clima, o calor...

Terminado o beberete acomodaram-nos em viaturas e fomos para o quartel! Ficamos alojados num telheiro de um Seminário. Fomos avisados pelo Comandante da Companhia, que ninguém dali saía, e se saíssem, que todos fossem portadores de um punhal, nunca em grupo inferior a três e um desses deveria obrigatoriamente ser portador de uma pistola. Começávamos a sentir o peso de estar ali.

Após uma espera de cerca de três semanas levantamos o equipamento que nos estava atribuído, roupa, espingarda *mauser*, munições e punhal. E aí mesmo fizemos a primeira missão que foi o *Cerco do Muceque Rangel* – onde havia muitos terroristas. Dois dias mais tarde embarcamos num Navio de Guerra e seguimos para Santo António do Zaire, onde desembarcamos no rio Zaire, a meio do rio, e seguíamos de barco a remos até terra. Passamos a Vila de Santo António do Zaire e fomos acampar no mato, durante uma semana. As poucas pessoas daí com que convivemos relacionavam-se bem connosco, eram até amistosas.

Depois mudamo-nos para Ambrizete onde se estabeleceu o Comando do Batalhão. Daí mudou-se para Lufico a Companhia 111 e se estabeleceu. Patrulhávamos a zona ao redor. Quando saíamos em patrulha para longe tínhamos a esperança de nesses lugares / sanzalas houvesse comida e de um modo geral quando aí chegávamos havia carestia de muitas coisas, por causa dos ataques terroristas. Ora quando as *rações de combate* se acabavam, o que aconteceu algumas vezes, passávamos fome. Isto porque a alternativa de reabastecimento dependia de o ir buscar à base e voltar para o sítio a patrulhar, e para isso era preciso que alguém se desse como voluntário para tal, e ninguém o queria, era demasiado arriscado.

O pior dia da minha vida foi a 02 de Julho de 1961, às 16H00. Estávamos acampados no Lufico e viemos numa patrulha para Tomboco, onde nos íamos encontrar

com uma outra patrulha que ia de Ambrizete para Tomboco, e eram portadores de correio e material de guerra para nós. Após este encontro e de regresso a Lufico, onde antes de alcançarmos o nosso acampamento, mais ou menos a meio trajeto, fomos atacados, onde tivemos dois feridos e um morto, Leonardo Caetano Pereira, que foi posteriormente enterrado no acampamento do Lufico. Ripostamos ao ataque, fazendo fogo deitados no chão, e só os destroçamos do seu esconderijo com granadas e bazucas. Não sabemos as consequências do nosso contra ataque, queríamos era sair dali, o que algum tempo depois conseguimos. Houve camaradas nossos que gritaram de desespero por aquele morto em combate, como se fosse um seu irmão.

Um camarada morto muda a percepção que se tem daquela guerra, transforma a personalidade de qualquer homem – a minha não, porque sentia que me estava apenas a defender. De qualquer maneira foi aí que sentimos na pele que a guerra tinha começado para nós. Todos enfrentamos muito mal esta situação; ficamos de rastos, completamente desmoralizados. Daí em diante tudo foi diferente. Mudou tudo, inclusivamente transferiram-nos para Ambrizete, onde para nos elevar o moral nos ofereceram um espetáculo de variedades com o comediante Max (a mula da cooperativa...) e a fadista Maria de Lurdes Resendes.

Um homem por muito forte que seja também tem dias de desespero, confesso que mesmo nos piores dias nunca chorei pois fui sempre muito rijo, não me comovo facilmente. Mas pensava muitas vezes na razão de estar ali a pagar pelo que não fiz.

Para aliviar o *stress* comunicava com a minha família com uma frequência média quinzenal, por aerograma ou carta.

Preveniram-nos que devíamos optar por ter uma *madrinha de guerra* porque se houvesse censura (o que nunca aconteceu) a única pessoa a quem se podia escrever é a essa e em carta aberta. Optei por ser a minha namorada, e acabei por casar com ela.

Muitas vezes senti que a minha vida e a dos meus camaradas estava em perigo. O que fiz foi defender-me instintivamente, atirar para o chão, rastejar, esconder, ripostar sem tréguas e rezar para que os piores momentos passassem depressa. Nos combates com fogo real, em que a nossa vida está sempre em perigo e presa por um fio, ficava nervoso, excitadíssimo, transtornado, porque sabia que de um segundo para o outro tudo poderia mudar, para pior.

Em combate nunca fui deixado ou deixei algum camarada para trás. Os feridos em primeiro lugar na ajuda a se retirarem do campo de batalha, mas mesmo os mortos regressavam à base connosco. Havia entre todos um espírito de solidariedade muito grande, dos nossos ninguém ficou para trás.

Inicialmente Portugal não tinha organização logística à altura para enfrentar aquela guerra. Não tínhamos suficientes meios de apoio, de que é o exemplo de um simples helicóptero para o reabastecimento das patrulhas, o que não aconteceu, por isso algumas vezes passamos fome no mato quando ficávamos mais tempo do que o previsto. Em combate para ripostar a tempo dispúnhamos de uma espingarda *mauser*, apesar de muito fiável apenas disparava tiro a tiro, e mais não digo.

Particpei de forma fria em muitas operações de combate, todas as que o meu pelotão realizou, o 3º. Não participei na reocupação de Nambuanguo, foi o BC96 que fez essa operação, comandados por Armando da Silva Maçanita, antigo Comandante do BII18, e que havia feito a viagem de barco connosco até Luanda.

As ações em que participei foram: Cerco do Muceque Rangel; (confirno que havia aí muitos terroristas); Ação de Limpeza na fazenda Loge e Mongatombe; Ação de Limpeza nas Sanzalas de Ienga e Quiaia; Operação Quibala; Operação São Salvador; Operação Mandioca; Operação Tornado; Operação Roda Viva; e diversas outras de menor envergadura.

No teatro de operações não havia folgas, e se as houvesse estávamos no mato, sem ter para onde ir, o melhor era estar sempre alerta.

Inicialmente tinha a ideia de que estava a ajudar a travar uma guerra justa por saber que Angola era nossa, mas no fim verifiquei que o Governo deveria ter arranjado uma forma mais rápida de lhes dar a independência, evitando parte do que aconteceu. De qualquer maneira tanto eu como os meus camaradas apoiávamos sem contestação o que o Governo de Salazar estava a fazer pela Pátria.

Estive no Ultramar de 20 de Abril de 1961 a 22 Julho de 1963, 27 meses.

O nosso Comandante de Batalhão, Tenente Coronel Mário Fernandes da Ponte, era um bom homem, extremamente rigoroso, mas honesto e preocupado com as vidas dos seus homens. Isso provou-me ele ao dizer-me certo dia: devemos exigir mais da tropa em campanha do que nos quartéis, porque em campanha um deslize pode ser a morte, no quartel quando muito é-se castigado.

Antes de regressarmos a São Miguel, numa cerimónia promovida pelo Comandante de Batalhão, transmitiu-nos que se tínhamos sobrevivido até ali, iríamos morrer de velhos. Reconheceu que por vezes tinha sido demasiado rigoroso, mas tudo fez para que males maiores não acontecessem. Agradeceu emocionado o esforço que todos fizeram pela sua Pátria e desejou-nos sorte para as nossas vidas.

Regressamos no mesmo navio Vera Cruz, mas a comida foi rancho. Foi quase uma viagem turística; passamos perto das Canárias, e desembarcamos no dia seguinte na Madeira onde aí ficou a companhia dessa região. Daí fomos para Lisboa, onde ficamos cinco dias, na Engenharia 1, Campo Grande, mas estávamos completamente livres, como se fossemos civis. Embarcamos no Lima com destino a Ponta Delgada onde fomos muito bem recebidos por um mundo de gente, em que o comércio citadino fechou as portas para se juntar aos festejos. Após o desembarque desfilamos até à Igreja

do Senhor Santo Cristo, onde recebemos uma bênção. De seguida desfilamos pela Avenida marginal, até à Escola onde fomos tomados por camiões para os Arrifes.

Não fui condecorado e o louvor que tenho é o mesmo dos outros - geral.

Após as cerimónias foi tempo de desmobilizar. Antes de chegarmos a casa estava uma banda de música à nossa espera no Ramal, pelo que o resto do caminho até a casa foi a pé. O meu pai comprou um gueixo para matar e foi cozinhado e distribuído em nossa casa à freguesia, para quem quis. A banda local tocou toda a noite pelos caminhos da freguesia, em algazarra, eram três filhos da terra que regressavam.

De regresso a casa nos primeiros dias estranhei tudo, mas depois reintegrei-me na vida civil com normalidade. Comprei umas vacas e organizei a minha vida. Em 1965 casei. Em 1967 vendi a minha lavoura e fui para o Canadá, onde fiquei dez anos.

Passados que são cinquenta anos posso dizer agora que penei bastante, fiz tudo ao serviço e em prol de Portugal. Fui castigado por coisas que não fiz, mas era a nossa obrigação, não me recusei a nada, aceitei normalmente a imposição do exército, como toda a mocidade daquela época, sentíamos ser essa a nossa obrigação.

Ao regressar do Ultramar, Angola, ajuizava que tudo o que havia passado teria valido a pena. Mas hoje verifico que tudo pelo que lutei terá sido em vão. O nosso país não está melhor do que então; as desigualdades sociais são enormes e os sacrifícios são pedidos aos mesmos de sempre. Contudo não acho que as coisas pudessem ter sido diferentes no início da guerra, pois havia que defender o que era nosso.

Apesar de tudo tenho saudades desse tempo. Queria rever todos os lugares por onde passei, mas em paz. A minha alma está vazia, não consigo melhor explicar.

Quanto aos governantes da altura, ainda hoje considero Salazar como um grande governante, que pegou num país em bancarrota, arrumou as finanças, encheu os cofres do Estado mas não desenvolveu o país como deveria; de qualquer maneira a ideia que tenho era a de Salazar ser bem visto e muito respeitado por todos os meus camaradas.

Adriano Moreira era um doutor de muito saber. Quanto aos outros era como se não existissem, não se ouvia falar deles.

Água Retorta, junho de 2012

ANEXO 2

Entrevista / Depoimento

Jeremias Santos Ferreira

O meu nome é Jeremias Santos Ferreira, sou natural da Vila da Povoação, e o meu número mecanográfico na tropa foi o 241/60. Enquanto militar o meu posto foi, do princípio ao fim, soldado raso.

Sinto-me muito à vontade para falar da minha experiência militar apesar de ter alguns nervos atualmente derivado ao que passei no Ultramar, onde estive vinte e seis meses, e às vezes esqueço-me de muitas coisas que aí passei. Ultimamente fico noites sem dormir, mas que em verdade não acho que seja uma relação direta com o que passei na guerra do ultramar, mas sim com o avançado da minha idade.

Antes de ir para a tropa trabalhava de sacho na lavoura - era cavador de batatas, e muitas vezes também fazia de arrieiro de bestas (trabalho com uma besta de albarda) – porque esse trabalho dava duas jornas num só dia, que era uma para o homem e outra para a besta. Além do trabalho não tinha outras ocupações, pelo que vivi a minha juventude como os demais jovens daquela altura. Acho que os que conviviam comigo eram como eu, todos pobres, mas bons trabalhadores. Naquele tempo havia na minha terra uns jovens filhos de famílias um pouco mais abastadas e por isso não trabalhavam, havia um outro pequeno grupo mais ou menos remediados que também estudavam e então trabalhavam no verão. Nas nossas casas e em família o regime de vida era rigoroso, aprendíamos a respeitar toda a gente, principalmente os mais velhos. A nossa escola era boa, éramos todos bem educados e muito disciplinados. Do Ultramar não se falava, era um assunto distante de nós. Mas lembro-me quando era criança, logo na sequência da II Guerra Mundial, teria talvez uns dez anos quando tive conhecimento de uma companhia que tinha ido para Angola em defesa do nossa soberania, e que no seu

regresso os homens falaram muito bem daquele território, desde as suas belezas naturais até ao desenvolvimento das cidades, e onde, diziam, era relativamente fácil arranjar emprego, sendo que nesse território não se ganhava muito, mas esse dinheiro dava para se fazer uma vida de fartura. Em resultado disso eu tinha uma boa ideia do território ultramarino, que era reforçada pelo que havia aprendido na escola.

Fui crescendo e chegada à idade das sortes fiquei apto para ingressar no exército. Não me lembro de muitos pormenores, sei que chegada a data de assentar praça segui da Povoação rumo a Ponta Delgada de camioneta (Pereira da Luz Lda.). Daí até aos Arrifes tomei outra camioneta, e lá cheguei e me apresentei no 18.

Inicialmente era tudo muito estranho. Começaram logo por me cortar o cabelo no primeiro dia. No segundo recebi a roupa, e fomos todos vistos pelo médico (homem muito educado). E iniciamos a recruta, que foi dura, mas que com o passar do tempo fui-me habituando. Apesar de me considerar um homem forte, em resultado do trabalho que antes de ingressar no exército fazia, os exercícios exigidos eram duros e agravados pelo frio que chegava aos ossos, sem esquecer os muitos dias de nevoeiro em que não se via um palmo à frente do nariz.

Eramos 456 homens - é muita gente, tudo caras diferentes, apenas três ou quatro conhecidos da minha terra. Inicialmente movimentávamo-nos com certo receio por não conhecer bem as regras militares, com o passar do tempo fomos ambientando e verificamos que aquilo afinal era a nossa família alargada, com a particularidade de que todos eram tratados por igual. Apesar de alguma desconfiança inicial, com o passar do tempo e a vivência em conjunto, fui fazendo amigos - que duraram para toda a vida.

O espírito reinante entre os que ali estavam naquela altura era igual entre todos, muito inibidos no princípio, porque são todos maçaricos, mas com o passar do tempo fomos ficando à vontade, trocando conversas e tudo se foi tornando mais fácil.

Curioso é verificar que entre nós não se falava no Ultramar. Tivemos uma recruta normal onde de forma superficial aprendemos como reagir em tempo de guerra.

Numa saída autorizada que fiz à cidade de Ponta Delgada, num sábado, tomei conhecimento que existia uma revolta no Ultramar. Já no interior do quartel se ouviam conversas dessa revolta, mas não suspeitávamos que a mesma viesse a tomar as proporções que necessitassem de militares dos Açores, além do mais até aquela altura em Portugal vivia-se em paz. Mas logo nos dias imediatamente a seguir eu e muitos outros camaradas de recruta fomos mobilizados, que dia triste. Sabendo que vou para a guerra fico destroçado, a minha cabeça não consegue pensar, aquilo foi uma volta completa à minha vida.

O discurso oficial do comandante de Unidade sempre foi de encorajamento ao que tinha de ser. Num determinado dia que não me lembro qual este – Tenente Coronel Armando Maçanita - dirigiu-se formalmente a nós dizendo que tinha vindo a aguentar uma tomada de decisão face aos acontecimentos de Angola, a ver se do Continente surgiam voluntários para embarcar para aquele território e conter a rebelião, e como tal não aconteceu tinha ordens superiores que lhe obrigavam a mobilizar uma unidade a partir do Batalhão Independente de Infantaria 18 para aquele fim.

Tomada a decisão encarregou-se a nossa unidade de preparar moralmente os homens, foi quando nos levaram ao cumprimento de um ato de fé na Igreja dos Arrifes, onde nos confessamos, tendo de seguida regressado ao quartel.

Naquela época eu sentia que valia a pena ir para o Ultramar para manter a soberania da Pátria, porque esta apesar de dispersa era toda portuguesa. Mas naquele momento era diferente porque a Pátria estava em guerra. Por isso quando sei que tenho obrigatoriamente que ir e provavelmente ter de arriscar a vida... tive medo quando chegou o momento. Contudo a educação que tivemos desde os bancos da escola primária era a de que aqueles territórios eram portugueses e todos tínhamos por

obrigação os defender – o que concordávamos, mas chegado ao momento verdadeiro de talvez ter que dar a vida já era outra coisa, mas lá teve de ser.

Apesar do momento difícil todos os homens mobilizados se mantiveram firmes e na hora da partida todos sem exceção se apresentaram para seguir.

Um pouco antes, após recebemos o resultado das sortes, deram-nos tempo para ir a casa nos despedir das famílias e regressar prontos para partir, um fim-de-semana.

Lembro-me bem, nessa altura não era casado, e até ir para a tropa vivia em casa dos meus pais, mas nem fui a casa deles por receio de ao saberem daquela triste notícia lhes pudesse dar algum mal. Por isso fiquei em casa de um irmão, em Água de Pau. Nessa casa deixo uma carta escrita dirigida aos meus pais explicando as razões de não ter ido a casa me despedir deles. De qualquer maneira despedi-me do meu irmão, esposa e filhos, com lágrimas e alguma incerteza quanto ao futuro, e com uma profunda tristeza. Foi o momento da minha vida que julguei estar condenado à morte; pelo que, a viagem da casa do meu irmão até ao quartel foi muito penosa, foi o momento na minha vida em que senti que me estava a entregar livremente à morte.

De novo no quartel de mobilização todos fizemos as nossas malas com a farda de reserva e os bens de primeira necessidade. Não nos armaram. No dia anterior à nossa partida assistimos a uma missa no Santuário do Senhor Santo Cristo. Terminada esta cerimónia regressamos ao Quartel, onde descontraímos. Por fim chegou a hora de embarcar, eu e os meus camaradas estávamos psicologicamente muito afetados. Era uma incerteza que estava à nossa frente. Naquela noite fomos colocados em camiões que nos transportaram até ao Molhe Salazar em Ponta Delgada de onde embarcamos no navio “Carvalho Araújo” rumo à Terceira. Aí embarcaram mais soldados - a companhia 110, e sem demoras largamos novamente, e agora sim rumo a Lisboa. Foram dois dias de viagem e alguma angústia até esse destino.

Em Lisboa estavam à nossa espera alguns militares que nos indicaram ao comboio que nos transportou até Santa Margarida, onde ficamos três semanas.

Durante esse tempo fizemos uma espécie de nova recruta, com mais instrução, com incidência na defesa pessoal e também no desenvolvimento psicológico. Melhoramos o tiro ao alvo, onde o alvo era um placard em forma de homem preto. Os instrutores orientavam-nos para o aperfeiçoamento mas o equipamento era de péssima qualidade. Lembro-me de um tiro ao alvo que fiz de que resultou ter ficado com a coronha na mão deslocado do resto da arma, o que me ia dando um processo de Conselho de Guerra, não fosse um Alferes da Ribeira Grande, que era o chefe da carreira de tiro, a interferir a meu favor, acabando o assunto por ficar por ali mesmo. Contudo tivemos algum tempo livre e um dia fomos a Fátima, foi um dia bem passado.

No fim desse treinamento (2ª recruta) sentíamos estar melhor preparados, mas o que estava para vir era um terreno adverso, desconhecido! A preparação que tínhamos na altura era a que nos fora dada, mas acima de tudo estávamos todos bem convencidos de que tínhamos de ir e enfrentar sem receios a nova missão que nos fora confiada.

Antes da partida todos os homens foram ao espólio da roupa onde entregamos a farda cinzenta que levávamos de São Miguel e deram-nos em troca a farda amarela e a verde. Também aí nos deram quinhentos escudos a título de ajudas de custo.

Quando chegou o dia da partida e já portadores das roupas e com o saco militar às costas e a mala civil na mão dirigimo-nos a pé até ao comboio, de onde seguimos para o Cais de Alcântara. Não tivemos qualquer cerimónia pública de despedida mas no cais havia uma multidão imensa para se despedir de nós. Também estavam presentes autoridades militares de alta patente que não sei identificar.

Entramos a bordo, o barco era um luxo, iniciamos a viagem. Eu passava mal, por isso tomava o café da manhã e ia o resto do dia para o convés. Alguns camaradas meus jogavam às cartas, eu não, alguns até jogavam a dinheiro. Inclusivamente comprei um

relógio a um rapaz que havia perdido o seu dinheiro todo no jogo. Para passar o tempo eram-nos exibidos filmes e fazíamos ginástica.

Durante a viagem ouvi qualquer coisa acerca de uma revolta no interior do navio, não sei com que intenção, o que me foi confirmado por um marinheiro, mas nada se concretizou. Contudo fomos acompanhados durante toda a viagem por um submarino, suponho que para nossa proteção.

Apesar de se encontrarem mais de duas mil pessoas a bordo nunca notei que houvesse grande confusão, muito pelo contrário, tudo me pareceu bem organizado.

Demoramos duas semanas de viagem até ao nosso destino. Ao nos aproximarmos de terra olhamos para aquela cidade, linda. Fomos recebidos pelas autoridades locais, perante uma multidão exaltante pela nossa chegada. Desfilamos na avenida marginal de Luanda e no fim fomos brindados com um refresco. Depois colocaram-nos em viaturas e, perante o olhar feliz das pessoas, atravessamos a cidade, a cantar o Hino Nacional, a vida parecia correr normal para os residentes.

A minha primeira impressão daquela terra foi de que tudo era diferente; a cor da terra, o calor, a vegetação, as pessoas, e todo o resto.

Fomos aquartelados num Seminário em construção; já aí estava um contingente que havia chegado antes de nós, à espera do material de guerra – o mesmo nos aconteceu. Sem esse material só nos restava esperar. Durante esse período fomos avisados de que se quiséssemos sair que o fizéssemos acompanhados. Deram-nos um pequeno punhal para qualquer eventualidade. Uns dias depois chegou o armamento e preparamo-nos para a frente de combate, mas a primeira ação que fizemos foi mesmo na cidade, um cerco a um muceque, onde se encontravam muitos terroristas.

Depois deslocamo-nos num barco de guerra, de Luanda para Santo António do Zaire - Vila pequena com população maioritariamente branca, que nos recebeu com muito entusiasmo. No lugar onde ficamos fomos acomodados em camas repartidas, em

que um homem se levanta e outro deitava-se no mesmo lugar; e durante algum tempo, enquanto aí ficamos, só comemos ração de combate. Entre os homens sentia-se que havia uma certa irrequietude porque sabíamos que a qualquer momento o batismo de fogo poderia chegar, o que cedo veio a acontecer.

Seguimos para Pedra do Feitiço, divididos em três pelotões, aí o meu pelotão bate com muito cuidado as sanzalas circundantes onde pressionávamos as pessoas encontradas a regressarem às suas sanzalas de origem, desenvolvendo um ação psicológica conforme nos haviam instruído (sem autorização para atirar a matar). Numa fase seguinte deslocamo-nos para Ambrizete, e daí batemos essa zona até à Casa da Telha, e por fim até Bessa Monteiro - lugar onde tinha fazendas de café e casas de colonos brancos. Uns trinta quilómetros antes dessa localidade o meu pelotão é atacado pela primeira vez, mas ripostamos e continuamos a nossa missão até chegarmos ao destino previsto. Desse batismo de fogo resultou um ferido do nosso lado.

Noutro dia vínhamos de Quibala, na passagem pelo mato, a uns quarenta quilómetros de Bessa Monteiro, de surpresa sofremos um ataque no fundo de uma ravina, uma coisa brutal com fogo cruzado, tivemos diversos feridos e morreu o Sargento Teles. Custou-nos muito, mas tive de enfrentar essa situação com a naturalidade possível, com a coragem que se exigia a um militar em combate. A verdade é que até aquela data eu me considerava um militar disciplinado e obediente, principalmente no que diz respeito a que quando apanhássemos um homem não o podermos tocar, mas sim aprisionar e trazer à presença dos nossos superiores, os quais tomariam as decisões que entendessem de acordo com as regras militares. Mas a partir dali fique um homem diferente, como os meus camaradas, queríamos era nos vingar daquele acontecimento, onde se equacionava matar tudo o que nos aparecesse pela frente; era o que nos passava pela cabeça naquela altura. Claro que daí em diante

ficámos muito mais despertos para o que estava a acontecer, porque se nos descuidássemos o nosso futuro poderia ser o mesmo que o referido Sargento.

Como já disse era um homem bastante forte fisicamente, mas a nível emocional tive os meus dias de desespero. Em silêncio chorei muitas vezes pelos meus amigos feridos e principalmente pelos mortos, porque eles eram como irmãos para nós. Quando me lembrava da minha família as lágrimas vinham aos olhos. Para piorar tudo isso imagine-se que eu recebi a notícia da morte do meu pai na sequência do brutal ataque que atrás relatei de que resultou a morte do tal sargento. Foi um momento muito difícil para mim. Fui amparado pelos meus camaradas que me abraçaram e me deram os pêsames da morte do meu familiar, numa tentativa desesperada de consolo.

Em todos os momentos livres que tinha escrevia qualquer coisa para na primeira oportunidade enviar aos meus familiares ou às minhas madrinhas de guerra. Posso dizer que quase todas as semanas expedia uma carta ou um aerograma com esse destino.

Tive duas madrinhas de guerra, não casei com nenhuma delas. Maria Leonor Lobo, do Porto; e Maria Guilhermina, da Povoação – que em todas as cartas me encorajavam para ultrapassar aquele momento difícil. Como a vida é, lembro-me da coincidência do dia em que tomei conhecimento da morte do meu pai receber da minha madrinha de guerra do Porto uma oferta com seis carteiras de cigarros e um pacote de amêndoas. É o verdadeiro doce para colmatar o amargo que a guerra tem. Apesar do momento difícil tudo o que recebi fiz questão em partilhar com os meus camaradas. Foi como se tivesse dado alguma coisa por alma de meu pai; fiquei feliz.

Desde a primeira vez que fomos atacados senti que a minha vida e a dos meus camaradas estava em perigo; tanto mais que inicialmente não estávamos autorizados a ripostar mortalmente aos ataques inimigos, situação que se alterou aquando se verificou que eles (os terroristas) com o conhecimento do terreno, nos estavam facilmente a matar, e oficialmente tivemos autorização para ripostar a na mesma moeda.

Que me lembre só por uma vez eu e o meu grupo, seis pessoas e um jipe, ficamos para trás por causa de uma arma que se perdera na confusão de um combate, tivemos de regressar ao campo de batalha a recolher a tal arma; felizmente conseguimos e não nos aconteceu nada, mas temi seriamente pela minha vida e dos meus camaradas.

Como já disse a morte de um camarada afetou-me, tornou-me vingativo, e perdi completamente o medo da morte. Daí em diante fique mais aventureiro e mais destemido. A minha personalidade transformou-se de homem normal para instinto de sobrevivência, em que se fosse preciso matar era capaz de o fazer.

Inicialmente a organização logística de Portugal nesse conflito era má. Comprove-se pela ação psicológica que funcionou contra nós, pois se nós não podíamos ripostar a matar, só podíamos ser mortos!

Particpei em muitas operações de combate, das quais não tenho ideia sequer que cada uma dessas tinha um nome. Nessas não me emocionava, nem sentia qualquer satisfação, limitava-me a cumprir o meu dever. Exceccionalmente senti satisfação aquando da morte de um caçador de caça grossa que matou alguns portugueses.

No início, nos combates com fogo real, em que sentia a minha vida poder estar em perigo tinha bastante receio, mas com o passar do tempo em que os combates passaram a ser uma rotina quase diária enfrentava-os com naturalidade. Era um tempo em que não existiam tempos livres ou folgas.

Nunca vi aquela guerra como justa, por ter envolvido nela quem nada beneficiou daquele território. Achava e ainda acho que os favorecidos do território é que o deviam ter defendido, como fizeram no início.

Não ligávamos muito à política do Estado Novo, mas no fundo eu e os meus camaradas apoiávamos essa política, dirigida por Salazar.

Após vinte e seis meses em terra angolana regressamos, felizes, no navio “Vera Cruz”, mas tristes com os mutilados que connosco vieram e principalmente muito

abalados com os que lá perderam a vida em combate. Dois dias de mar mexido depois mar chão. Ficamos um mês em Lisboa regressando daí para São Miguel no navio “Lima”. A viagem foi dura com mar bravo mas cá chegamos. Fomos recebidos com honras militares e naquele dia no quartel houve um rancho muito melhorado.

Terminei o meu tempo de tropa, e com orgulho fui agraciado com a segunda classe de bom comportamento na recruta, e primeira em combate em Angola.

Custei ao chegar a casa, tive que amparar a minha mãe que ainda estava de luto pela morte do meu pai. Reintegrei-me muito rapidamente na vida civil, comecei logo a trabalhar como cantoneiro na Lomba do Botão.

Passados que são cinquenta anos posso afirmar com orgulho que me considero um português de primeira, não me neguei a servir a minha Pátria, o que fiz com lealdade e amor, e hoje ainda sinto um enorme pesar pelo meus camaradas mortos ao desempenhar a mesma função do que eu.

Acho que apesar de tudo o que passei valeu a pena. Sinto prazer no que fiz. Tenho pena do povo que fomos combater e que alguns portugueses os escravizaram.

Olhando hoje para trás não acredito que o início da guerra pudesse ter sido diferente. Inicialmente tinha de ser como foi, depois a ação psicológica devia ter tido início mais cedo e a nós deveria ter sido dada autorização de matar desde o princípio.

Até certo ponto tenho saudades desse tempo, de que não me esqueço. Se pudesse hoje gostava de voltar a Angola e rever os lugares por onde passei.

Dos governantes da altura a ideia que tinha de Salazar é a que ainda hoje tenho, ninguém é santo mas ele foi muito bom para Portugal. Quanto aos outros políticos e governantes daquele tempo não faço ideia nenhuma, Salazar era quem mandava.

Por fim quero referir-me ao meu Comandante de Batalhão Tenente Coronel Mário Fernandes da Ponte. Não posso dizer que fosse um bom homem mas era justo de

certeza absoluta. Castigava ou louvava quem o merecesse, independentemente se ser um soldado, um oficial ou um civil. Ele demonstrou-nos isso mesmo muito bem.

Sei de um caso de um proprietário de um restaurante – o Óscar - que terá confidenciado ao Tenente Coronel Mário Fernandes de que queria reservar aquele espaço só para os oficiais superiores - o que não terá tido o seu consentimento, sob ameaça de que se tal acontecesse tudo faria para que lhe fechassem a porta.

Soube de um outro episódio de uns militares, oficiais, funcionários de secretaria, que haviam regressado tarde de uma sessão de cinema em Luanda, e que terão feito algum barulho ao chegar ao aquartelamento. Perante tal situação o comandante levantou-se e repreendeu-os, obrigando-os a trabalhar fora das secretarias a partir do dia seguinte àquele episódio, o que veio a acontecer.

Povoação, julho de 2012